

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – DS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

ALINE SUELEN PIRES

**AUTOGESTÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO: AS
TRABALHADORAS DE COOPERATIVAS INCUBADAS NA CIDADE
DE SÃO CARLOS**

**SÃO CARLOS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – DS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

ALINE SUELEN PIRES

**AUTOGESTÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO: AS
TRABALHADORAS DE COOPERATIVAS INCUBADAS NA CIDADE
DE SÃO CARLOS**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de São
Carlos, sob orientação do Prof. Dr. Jacob
Carlos Lima, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia.**

**SÃO CARLOS
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P667ae

Pires, Aline Suelen.

Autogestão, Economia Solidária e gênero : as
trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São
Carlos / Aline Suelen Pires. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
106 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Sociologia do trabalho. 2. Economia solidária. 3.
Cooperativismo. 4. Incubadoras de empresas. 5.
Trabalhadores. 6. Gênero. I. Título.

CDD: 306.36 (20ª)



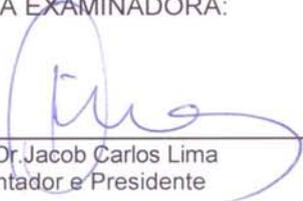
Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luis, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Aline Suelen Pires

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 02 de março de 2010 às 18h, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 02 de março de 2010

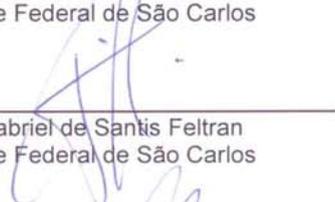
BANCA EXAMINADORA:



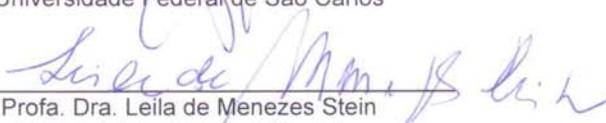
Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Orientador e Presidente



Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Universidade Federal de São Carlos



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos



Profa. Dra. Leila de Menezes Stein
Universidade Estadual Paulista

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli
Coordenadora do PPGS

Dedico este trabalho aos meus pais

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Jacob Carlos Lima pela paciência, dedicação e apoio em todos os momentos da pesquisa. Muito obrigada por tudo!

Ao apoio da FAPESP, através da bolsa de mestrado, que foi essencial para a viabilização deste estudo.

Ao Prof. Dr. Francisco José Alves e ao Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran, pelas valiosas contribuições e questionamentos no Exame de Qualificação e também pela participação na Banca Examinadora.

Aos trabalhadores e trabalhadoras, que, por diversas vezes, me receberam e permitiram que eu compartilhasse momentos de sua vida de seu trabalho. Estou com vocês!

Também agradeço à Incubadora Regional de Cooperativas da UFSCar, em especial à Profa. Dra. Ana Lúcia Cortegoso e ao Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo, pela atenção e por terem me aberto tantas portas.

À Universidade Federal de São Carlos e à estrutura oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e seus funcionários.

Aos professores do PPGS, pelos ensinamentos desde a graduação. Em especial ao Prof. Dr. Richard Miskolci, que possibilitou que eu percebesse a importância da questão de gênero na pesquisa, e à Profa. Dra. Maria Aparecida Moraes, pelo exemplo e generosidade com nossa turma de mestrado.

A todos os que fazem parte do grupo de pesquisa “Trabalho e Mobilidade Social”, pelas importantes discussões. Agradeço especialmente à Ana Paula, Daniela e Daniel, pelo incentivo e pelas vezes que me ouviram e me “socorreram”, e à Fernanda, que teve um papel muito importante durante todo o meu mestrado, tanto no lado acadêmico como pessoal. Obrigada, amigos!

À toda a minha família, principalmente aos meus pais, por terem possibilitado que, apesar de todas as dificuldades, eu chegasse até aqui. À “mami” por todo o carinho, cuidado e paciência. Ao “papi”, pelo incentivo e por acreditar sempre em mim. E à Bia, pelo afeto e por me defender sempre. Vocês são mais que especiais!

Ao Leandro, por todo o carinho, compreensão e companheirismo em todos os momentos. Muito obrigada, querido!

Aos amigos que, embora às vezes distantes, não esquecem o valor da amizade.

Valeu, pessoal!

Resumo

Desde o final do século XIX, quando surgiram e começaram a se popularizar, as cooperativas vêm gerando debates importantes. A partir da década de 70, com a crise do modelo fordista de produção e a reestruturação produtiva em todo o mundo, com o aumento do desemprego e a perda de direitos sociais vinculados a relações de assalariamento, o cooperativismo ressurgiu dinamizado agora como proposta alternativa de uma “outra economia” dentro do capitalismo e como possível superação. Analisamos aqui a percepção das trabalhadoras(es) em empreendimentos cooperativos considerados dentro da Economia Solidária. Buscou-se verificar como as(os) trabalhadoras(es) cooperadas(os) compreendem o significado da autogestão, em que medida interiorizam o ideário solidário proposto pelo movimento da Economia Solidária. Junto com isso, nos propusemos a analisar as relações de gênero nas cooperativas formadas majoritariamente por mulheres, e se de fato o envolvimento com a proposta implicou em mudanças no cotidiano do trabalho e na vida doméstica. Foram entrevistadas(os) trabalhadoras(es) participantes de projetos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos. A pesquisa estudou três cooperativas da cidade de São Carlos utilizando as técnicas de entrevista e observação. Os resultados apontam para um descompasso entre as práticas efetivas e as propostas do movimento, o que indica o caráter “em construção” da Economia Solidária no Brasil. As relações de gênero não sofreram alterações, mantendo-se tal e qual em empresas comuns.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo. Incubadoras universitárias. Trabalhadora cooperada. Gênero.

Abstract

Since the end of the nineteenth century, when they started to become popular, cooperatives are generating important debates. From the 70's, with the crisis of the Fordist production and the restructuring of production in the world, with the unemployment's growth and the loss of social rights linked to the formal work, the cooperativism resurfaces now, renovated as a alternative proposal of "other economy" within capitalism and as a possible overcoming. We analyzed the perception of workers in Solidarity Economy's cooperatives. We tried to see how the workers understand the meaning of self-management, how she(he) internalizes the ideas proposed by the Solidarity Economy's movement. At the same time, we decided to analyze gender relations in the cooperatives studied, which are formed mostly of women, and if the involvement with the proposal resulted in changes in daily work and home life. We investigated workers of projects of the Technological Incubator of Popular Cooperatives of the Federal University of São Carlos. The research studied three cooperatives in the city of São Carlos through the techniques of interviews and observation. The results show a gap between the actual practices and the movement's proposals, which indicates the character "under construction" of the Solidarity Economy in Brazil. Gender relations have not changed, remaining the same of the ordinary companies.

Key words: Solidarity Economy. Cooperativism. University incubators. Cooperated worker. Gender.

Lista de tabelas e figuras

Figura 3.1: Distribuição dos(as) cooperados(as) da Coopfaxina por sexo.....	38
Tabela 3.1: Distribuição dos(as) cooperados(as) da Coopfaxina por faixa etária.....	39
Tabela 3.2: Distribuição dos(as) cooperados(as) da Coopfaxina por grau de escolaridade.....	39

Lista de siglas e abreviaturas

ACCMV – Ação da Cidadania Contra a fome, a Miséria e pela Vida
ACIEPE – Atividade Curricular Integrada de Ensino Pesquisa e Extensão
AGU – Advocacia Geral da União
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
COPPE/UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
INCOOP/UFSCar – Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPT – Ministério Público do Trabalho
MST – Movimento Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PDT-RS – Partido Democrático Trabalhista do Rio Grande do Sul
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
PT – Partido dos Trabalhadores
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESI – Serviço Social da Indústria
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1. Introdução.....	10
1.1. Metodologia.....	11
1.2. Trajetórias de pesquisa e descrição do campo.....	13
2. As mudanças no mundo do trabalho e o ressurgimento do cooperativismo.....	17
2.1. O histórico do cooperativismo.....	17
2.2. A reestruturação produtiva e o novo cooperativismo.....	18
2.3. O ressurgimento do cooperativismo no Brasil e a Economia Solidária.....	21
2.4. As incubadoras universitárias de cooperativas.....	24
2.5. Gênero, cooperativismo e Economia Solidária.....	26
3. A INCOOP/UFSCar e as cooperativas.....	31
3.1. A INCOOP/UFSCar.....	31
3.2. O “Bairro A”.....	35
3.3. A Coopfaxina.....	37
3.4. A Coopcostura.....	43
3.5. A Coopcozinha.....	46
4. As(os) trabalhadoras(es) cooperadas(os) e sua percepção da Economia Solidária.....	48
4.1. Perfil dos entrevistados.....	48
4.2. Trajetórias de trabalho.....	49
4.3. Motivação para os trabalhadores entrarem e permanecerem nas cooperativas.....	49
4.4. Participação na cooperativa e formação para a autogestão.....	59
4.5. As vantagens e desvantagens do trabalho nas cooperativas.....	64
4.6. A visão dos trabalhadores sobre o cooperativismo e a Economia Solidária.....	68
4.7. O trabalho e a gestão coletiva na percepção das(os) trabalhadoras(es).....	72
4.8. A transferência dos valores solidários para as outras esferas da vida.....	77
5. Gênero e Economia Solidária.....	80
5.1. Gênero e relações de trabalho.....	80
5.2. Espaço público e espaço doméstico.....	86
6. Considerações finais.....	92
7. Referências bibliográficas.....	96

8. Apêndices.....	102
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os cooperados.....	102
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com técnico da Incubadora.....	106

1. Introdução

Desde o surgimento das primeiras cooperativas, têm sido discutidas e debatidas por autores e correntes teóricas distintas questões relacionadas com a viabilidade econômica, a capacidade de manutenção dos princípios fundamentais cooperativistas, a possibilidade de transformação da realidade social, a democratização da gestão, entre outros aspectos. No entanto, a multiplicação de cooperativas nas últimas décadas, fenômeno também chamado de “novo cooperativismo”, reorientou o debate e gerou novos questionamentos.

Com a “reestruturação produtiva”, situada a partir da década de 70, ocorreram transformações, não só na esfera do trabalho e da produção, mas também mudanças mais gerais no âmbito da economia, da tecnologia, da cultura e das políticas de Estado. Podemos dizer que o resultado de tudo isso para os trabalhadores foi um aumento do desemprego, agora estrutural, e da precarização das relações de trabalho. A relação de assalariamento perdeu força: aumentaram os contratos temporários, de tempo parcial, com perda de benefícios e garantias sociais. Para os trabalhadores, a procura por formas alternativas de vida e trabalho tornou-se uma exigência. O novo cooperativismo assume uma dessas formas: uma alternativa ao desemprego e aos contratos precários.

A partir da análise da literatura sobre a questão, conseguimos perceber a existência de três correntes interpretativas acerca desse novo cooperativismo: uma primeira que insere o cooperativismo dentro de um movimento social maior, a Economia Solidária, constituindo-se em uma via de transformação social, preocupado em manter os princípios cooperativistas de democracia e autogestão, buscando uma maior autonomia e emancipação do trabalhador, rumo a uma sociedade mais igualitária. Outra corrente analisa o cooperativismo como sendo mais uma forma de obtenção de renda entre outras, que cresce tentando amenizar os problemas sociais do presente, mantendo intocadas as bases do sistema capitalista e sem aspirar a uma “outra economia” ou a uma “outra sociedade”. E uma terceira corrente, derivada da segunda, a qual considera o cooperativismo como uma forma de trabalho flexível entre outras que surgiram e se fortaleceram no contexto da reestruturação produtiva.

Considerando essas perspectivas, nossa pesquisa buscou observar como os próprios trabalhadores de empreendimentos autogestionários, isto é, de cooperativas populares incubadas, compreendem o cooperativismo e a Economia Solidária, como entendem o significado da autogestão, se eles se percebem como trabalhadores associados e

não como empregados e se pretendem permanecer na cooperativa e fortalecer os valores solidários ou lá estão apenas para obter renda enquanto não conseguem outro trabalho.

Diante destes questionamentos, nossa hipótese era que a compreensão que os cooperados têm sobre a autogestão e Economia Solidária não atinge o ideal proposto pelos teóricos. Sendo assim, nossa proposta visava observar se o discurso sobre a Economia Solidária que circula e ganha força no Brasil, marcado fortemente pelo caráter de movimento social, condiz com a realidade vivida pelos trabalhadores de empreendimentos autogestionários no cotidiano de suas atividades. Ou seja: existe descompasso entre teoria e práticas? Se sim, onde aparece?

Para tanto, nada melhor do que buscar o que os trabalhadores pensam sobre a Economia Solidária. Desta forma, nossa intenção ao escolher trabalhar a análise a partir da fala dos próprios cooperados foi tentar perceber, a partir daqueles que estão diretamente envolvidos no trabalho autogestionário, qual é a sua compreensão do trabalho cooperado e da Economia Solidária. Kasmir (2007), estudando o Complexo Cooperativo de Mondragón, ao analisar a fala dos trabalhadores, percebeu que a autogestão praticada deveria ser nuançada, assim como o envolvimento destes na proposta.

A questão de gênero foi incorporada à pesquisa enquanto uma variável importante para o debate sobre novas relações de trabalho e a gestão democrática. Procuramos observar como práticas autogestionárias contribuem para mudanças nas relações de gênero que se estabelecem dentro e fora do ambiente de trabalho, uma vez que está entre as propostas da Economia Solidária a construção de espaços em que haja menos discriminação e que possam propiciar um ganho em autonomia para as mulheres. Analisamos de que maneira as relações de gênero modulam ou influenciam a gestão coletiva, uma vez que as cooperativas aqui estudadas são formadas predominantemente por mulheres, assim como ocorre com a maior parte dos empreendimentos solidários de pequeno porte, segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005).

1.1. Metodologia

A pesquisa se desenvolveu através de estudos de casos selecionados, empregando as técnicas de observação e entrevistas a partir de roteiro semi-estruturado. Inicialmente foram escolhidas três cooperativas populares incubadas e/ou apoiadas pela INCOOP/UFSCar (Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos) e representativas do processo de organização de cooperativas no município. O

principal e maior empreendimento pesquisado foi uma cooperativa de limpeza que presta serviços à Prefeitura. As duas outras, uma de costura e uma de culinária, embora menores, situam-se em áreas características dessas cooperativas de geração de renda. Todas são prestadoras de serviços formadas por mulheres com baixa escolaridade.

É importante que a metodologia e os tipos de fontes escolhidas estejam de acordo com o tipo de estudo que se empreende, ou seja, cada pesquisa tem sua especificidade na adequação entre teoria, método e objeto (Mills, 1965), bem como deficiências metodológicas que não podem ser simplesmente ignoradas no resultado final (Becker, 1993). Assim, é fundamental que se tenha consciência das limitações inerentes a cada tipo de fonte, que podem favorecer determinados aspectos do objeto mascarando outros, e é essa adequação que deve ser levada em consideração no momento da escolha do método. Da mesma forma, o pesquisador deve ter o cuidado de não hierarquizar os procedimentos de aquisição e coleta de dados. Desde que adequado ao objeto, qualquer método pode ser considerado útil e pertinente (Pinto, 1998).

O pesquisador de campo, em função de uma presença mais contínua, tem a possibilidade de coletar um maior número de dados e fazer mais testes de hipóteses que um pesquisador que utiliza técnicas mais formais (Becker, 2003). No caso de nossa pesquisa, o trabalho de campo foi imprescindível na medida em que buscávamos captar a percepção, as experiências dos sujeitos. Além disso, a pesquisa de campo permitiu procedimentos flexíveis, isso é, os dados puderam ser coletados de diversas maneiras, em diferentes situações, na entrevista ou no simples convívio. Becker (2003) comenta três possibilidades criadas por tal flexibilidade: utilizar medidas não-convencionais sugeridas pela experiência na situação, fazer uso da própria experiência como evidência e usar estilos ardilosos para provocar as pessoas a ponto de fazer com que elas digam coisas que não diriam de outra forma.

O autor complementa que o estudo de caso vem da tradição de pesquisa médica e psicológica, e o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno a partir da exploração de um só caso, tendo um propósito duplo: tentar chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo e tentar desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais (Becker, 2003). Porém, não se pode ter a pretensão de que, estudando um caso, por mais representativo que seja, se chegue a respostas universais e imutáveis. A pesquisa pode dar indicações de fenômenos mais gerais, que, juntamente com outros estudos, pode levar a generalizações mais confiáveis, o que sempre foi a intenção de nossa investigação.

A técnica da observação, igualmente empregada nesta pesquisa, foi útil para perceber as significações apreendidas pelos agentes, em comparação com os valores ou percepções que a organização a que estão submetidos tenta passar para eles ou impor-lhes (Pinto, 1998). Assim, no nosso caso, tal técnica nos permitiu contrapor os valores efetivamente incorporados pelos sujeitos com aqueles que a Incubadora procura transmitir-lhes.

1.2. Trajetórias de pesquisa e descrição do campo

A partir de uma disciplina de graduação oferecida pela Incubadora da UFSCar aos alunos de todo o Campus, em 2007, foi possível estabelecer o primeiro contato com a INCOOP e conhecer um pouco sobre seu funcionamento, além de tomar conhecimento de quais eram os projetos e empreendimentos incubados. Essa aproximação com a Incubadora extrapolou a disciplina e obtivemos autorização para continuar a freqüentar a INCOOP, já com o interesse em pesquisa na área da Economia Solidária e também com o compromisso de contribuir no que fosse possível, uma vez que se trata de um projeto de extensão.

Paralelamente a isso, procurávamos nos aprofundar na temática do cooperativismo e da Economia Solidária através da leitura de material bibliográfico referente ao assunto. Essa literatura nos trouxe, então, uma série de questões, mas a principal dúvida, naquele momento, era: o que os trabalhadores pensam sobre isso, sobre o movimento da Economia Solidária, sobre seu próprio trabalho? A partir disso, percebemos que, através das próprias cooperativas existentes na cidade, poderíamos tentar encontrar alguma explicação. Passamos então a sistematizar as idéias até chegar a um projeto inicial.

Continuamos a participar das reuniões gerais da INCOOP/UFSCar e passamos a visitar os empreendimentos incubados e/ou apoiados. Com uma série de questões em mente e a partir da condição encontrada em cada projeto incubado, selecionamos, então, três empreendimentos que seriam os “casos” contemplados pela pesquisa: uma cooperativa de limpeza, a que chamamos aqui de Coopfaxina¹ (nosso “caso” principal), uma de costura, a Coopcostura, e uma de produção artesanal de alimentos, a Coopcozinha.

A ida a campo, porém, levantou ainda outro ponto importante, e que não poderia ser negligenciado na análise, isto é, a questão das relações de gênero nos espaços da Economia Solidária, uma vez que as cooperativas escolhidas são formadas majoritariamente

¹ Coopfaxina, Coopcostura e Coopcozinha são nomes fictícios das cooperativas escolhidas como “casos” na pesquisa, indicando o ramo de atividade de cada uma delas.

por mulheres, assim como ocorre com grande parte dos empreendimentos solidários de pequeno porte no Brasil (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005). Foi assim que decidimos incorporar a questão de gênero nas análises, o que fez com que a pesquisa recebesse um novo título e passasse de “Autogestão e Economia Solidária na percepção dos trabalhadores: um estudo a partir de cooperativas ‘incubadas’” para “Autogestão, economia solidária e gênero: as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos”.

Passamos, então, a visitar os empreendimentos selecionados. Participamos de algumas reuniões da Coopfaxina em 2008 e começamos, no primeiro semestre de 2009, a fazer um acompanhamento mais sistemático. Participamos das reuniões quinzenais que ocorriam entre a Diretoria da cooperativa e representantes da Incubadora e também de outras reuniões não-regulares para a discussão de problemas específicos, que envolviam não só membros da Diretoria, mas também membros dos Conselhos e outros cooperados.

Essas reuniões aconteciam, em geral, na sede da cooperativa, o que nos permitia não somente a observação das situações de reunião como também vivenciar o dia-a-dia do empreendimento: acompanhávamos o início dos dias de trabalho, tomávamos conhecimento de todos os tipos de problemas que aconteciam em relação aos cooperados (faltas, problemas de saúde, de relacionamento, etc.), as dificuldades na relação entre cooperativa e contratante, a mecânica de funcionamento da cooperativa, as estratégias utilizadas para lidar com os obstáculos e com o coletivo de trabalhadores, entre outros.

Também houve a oportunidade de acompanhar de perto momentos decisivos na história do empreendimento que se passaram recentemente. Tivemos ainda a experiência de, em diversos momentos, poder conversar livremente com as pessoas, diálogos que nos trouxeram elementos valiosos, tanto sobre a cooperativa, as relações entre os cooperados, quanto sobre a vida das pessoas, que talvez nenhuma entrevista ou observação formal pudesse revelar.

Caminhamos pelo bairro, situações que nos permitiram conhecer melhor a realidade vivida pelas famílias das pessoas que compõem massivamente a cooperativa. Percebemos que, para além dos resultados práticos que aqui apresentaremos, são pessoas, na verdade mulheres, de origem humilde, e que, independente das motivações, têm que enfrentar desafios diários para manterem a cooperativa de pé e garantirem sua renda e a sobrevivência de seus filhos. Visitamos, do mesmo modo, vários locais de trabalho dos cooperados, onde tivemos a oportunidade de vê-los exercendo suas atividades cotidianas, se relacionando com outros cooperados e com outras pessoas. Esses locais foram, em sua maioria, escolas municipais e centros comunitários. Em geral, as entrevistas, com roteiro semi-estruturado

(Apêndice A), foram realizadas nesses locais de trabalho, durante a hora de almoço dos trabalhadores.

À Coopcostura, fizemos visitas mais pontuais. Participamos de algumas reuniões entre as cooperadas e membros da Incubadora e de uma assembléia (aprovação do estatuto da cooperativa), ocasiões em que fizemos observações, não só das reuniões propriamente, mas também do ambiente de trabalho, da organização do trabalho e das relações entre as cooperadas. Ademais, estivemos na cooperativa em outras ocasiões com a finalidade de realizar as entrevistas. Era difícil visitar o empreendimento, até mesmo a Incubadora encontrava empecilhos para agendar reuniões com as cooperadas, uma vez que elas sempre mantinham um ritmo acelerado de trabalho e tinham metas claras a cumprir. Os horários eram seguidos de forma rígida, o que dificultava a saída de alguma das cooperadas para fazer qualquer coisa que não fosse seu trabalho.

Na Coopfaxina e na Coopcostura realizamos a observação e as entrevistas com acesso facilitado pela INCOOP/UFSCar, o que não aconteceu no caso da Coopcozinha. A Coopcozinha não foi incubada desde o início de suas atividades pela INCOOP, e sim pela Prefeitura Municipal de São Carlos. Apesar disso, a Incubadora sempre teve contato com a cooperativa, porém só iria assumir a incubação em 2009, mas isso não aconteceu. A principal atividade da Coopcozinha nos últimos anos tem sido a prestação de serviços, oferecendo mão-de-obra para o restaurante popular da cidade, que é gerido pela Prefeitura. Em 2008, porém, a cooperativa foi obrigada a assinar um Termo de Ajuste de Conduta² em que se comprometia a não mais atuar como prestadora de serviços após o fim de 2009.

Essa situação fez com que a cooperativa começasse a passar por um período de turbulências e incertezas. Em primeiro lugar, os cooperados perderam a garantia de trabalho, de forma que, pelo menos até o fim de 2009, ainda não sabiam o que aconteceria com o empreendimento: se buscariam outras atividades relacionadas ao ramo da cozinha ou se a cooperativa seria desfeita³. Isso dificultou o contato com os trabalhadores, uma vez que eles estavam tomados por todas essas preocupações. Pelo mesmo motivo, também não obtivemos autorização para visitar o empreendimento e, assim, realizar as observações e entrevistas.

Como a Coopcozinha funciona em um espaço que pertence à Prefeitura, procuramos, primeiramente, a Incubadora na expectativa de que esta pudesse facilitar nosso acesso ao empreendimento, no entanto a INCOOP não conseguiu intermediar o acesso à

² Todo o histórico da Coopcozinha, suas características e a discussão sobre os Termos de Ajuste de Conduta impostos às cooperativas de trabalho aparecerão mais à frente, ao longo do texto.

³ Parece haver, inclusive, a possibilidade de que parte dos cooperados fosse incorporada pela empresa que venceu a licitação para assumir o restaurante a partir de 2010.

cooperativa. Em seguida, recorremos à secretaria municipal responsável pela incubação da Coopcozinha e não obtivemos autorização para visitar a cooperativa, sob a alegação de que qualquer visita, ainda que acontecesse em horário de almoço ou fim de expediente atrapalharia o trabalho dos cooperados⁴.

Outra estratégia utilizada foi entrar em contato diretamente com a diretora da Coopcozinha, no intuito conseguir autorização para a realização da pesquisa, mas ela argumentou que não poderia autorizar sem antes pedir permissão para a Prefeitura. Solicitamos então que a diretora tentasse essa autorização, a qual também foi negada. Por fim, dada a impossibilidade de visitar o empreendimento e observar os cooperados em situação de trabalho, buscamos contato com duas cooperadas para que elas pudessem, fora do ambiente de trabalho, responder à nossa entrevista. Elas se mostraram hesitantes num primeiro momento e depois passaram a não mais responder às nossas ligações. De qualquer forma, julgamos que a impossibilidade de entrevistar as trabalhadoras dessa cooperativa não comprometeu nossos objetivos, ao contrário, se constituiu num dado a ser considerado em nossa análise sobre as dificuldades de implementação e permanência desses empreendimentos.

Ao final da pesquisa de campo, realizamos uma entrevista com um dos primeiros membros da Incubadora (roteiro: Apêndice B), com o objetivo de complementar algumas informações e de melhor nos inteirar sobre o caso da Coopcozinha. Por último, analisamos as entrevistas realizadas com dois professores que fazem parte da INCOOP⁵. Além disso, tivemos acesso a outros documentos, como estatuto e atas, que forneceram dados importantes para a reconstituição da história das cooperativas e da Incubadora.

⁴ Apesar de Coopfaxina e Coopcozinha serem prestadoras de serviço da Prefeitura Municipal de São Carlos, acreditamos que a facilidade de acesso à Coopfaxina deveu-se a uma associação de diversos fatores: primeiramente, a Coopfaxina não é incubada pela prefeitura, como ocorre com a Coopcozinha. Em segundo lugar, são diferentes as Secretarias Municipais em que prestam serviços cada uma das cooperativas. Por fim, existem na Coopfaxina cooperadas com a função de fiscal, isto é, pessoas que fazem a ponte entre a cooperativa e a Prefeitura e que puderam negociar nossa entrada nos prédios públicos onde os cooperados trabalhavam.

⁵ Essas duas entrevistas fora feitas por pesquisadores do Projeto Temático “A crise do trabalho e as novas formas de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado, os trabalhadores e a questão de gênero”, ao qual nossa pesquisa se vincula. A pesquisa está inserida também no grupo de estudos “Trabalho e Mobilidade Social”, da UFSCar.

2. As mudanças no mundo do trabalho e o ressurgimento do cooperativismo

2.1. O histórico do cooperativismo

A literatura que aborda o histórico do cooperativismo no mundo considera que este teria surgido no século XIX, especialmente na Inglaterra. A cooperativa de consumo de Rochdale, na Inglaterra, fundada em 1844, é considerada a precursora, ou pelo menos é a primeira que conseguiu expressão. Seus princípios teriam influenciado todo o movimento cooperativista posterior (Lima, 2004). No mesmo período, surgiam iniciativas de cooperativas na França e na Alemanha. Nesses três países, o pensamento dos chamados “socialistas utópicos” foi muito importante para o desenvolvimento do cooperativismo, que era visto por esses teóricos como “um embrião de uma nova sociedade (...) um instrumento de luta para a superação do capitalismo, em busca de um sistema socialista” (Rech, 2000: 10).

Santos e Rodríguez (2002) enumeram sete princípios que orientam o funcionamento das cooperativas em todo o mundo e que se originaram em Rochdale: vínculo aberto e voluntário (abertura a novos membros); controle democrático por parte dos membros (o princípio do “um membro, um voto”); participação econômica dos membros; autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso com a educação dos membros (para tornar sua participação mais efetiva); cooperação entre cooperativas (através de organizações locais, nacionais e mundiais); contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa.

O movimento, então, começou a crescer na Europa. Em 1852, foi promulgada a Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, na Inglaterra, que tratava da relação entre cooperativas e Estado. Foi criada, em 1898, em Genebra, a Aliança Cooperativa Internacional, reafirmando os valores estabelecidos em Rochdale. Desde essa época, começavam a surgir “falsas cooperativas”⁶, com o propósito capitalista de explorar a mão-de-obra. Além disso, o movimento cooperativista começou a dividir-se em vertentes: aqueles que acreditavam nele como via de superação do capitalismo e outros que o viam como instrumento de reforma do capitalismo. Essas duas visões marcaram o debate da época (Lima, 2004).

Segundo Lima (2004), durante o século XX, Itália e França podem ser

⁶ “Falsas cooperativas” são cooperativas que prestam serviços para outras empresas e que, em geral, são criadas por estas mesmas empresas com o objetivo de reduzir custos de mão-de-obra, sem qualquer preocupação com os princípios tradicionais do cooperativismo.

destacadas como países que conseguiram manter um movimento cooperativista significativo. No caso da Itália, destacam-se, como fatores favoráveis, o apoio estatal e dos partidos políticos e as perspectivas comerciais favoráveis. As cooperativas de países socialistas, dada a subordinação ao Estado, não conseguiam seguir plenamente os princípios cooperativistas. Lima (2004) destaca ainda o modelo de cooperativismo de produção no País Basco espanhol, o Complexo de Mondragón, formado por uma rede de cooperativas surgidas na década de 1950 e reestruturadas na década de 1970.

2.2. A reestruturação produtiva e o novo cooperativismo

Harvey (1993), dentro da escola da regulação, aponta vários fatores para a crise do modelo fordista de produção⁷: rigidez nos investimentos, nos mercados e nos contratos de trabalho, confiança na existência de mercados de consumo invariantes, problemas trabalhistas em 1968-72, aumento do preço do petróleo, deflação, entre outros. Esses fatores acabaram por comprometer o acordo fordista e o Estado de bem-estar social, e teriam levado, nas décadas de 70 e 80, a um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, com novas experiências na organização industrial. Há muita discussão em torno da crise do modelo fordista e do advento de uma nova forma de organização do trabalho. Wood (1991) questiona se o que ocorre, a partir dos anos 70, é a crise e superação do fordismo ou um desenvolvimento desse modelo.

As empresas no Ocidente, que enfrentavam problemas com a produção desequilibrada, começaram a adotar técnicas empregadas nas empresas japonesas, que estavam se tornando cada vez mais competitivas a partir de uma nova organização do trabalho e de gestão da produção, especialmente a produção *just in time* (Coriat, 1993). Porém, nem tudo foi incorporado, já que várias condições variavam de país para país. Ademais, a III Revolução Industrial, que pode ser situada entre 1950 e 1970, possibilitou um grande desenvolvimento na área da microeletrônica e da telemática, facilitando a circulação de informações em tempo real e promovendo novas relações com o tempo e com o espaço. Castells (1999) chama de “economia informacional” o surgimento desse novo paradigma

⁷ Fordismo e taylorismo, apesar de não serem sinônimos, fazem parte de um mesmo processo de transformações na produção, na organização do trabalho, na sociedade, no papel do Estado. Tal processo, segundo Harvey (1993) teria se iniciado no começo do século XX, atingido a maturidade em 1945, e teria tido seu declínio por volta de 1973. O modelo fordista-taylorista de produção tinha como características principais o controle de tempos e movimentos na execução do trabalho, a existência de forte hierarquia e controle dos trabalhadores, produção padronizada e em massa, vigência do “Estado de bem-estar social” (notadamente nos países centrais), rigidez da produção.

tecnológico em convergência com a nova lógica organizacional.

A combinação das tendências do “modelo japonês” com o desenvolvimento do acesso à informação tornou possível o exato controle da produção, permitindo deslocar pessoas, controlar insumos, evitando desperdícios, tempos mortos e contribuindo para uma “produção enxuta”. Além disso, a disponibilidade de informação em tempo real foi fundamental na tendência à integração horizontal das empresas. A produção passa a ser cada vez mais focalizada e a exigir maior intercomunicação no processo produtivo. A gestão participativa e a execução das tarefas por equipe é outra tendência desse novo sistema “flexível” de produção, pois resulta em uma diminuição das hierarquias na empresa, um maior envolvimento direto dos trabalhadores com o produto, implicando em maior motivação e responsabilização do trabalhador, o qual também vai deixando de ser especializado em uma só função para ser “polivalente” ou “multifuncional”.

Com as características já apresentadas, percebe-se que a flexibilização tornou-se uma tendência e uma necessidade nas empresas, nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo (Harvey, 1993). Desta maneira, o chamado “pós-fordismo” representa a reestruturação econômica mundial, mas não da mesma maneira em todos os lugares.

Ramalho (2000), ao discutir o sindicalismo no Brasil, questiona se “flexibilização” dos contratos ou relações de trabalho, na verdade, não significa “precarização” do trabalho. Nessa conjuntura, passou a ocorrer um aumento dos contratos temporários, da subcontratação, da terceirização, além do crescimento da informalidade, inclusive nas sociedades ditas “mais desenvolvidas”. Assim, em geral, a flexibilização significou perda de benefícios e direitos sociais pelos trabalhadores em função das novas formas de trabalho e contratos cada vez mais precários. É nesse contexto que se inicia a discussão sobre o fim da sociedade salarial, tal como era concebida até então.

Além disso, tais transformações trazem a discussão da “crise do sindicalismo”, por várias razões: mudanças nas relações de trabalho, crescimento da subcontratação, redução do emprego industrial, deslocamento e segmentação das empresas, gestões que incentivam a participação, etc. Esses processos reduziram o contato direto entre os trabalhadores, o que fez com que eles deixassem de partilhar certas experiências, reduzindo as possibilidades de mobilização sindical.

Como ocorreu com todos os países, a reestruturação produtiva no Brasil teve suas particularidades e adaptações, das quais podemos destacar: a resistência a criar gestões participativas (resistência das empresas em delegar decisões aos operários, em modificar as

relações de poder no interior das empresas e em alterar as formas de organização do trabalho e de gestão de mão-de-obra) (Leite, 1994), a grande flexibilidade de nosso mercado desde sempre, a alta rotatividade de mão-de-obra e, conseqüentemente, o baixo investimento em qualificação, existência de instituições que “incentivam” a informalidade (Camargo, 1996), entre outras.

A idéia de empresa “enxuta” atinge também o Estado. O discurso neoliberal surge com a idéia de “diminuição do Estado”, ou seja, o Estado teria atingido um peso excessivo que gerava lentidão, inoperância e já não mais conseguia cumprir com os custos do bem-estar social, num contexto mais competitivo. No caso do Brasil, a reforma do Estado se deu, preponderantemente, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando muitas empresas e serviços públicos foram privatizados. Se fora do âmbito do Estado a terceirização se fortalecia, dentro da lógica de enxugamento e focalização e favorecendo a subcontratação, com o Estado acontece algo similar: ele age principalmente na forma de “agências reguladoras”, e não mais como “Estado produtor”. Os gastos públicos são limitados, o Estado passa a funcionar essencialmente com base no que arrecada e nas áreas que dão retorno, privatizando as demais. É a financeirização. Contudo, é preciso relativizar como esses processos têm se dado em cada país e nas políticas de cada governo.

Segundo Castel (1998), começa-se a discutir a “remercadorização do trabalho”, na medida em que a relação salarial até então presente se esfacelava, o que era evidenciado pela precarização crescente das relações de trabalho e pelo desemprego em massa, que se tornava evidente. A precariedade vai substituindo a antiga estabilidade. Essa situação se agrava com o reforço da hegemonia do capital financeiro internacional e a continuação das mutações tecnológicas, que geram desemprego estrutural, que faz com que certos postos de trabalho desapareçam. Para o autor, os assalariados não diminuem quantitativamente e o trabalho não perde sua centralidade, o que muda são as garantias de futuro no trabalho assalariado, as quais vão sendo reduzidas.

Isso não quer dizer que o “trabalho” esteja desaparecendo, mas o “emprego”, tal como foi concebido no fordismo, sim, o que leva à busca de formas atípicas de trabalho. Entretanto, o trabalhador se encontra agora numa situação de instabilidade: as garantias se reduzem, não só em relação ao salário, mas aos direitos sociais que tradicionalmente o acompanhavam. Diminui a certeza de fixação ao emprego. Os direitos como aposentadoria, férias remuneradas, décimo terceiro salário são garantidos exclusivamente para trabalhadores formais.

Enfim, essas transformações econômicas, tecnológicas, organizacionais, entre

outras, produziram, para o trabalhador, duas conseqüências principais: o aumento do desemprego (e de maneira estrutural) e a precarização no trabalho, marcada pela perda de direitos sociais. É nesse contexto que cresceu a busca de alternativas de vida e trabalho por parte dos trabalhadores. O trabalho cooperativo é uma das formas encontradas. Lima (2004) aponta ainda que, além dos motivos econômicos, outro fator contribuiu para o que chama de “atual onda de empreendimentos cooperativos”: o ressurgimento de movimentos contraculturais no fim dos anos 60, que, buscando alternativas aos modelos de sociedade existentes à época, deram origem a movimentos ecológicos, feministas e de minorias que tem na autogestão sua proposta organizativa.

2.3. O ressurgimento do cooperativismo no Brasil e a Economia Solidária

A lei 5.764, que define o regime jurídico, a constituição e o funcionamento do sistema de representação das cooperativas e os órgãos de apoio no Brasil, data de 16 de dezembro de 1971, e ainda é a que está em vigor (Valencio, Shimbo e Eid, F, 2000). Segundo Lima (2004), antes da década de 80, existiram, majoritariamente, no Brasil, experiências de cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. As cooperativas de trabalho e produção só começam a ter expressão a partir da segunda metade dessa década, e isso aconteceu como conseqüência das mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva nas empresas e da adoção de políticas neoliberais no país.

Singer (2002) destaca que o crescimento desses empreendimentos decorre da crise econômica do final da década de 80 e início dos anos 90, após a abertura dos mercados do governo Collor e o fechamento de fábricas e postos de trabalho. Com isso, começaram a surgir iniciativas por parte dos trabalhadores para assumir o controle dessas empresas, também porque a legislação passou a facilitar a aquisição de instalações e instrumentos de trabalho dos antigos patrões. Eram as cooperativas formadas a partir de empresas recuperadas (Pereira, 2007). A partir dessas experiências, foi criada, em 1994, a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), para ajudar os trabalhadores a manterem seus postos de trabalho e diminuir sua dependência do capital, além de auxiliar novas empresas autogestionárias (ANTEAG, 2000).

Sindicatos também tiveram um papel importante nessas experiências, sendo que a própria ANTEAG tem origem no movimento sindical. Segundo Singer (2002), a Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo), surgida em 1999, também foi formada a partir de dois sindicatos do ABC paulista. Tal organização tem ainda hoje uma

forte relação com o movimento sindical e possui os mesmos propósitos e atuações da ANTEAG. É também, formalmente, uma associação de várias cooperativas, propiciando sua integração. Há uma incubadora de cooperativas populares ligada à Unisol.

Singer (2002) aponta também que, em meados dos anos 80, surgiram iniciativas de organização cooperativa em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST). Em 1991, foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados, quando o MST consolida sua política quanto a seus assentamentos. Outra instituição que tem apoiado iniciativas de autogestão, desde 1984, é a Cáritas, que ajuda a sustentar a ação social da Igreja e se liga a rede Cáritas Internacional. A ação da Cáritas, inicialmente assistencial e depois promocional, passou a dar ênfase a uma solidariedade libertadora (Bertucci, 1996), até certo ponto crítica ao capitalismo, apoiando iniciativas comunitárias, associativistas e mobilizações populares. Desde 1994, a Ação da Cidadania Contra a fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV), além da função assistencialista, passou a apoiar iniciativas alternativas de geração de renda. As incubadoras universitárias de cooperativas populares surgem a partir de 1995.

Alguns autores têm apontado que, nos últimos anos, está ocorrendo uma mobilização em favor da construção de uma globalização “alternativa”. Santos e Rodríguez (2002: 24) destacam que “vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história do capitalismo mundial”, mas que recentemente tem surgido um ativismo por uma globalização “contra-hegemônica”. Para os autores, com a queda dos países de “socialismo centralizado”, surgiu a ocasião para se pensar em formas de sociabilidade e de organização da vida econômica não-capitalistas, que, ainda que não substituam este modo de produção, tragam mudanças importantes nas condições de vida de seus atores, sendo possível pensar em reformas fundamentais no que se refere à propriedade e que coexistam com o mercado, instituição que por si só, segundo eles, não produz desigualdade.

Gaiger (2004) aponta que, nos últimos anos, têm aumentado os encontros de organizações e ativistas em vários lugares do mundo em que a solidariedade é vista como princípio ético-político e como meio capaz de propiciar o que chama de “outra” mundialização, baseada na democratização da economia e da cidadania. Para o autor, essa “outra” mundialização tem razão de ser num mundo que está se tornando mais consciente dos efeitos negativos do capitalismo e em que as soluções neoliberais não serviram para reduzir tais efeitos. Gaiger (2004) acredita que a integração de iniciativas locais pode fazer da Economia Solidária uma base econômica e social para um outro modelo de desenvolvimento. Acredita que o solidarismo econômico popular busca a independência tanto do Estado, quanto

do mercado⁸. Tanto Gaiger (2004) quanto Santos e Rodríguez (2002) apontam o Fórum Social Mundial como expressão do desejo por uma globalização “alternativa”. Caillé (2003) vê a Economia Solidária como forma de satisfação de necessidades coletivas que não puderam ser satisfeitas nem pelo mercado, nem pelo Estado.

Gaiger define a Economia Solidária:

A Economia Solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção - o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro - compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>).

O autor vai além, acreditando que a Economia Solidária teria a capacidade de modificar as práticas existentes mesmo fora dos empreendimentos, na sociedade como um todo: “a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se, com chances consideráveis de transferir os princípios já internalizados, de tolerância, confiança e cooperação, para as condutas no espaço público” (Gaiger, 2008).

Singer (2000:13) diz que:

A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. À Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização deste meios (do capitalismo).

Em outro momento, o autor complementa a definição acima, mostrando a crença de que a Economia Solidária se tornará hegemônica em relação à economia capitalista (Singer, 2004a: 7):

O desenvolvimento almejado [solidário] deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a Economia Solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.

Por outro lado, existem também autores que criticam a idéia de Economia Solidária. Em artigo publicado na Revista Katálisis, por exemplo, Sousa (2008), faz a crítica do que ela chama de “concepção dominante sobre a Economia Solidária no Brasil”, que é marcada pela produção teórica de Paul Singer. Diz que tal concepção expressa um conteúdo

⁸ Neste ponto difere de Santos e Rodríguez (2002), que acreditam numa coexistência com o mercado.

eclético e polimorfo e “carece de uma formulação saturada de realidade social”, e vai mais longe dizendo que:

Podemos afirmar que o atual padrão de acumulação põe em movimento um renovado processo de organização do trabalho, cuja finalidade essencial é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, principalmente nos contextos de crise, incorporando, na parte central da produção de valor, modalidades que aparentemente seriam formas autônomas e independentes de trabalho. São estas formas, sobretudo, atividades na esfera da Economia Solidária (Sousa, 2008: 57).

Por fim, Lima (2004) destaca que, no contexto da reestruturação produtiva e da formação das redes empresariais, muitas cooperativas passam a integrar essas redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo. As empresas regulares acabam interferindo na autonomia das cooperativas e criando uma relação de dependência (Lima, 2007). Esses empreendimentos perdem, então, qualquer ideal de transformação social e acabam funcionando mais no sentido de sustentar o sistema capitalista do que no de questioná-lo e combatê-lo.

2.4. As incubadoras universitárias de cooperativas

As ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) tiveram início em 1995 com a criação na COPPE/UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), com o apoio do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do Banco do Brasil, da primeira incubadora. Propunham-se a dar assessoria contínua aos empreendimentos solidários e divulgar os princípios do cooperativismo para os grupos interessados na incubação, auxílio na legalização dos empreendimentos, aprimoramento de técnicas, busca de mercados, entre outros. Em 1998, foi lançado o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas) com o objetivo de formarem-se outras incubadoras em universidades, com base na experiência da incubadora da UFRJ (Singer, 2002).

A partir da criação de novas incubadoras, passa a ser possível estabelecer entre elas uma rede para troca de informações, experiências e formação de projetos conjuntos, integrando extensão, ensino e pesquisa. A partir de 1999, a rede de incubadoras se une, como um programa permanente, à Fundação Unitrabalho, que buscava integrar universidade e trabalhadores (Singer, 2002). Em 2007, existiam ITCPs em 37 universidades do país (Pereira, 2007). De acordo com Singer (2000: 25), as ITCPs “se dedicam à organização da população

mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros”.

As ITCPs priorizam o atendimento e incubação de grupos socialmente excluídos, com baixa escolaridade, muitos dos quais formados predominantemente por mulheres. Singer (2000), ao dizer que a Economia Solidária pode estar presente em diversos tipos de empresas, faz uma classificação simples em três tipos de empreendimentos: cooperativas de produção industrial e de serviços com capital abundante, cooperativas de pequeno capital, que utilizam tecnologias herdadas por empresas que as antecederam, e pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou grupos estigmatizados que desenvolvem alguma atividade produtiva. Neste último conjunto estão também as cooperativas de trabalho, que têm geralmente como capital apenas a força de trabalho dos cooperados, vendendo serviços. É nesse grupo que, em geral, se encaixam as cooperativas populares incubadas. O autor menciona o risco de tais cooperativas de trabalho se aproximarem demais de empresas de mão-de-obra e falsas cooperativas.

Em julho de 2003, foi criada a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Desde então, a Secretaria vem se estruturando e promovendo o diálogo entre a sociedade civil e os órgãos governamentais, no que se refere à Economia Solidária. Implementou, em 2004, o programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, com a intenção de fortalecer e divulgar a Economia Solidária através de políticas integradas, promovendo geração de trabalho e renda e inclusão social, com vistas a diminuir as desigualdades e a injustiça social (Pereira, 2007).

Podemos observar, através desse breve histórico, que a Economia Solidária tem se desenvolvido no Brasil impulsionada basicamente por órgãos públicos e outras organizações de apoio e fomento, e menos pela iniciativa exclusiva de grupos de trabalhadores. Pereira (2007), que estudou empreendimentos no Brasil e na Argentina, destaca a diferença, nesse sentido, entre os dois vizinhos: “na Argentina, o predomínio dos trabalhadores é uma das características mais marcantes no movimento, enquanto que no Brasil, ele é constituído principalmente por gestores públicos e órgãos de fomento à Economia Solidária” (p. 27). A autora destaca também que, na Argentina, as experiências, em geral, tiveram origem no movimento operário, os trabalhadores já possuem experiências de trabalho coletivo e vêem a autogestão como forma de emancipação.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária (2005), que foi resultado do mapeamento nacional realizado pela SENAES em conjunto com o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), em 2005, tínhamos no país 14594 empreendimentos solidários,

espalhados por 2274 municípios (41% dos municípios brasileiros), sendo que 44% dos empreendimentos estavam na região Nordeste, 17% na Sul, 14% na Sudeste, 13% na Norte e 12% na Centro-Oeste. Já eram mais de um milhão e 250 mil pessoas associadas em empreendimentos solidários. As cooperativas representavam 11% dos empreendimentos, precedido pelas associações (54%) e grupos informais (33%). É importante notar que, na divisão entre homens e mulheres, os homens são maioria entre os associados, mas se considerados apenas os empreendimentos de pequeno porte, as mulheres estão em maior número. De todos os empreendimentos, 50% atuavam apenas na área rural, 33% na urbana e 17% em ambas. Quanto aos resultados financeiros dos empreendimentos, 38% conseguiam obter sobras, 33% conseguiam pelo menos cobrir as despesas e 16% eram deficitários.

2.5. Gênero, cooperativismo e Economia Solidária

A Sociologia do Trabalho, quando se propôs a inserir a dimensão “gênero” em suas pesquisas abordou a questão, de maneira geral, apenas dentro da chamada “divisão sexual do trabalho”. Em boa parte dos estudos mais recentes sobre Economia Solidária (Guérin, 2003; Bonet, 2005), por exemplo, tem-se observado uma concepção generalizante da categoria “mulheres”, uma associação do feminino com o trabalho doméstico e com a maternidade, um entendimento de uma continuidade natural entre sexo (no sentido biológico) e gênero nas análises.

Hirata (2003) reconhece que a introdução de uma perspectiva comparativa entre homens e mulheres na Sociologia do Trabalho começou a questionar os fundamentos dessa área e suas correntes hegemônicas, que tinham como base o modelo masculino do trabalhador. Isso, é claro, representou um passo importante e que não pode ser desprezado, mas não é tudo.

Alguns estudos mostram que, em função das transformações advindas com a reestruturação produtiva, tem aumentado a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, como tal inserção tem se dado, em sua maioria, em trabalhos precários e desvalorizados socialmente (Maruani e Hirata, 2003; Peticarrari, 2007). Hirata (2003) destaca a forte progressão da atividade feminina, tanto no setor formal quanto no setor informal da economia, mas mostra que, se certas mulheres conseguem agora ter acesso a posições profissionais de prestígio e bem remuneradas, como engenheiras, médicas, professoras universitárias, advogadas, etc., por outro lado, a grande maioria delas são trabalhadoras ditas “não qualificadas”, alocadas em empregos mal remunerados e de pouca

valorização social, como os serviços pessoais (faxineiras, empregadas domésticas), os serviços de saúde (como as atendentes de enfermagem) ou de educação (professoras primárias). Além desses, Araújo *et al* (2004) destaca ainda alguns outros nichos ocupacionais em que sempre predominou a mão-de-obra feminina, quais sejam, as ocupações administrativas ou burocráticas (secretárias, recepcionistas, auxiliares de escritório), ocupações relacionadas à alimentação (cozinheiras) e costura, e o setor de beleza e vestuário.

Hirata (2003) destaca ainda que o desemprego feminino é maior que o masculino, tanto nos países ditos centrais como nos periféricos, e que a precariedade e a vulnerabilidade no emprego são maiores para as mulheres que para os homens: no final da década de 90, 36% da força de trabalho feminina se situaria em nichos de trabalho precário, contra 10% da força de trabalho masculina. Na mesma linha, Maruani (2003) mostra como, mesmo com maior instrução e maior grau de escolaridade que os homens, as mulheres ainda estão em desvantagem no mercado de trabalho:

Em relação aos progressos obtidos em termos de formação e qualificação, em relação à continuidade das trajetórias profissionais, a diferença entre o “capital humano” das mulheres e sua situação no mercado de trabalho parece mais injusta, mais injustificável hoje do que ontem. As mulheres são globalmente mais instruídas que os homens, mas continuam ganhando menos, ainda concentradas num pequeno número de profissões feminizadas, mais numerosas no desemprego e no subemprego.

Nesse sentido, Posthuma (1998) destaca que o trabalho feminino é marcado por diversos tipos de exclusão, como a segregação setorial e em determinados grupos de ocupação, pequenas chances de ascensão profissional, trabalho em condições precárias ou no setor informal, menor remuneração por hora trabalhada, baixa mobilidade social, entre outros.

Todos esses dados são inegáveis e compõem um quadro da realidade atual da inserção do trabalho feminino no mercado. Porém, pretendemos, em nossa pesquisa, iniciar a discussão sobre a questão dos “estereótipos de gênero” e das relações de poder na sociedade a partir do gênero. Rubin (mimeo) discute o sistema sexo-gênero como “conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Considera esse sistema como a parte da vida social em que ocorre a opressão das mulheres e minorias sexuais. A autora não parte do biológico, mas da cultura, e destaca que identidade de gênero envolve mais que relações de procriação.

Outros autores, especialmente as autoras feministas, aprofundam e desdobram a discussão. Butler (2003) faz a crítica da utilização da categoria “mulheres” pelo feminismo:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (Butler, 2003: 19).

Segundo Butler, não há uma base universal para o feminismo, e nem uma opressão única de gênero. A categoria “mulheres” é algo construído a partir do masculino, de uma sociedade androcêntrica. O problema das identidades, aliás, é que costumam ser colocadas nos mesmos termos do poder. A autora questiona em que medida a identidade é um ideal normativo e não uma característica descritiva da experiência. É importante lembrar, no entanto, que, na pesquisa, é inevitável que iniciemos a discussão a partir da categoria “mulheres”, uma vez que a sociedade é organizada a partir da divisão “homens/mulheres”, o que não pode nos impedir de observar as diversidades dentro das categorias e nem as conseqüências de tal categorização.

O gênero depende dos contextos e das intersecções políticas e culturais. Para Butler (2003), o gênero deve ser pensado fora da metafísica da substância, e a subjetividade é uma dimensão importante em sua análise. A unidade da categoria “mulheres” não precisa ser desejada, não é o único meio para obter força política. A idéia da autora é subverter noções naturalizadas e reificadas do gênero, as quais sustentam a hegemonia masculina e o heterossexismo.

Scott (1998) faz a defesa de uma genealogia crítica das categorias. As experiências formam (ou essencializam) as identidades que são expressas pelas categorias, mas apenas tornar a experiência visível somente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica. É preciso historicizar a experiência e, assim, as identidades e categorias que ela produz. É necessário questionar as categorias “prontas” e ver, efetivamente, como as pessoas se relacionam com elas (como “homem” e “mulher”, por exemplo), o que requer uma observação atenta, uma vez que os discursos dos sujeitos pesquisados podem corroborar as categorias prontas.

Como vimos em Butler (2003), a categoria “mulher” contém, dentro de si, muita diversidade e, além disso, colocada de um modo generalizante, apenas reforça hierarquias de gênero. Precisamos saber com que “mulheres” estamos lidando. Quais as semelhanças entre elas? Elas reforçam ou se afastam dos estereótipos que estão relacionados a elas? Qual a sua constituição familiar e suas formas de relacionamento?

Silva (2006) analisa como a transversalidade de gênero estava sendo abordada nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero entre trabalhadores e trabalhadoras

no meio rural, e parece trazer uma visão mais abrangente do conceito de “gênero”. A discussão critica a confusão que normalmente se faz, principalmente no âmbito do Estado, entre os termos “gênero” e “mulheres”. Diz que, na verdade, as políticas públicas a que se refere e que são definidas como “de gênero” são, em sua maioria, políticas “de mulheres”, na medida em que, em grande parte, reiteram e reproduzem papéis sociais tradicionais. Silva argumenta que o que chama de “políticas públicas para as mulheres” tem centralidade no feminino como parte da reprodução social, o que não leva em conta o significado estabelecido nas relações entre os gêneros.

Além disso, a autora destaca a importância do reconhecimento da existência de uma diversidade de mulheres nos espaços sociais, o que não é geralmente levado em consideração por tais políticas públicas, o que também nos aponta Butler (2003). Lembra que as “mulheres” são portadoras de diferenças, têm práticas sociais, culturais, sexuais diversas e mutáveis. Além disso, o conceito “agricultoras familiares” é muito atrelado à “família”, o que remete a pensarmos apenas em uma estrutura familiar tradicional, como se não existissem relações sociais e no âmbito da sexualidade que escapassem aos moldes heteronormativos e hierárquicos.

Diante do exposto, e levando em consideração a constatação de que Coopfaxina, Coopcostura e Coopcozinha são constituídas majoritariamente por mulheres, assim como grande parte dos empreendimentos solidários no Brasil, se torna válido tentar entender como tem se colocado a questão da mulher cooperada dentro do movimento da Economia Solidária.

Podemos dizer que ainda não existe uma vasta bibliografia que trata do assunto, especialmente no caso brasileiro. Bonet (2005) afirma que a inclusão de não-discriminação de gênero entre os princípios cooperativos é recente, uma demanda que tem se colocado desde 1995. Destaca que se a Economia Social prega a igualdade e a não discriminação entre as pessoas, também espera-se que consiga propiciar uma maior igualdade entre homens e mulheres. No entanto, devemos considerar que Bonet está analisando a realidade espanhola e que “Economia Social” e “Economia Solidária” não são sinônimos. Assim, podemos discutir alguns aspectos em relação ao Brasil: se a mulher que está no movimento da Economia Solidária é menos discriminada que a que se encontra no mercado de trabalho convencional, se ela está mais livre dos estereótipos e das opressões a que foram submetidas historicamente as mulheres, quais são as mulheres que estão no movimento e como se posicionam, além de outras questões relacionadas. Para tanto, não devemos nos

concentrar apenas nas relações de gênero no ambiente de trabalho, mas também como elas se refletem na esfera doméstica.

3. A INCOOP/UFSCar e as cooperativas

Neste capítulo buscaremos apresentar um breve histórico da INCOOP/UFSCar, Incubadora que apóia e/ou apoiou as cooperativas selecionadas em nossa pesquisa. Em seguida, apresentaremos o “Bairro A⁹”, local em que se originaram as três cooperativas privilegiadas pelo estudo e onde está a sede da Coopfaxina. Por fim, apresentaremos os próprios empreendimentos, os casos – a Coopfaxina, a Coopcostura e a Coopcozinha – suas origens, atividades, composição, organização, funcionamento e dilemas enfrentados.

3.1. A INCOOP/UFSCar

A INCOOP/UFSCar foi criada em abril de 1999. A idéia, na época, era construir um conhecimento interdisciplinar, integrando ensino, pesquisa e extensão, com a atuação de docentes, técnicos e alunos de graduação e pós-graduação de diversas áreas:

Assim, a geração de renda e de trabalho no país pode ter como alternativa a formação de cooperativas populares que atendam as necessidades da população mais carente e formem um conjunto de empreendimentos variados que, juntos, poderão formar um setor econômico viável e eficiente, na perspectiva da construção da Economia Solidária. É nesse sentido que se coloca o papel social da Incubadora Regional de Cooperativas Populares na motivação, na formação e no desenvolvimento das cooperativas populares de trabalho (Valencio, Shimbo e Eid, F, 2000).

A pergunta que teria dado início à Incubadora, quando as discussões aconteciam no âmbito do debate sobre a extensão na universidade, foi: “como tornar o conhecimento acessível de múltiplas formas?”.

No ano de 1997, a Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar tomou conhecimento da existência de um seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares que acontecia na UFRJ no mesmo ano. A Pró-Reitoria enviou representante para o seminário, possibilitando que os docentes da UFSCar conhecessem a discussão sobre a incubação no Brasil. Obtiveram a informação de que haveria um edital do PRONINC para a criação de novas incubadoras universitárias. Naquele momento, não existia estrutura e organização para a participação em tal edital, mas essa situação permitiu que o assunto fosse colocado em pauta, segundo um dos fundadores da INCOOP.

Professores que tinham interesse na formação da Incubadora, especialmente os que estavam inseridos nos núcleos de extensão, como o UFSCar-Cidadania e o UFSCar-

⁹ O nome do bairro também é fictício para que possamos preservar a identidade das cooperativas.

Sindicato, começaram a se reunir para discutir a proposta e elaboraram um projeto inicial, o qual foi encaminhado para a reitoria da universidade. O projeto solicitava que a UFSCar se responsabilizasse pelo pagamento de pelo menos um técnico de nível superior e de duas bolsas para estudantes para que, juntamente com os três ou quatro professores envolvidos à época, uma equipe pudesse ser formada e os trabalhos se iniciassem.

Muitos tipos de atividade foram cogitados desde o início para a formação de empreendimentos. O ponto de partida da INCOOP/UFSCar foi um estudo chamado “Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar”, realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação do então Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, o qual buscava analisar as condições de vida na cidade de São Carlos (Gallo, 2003).

Tal estudo, entre outras questões, identificou as áreas mais carentes do município, os bolsões de pobreza da cidade. A estratégia, então, foi utilizar carros de som que circulavam pelo Bairro A e arredores chamando a população para participar de reuniões em que os problemas daquela comunidade seriam discutidos e a proposta de trabalho coletivo como uma alternativa de geração de renda seria apresentada. A primeira atividade cogitada para formar um empreendimento foi a limpeza, e a partir disso é que se formou a primeira cooperativa, a Coopfaxina.

Naquele momento, também foram examinadas atividades produtivas que depois deram origem a outros empreendimentos na cidade, como costura e alimentação. As três cooperativas selecionadas para a pesquisa, Coopfaxina, Coopcostura e Coopcozinha, tiveram uma origem comum, isto é, as discussões ocorridas no Bairro A entre 1998 e 1999. Apesar da Coopcostura e da Coopcozinha não se localizarem no Bairro A, várias de suas sócias, especialmente as mais antigas, são moradoras de tal bairro ou de seus arredores.

A Incubadora passou, aos poucos, a atuar também em outras cidades da região e até mais distantes. Um recurso proveniente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) possibilitou que a INCOOP/UFSCar tivesse uma atuação na cidade de Catanduva e em outras do interior do estado, na perspectiva de capacitar trabalhadores desempregados e promover a autogestão. A INCOOP ajudou a criar e ainda apóia, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), Campus São Carlos, um empreendimento em Itapeva, que se localiza a 400 km de São Carlos e que atua no ramo da marcenaria. Tal empreendimento também é formado predominantemente por mulheres.

Com o tempo, começaram a aparecer diferentes demandas, principalmente de prefeituras da região e gestores públicos. Foram feitas parcerias com sindicatos, prefeituras e com o setor privado. Para citar um exemplo, podemos destacar a parceria, em Rio Claro, com

o Consulado da Mulher, uma organização não-governamental. Através desse convênio, três empreendimentos foram incubados: uma lavanderia, uma panificadora e um empreendimento de artesanato, segundo a coordenação da Incubadora.

Dessa maneira, a INCOOP/UFSCar, assim como as outras incubadoras universitárias de cooperativas populares, procura atender pessoas carentes e grupos marginalizados, que seriam trabalhadores desempregados, informais ou precarizados, moradores de bairros de baixa-renda e grupos de pessoas com necessidades especiais, atuando junto a comunidades urbanas e rurais. Para a INCOOP, a incubação consistiria em um processo de troca e construção de saberes, rompendo-se a barreira entre saber popular e erudito, e socializando-se os conhecimentos. A idéia é que, além de geração de renda, a experiência com a Economia Solidária propicie a emancipação socioeconômica, política e ambiental dos sujeitos.

A Incubadora tem trabalhado, ao longo dos anos, em uma sistematização dos processos de incubação, o que foi chamado de “método de incubação” e que inclui as seguintes atividades: processar demanda apresentada por diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários, identificar população em potencial para formação de empreendimento solidário, caracterizar diferentes fatores envolvidos no processo de incubação, apresentar a Economia Solidária como possibilidade de organização para geração de trabalho e renda, apoiar a organização inicial do grupo, elaborar proposta de trabalho (em conjunto com participantes do grupo a ser incubado), promover formação dos membros do grupo para o cooperativismo de forma contínua e permanente, promover escolha de atividade econômica pelo grupo, promover condições para capacitação técnica, promover formação contínua e permanente dos membros para a autogestão administrativa, promover elaboração de normas de funcionamento do empreendimento (de maneira participativa), assessorar grupo para legalização do empreendimento, assessorar grupo para implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores (para implementação do empreendimento e para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento de Economia Solidária) (Cosser, 2005).

O número de empreendimentos que foram incubados efetivamente pela INCOOP não chega a 20. Destes, menos de 10 ainda permanecem em funcionamento. Atualmente, a Incubadora tem modificado sua maneira de atuação e a estratégia utilizada é o que chamam de “desenvolvimento territorial”. O objetivo é promover o desenvolvimento local em torno da Coopfaxina, envolvendo o Bairro A e mais um bairro vizinho. Isso se daria através da construção de cadeias produtivas, dentro da lógica de redes, propagada pela

Economia Solidária. A proposta é criar novos empreendimentos solidários e consolidar os que já existem no “território”, integrando-os, articulando-os e promovendo iniciativas de suporte, como, por exemplo, as finanças solidárias. A inspiração é o Banco Palmas, em Fortaleza, que conseguiu criar uma dinâmica local e sustentável de movimentação de bens e serviços pautada pela Economia Solidária.

Para realizar esse projeto, a INCOOP/UFSCar conta com o apoio do PRONINC e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), através de um projeto de políticas públicas. Nesta, que é chamada a “versão quatro” do PRONINC, as incubadoras enviaram projetos e cada um dos financiadores do programa escolheu aqueles em que ia investir. O projeto de desenvolvimento territorial da INCOOP/UFSCar recebe recursos do PRONINC através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O MDS entrou para o programa com uma preocupação especial com os jovens e de suporte frente à saída de programas assistenciais, o que influenciou a Incubadora em relação à sua população alvo.

A Incubadora estabeleceu, dentro de seu projeto, 16 metas ou cadeias para o território urbano, fora as atuações no meio rural. A Coopfaxina se insere na Cadeia da Limpeza, a qual inclui grupos em início de formação, como o de produção de sabão caseiro e o de fabricação de produtos de limpeza, e projetos em estudo de viabilidade, como grupos para limpezas especializadas (caixas d’água, carros, etc.). A Coopcostura se insere na meta de confecção, juntamente com outro grupo de costura e artesanato. A Coopcozinha estaria na meta de alimentação, a qual estuda também a possibilidade de implantação de hortas comunitárias no território. Além dessas cadeias, existe a meta dos resíduos da madeira, a meta de serviços (cuidados pessoais, apoio logístico), a cadeia dos resíduos (reciclagem), a meta das finanças solidárias, a meta da cultura, a da infra-estrutura, a da saúde mental, entre outras.

Assim, os grupos que estão sendo efetivamente incubados no momento são a Coopfaxina, a Coopcostura, uma cooperativa de reciclagem (catadores), o grupo de artesanato, a marcenaria (meio rural), além de grupos no início de formação (sabão caseiro, produtos de limpeza e horta). A Incubadora conta com quinze professores (com graus diferentes de participação), sete técnicos de nível superior contratados via PRONINC e uma técnica educacional permanente da universidade. Além disso, conta com algo em torno de 50 estudantes entre pesquisadores, bolsistas e alunos da ACIEPE (Atividade Curricular Integrada de Ensino Pesquisa e Extensão) “Cooperativas populares e economia solidária”, disciplina de graduação oferecida pela INCOOP. A Incubadora também tem um projeto de se tornar uma unidade acadêmica e oferecer um curso de graduação de gestão em Economia Solidária.

Em termos de articulação com a rede de Economia Solidária, a INCOOP/UFSCar participa do Fórum Municipal de Economia Solidária, tem articulação com Araraquara e Rio Claro (a nível regional), tem contato com o Fórum Municipal de Economia Solidária, com a Comissão gestora do Mapeamento da Economia Solidária e participação na rede de incubadoras e no o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

3.2. O “Bairro A”

A primeira cooperativa incubada pela INCOOP/UFSCar, no ano de fundação da Incubadora, 1999, foi a Coopfaxina. A INCOOP escolheu o Bairro A como território onde se poderiam formar empreendimentos populares, partindo do mapeamento já referido, que identificava os bolsões de pobreza da cidade de São Carlos.

Após a visita ao bairro e a divulgação das propostas de trabalho e renda, as primeiras reuniões começaram a ser realizadas. Um técnico da Incubadora relata esse momento:

Então eu fui pro bairro e comecei a fazer divulgação sobre a questão do trabalho e renda. Aí lotou lá, todo mundo quer trabalho e renda, porque o grande problema do Bairro A era esse, eles recebiam cesta básica e eles não querem cesta básica, eles querem trabalho, queriam ter uma renda direto, todo mês, pra poder fazer conta. Então eu fui pro bairro, comecei a divulgar lá e aí apareceu bastante gente, e dessas pessoas, um grupo queria limpeza, um grupo queria reciclagem, um grupo queria costura, um grupo queria culinária. Então ali surgiram todos esses grupos: o de catadores, o da Coopcostura, o da Coopcozinha, o da Coopcozinha (Técnico da INCOOP).

No início, a comunidade não compreendia muito bem a proposta, nem o significado de autogestão. A população, além de pouco escolarizada, carecia até dos documentos básicos do cidadão:

As pessoas chegavam com a carteira de trabalho na mão, com a expectativa de que o que existia ali era uma contratação. Mas o que existiu de fato então foi um processo de discussão com aquela comunidade, confirmando coisas que os estudos já mostravam, de que era uma população com baixíssimo nível de escolaridade, sem capacitação profissional, alvo de um preconceito muito grande por parte do resto do município. Procurar emprego e dizer que era do bairro já definia que aquele emprego não seria seu, falta completa de recursos para fazer um empreendimento que dependesse de capital, ausência de documentos, a grande parte daquelas pessoas não tinha documento, então tudo isso foi sendo conhecido e processado por essa equipe que fazia reuniões regulares ali com essa comunidade (Coordenadora da INCOOP).

Outro ponto interessante era o preconceito e discriminação sofridos pelas pessoas do Bairro A. Esse bairro, há dez anos, era visto pelo restante do município como uma

das piores localidades da cidade, local de pobreza e, principalmente, criminalidade. As cooperadas da Coopfaxina relatam que, ao procurar trabalho, não se identificavam como moradoras do Bairro A, pois se assim fizessem, a rejeição dos empregadores era certa, então elas se diziam moradoras de um bairro adjacente, o qual era mais reconhecido pela população da cidade.

O Bairro A tem 15 anos e antes era uma área de ocupação irregular. Só depois da regularização feita pela Prefeitura Municipal é que passou a contar com serviços de infraestrutura, como saneamento, creches, escola, unidade básica de saúde, entre outros. Hoje, não é mais permitida a construção de novas moradias no bairro, o que faz com que ele compreenda uma área bem delimitada, fator importante na decisão de se desenvolver um projeto de desenvolvimento local, como está realizando a Incubadora.

Percebemos claramente através das falas dos cooperados que o Bairro A mudou muito nos últimos anos e isso se deve, em grande, parte à instalação da Coopfaxina. Em primeiro lugar, quase todos os que ali residem têm uma pessoa da família ou um parente que trabalha na cooperativa, o que faz com que, em termos econômicos, a cooperativa seja de fundamental importância para o bairro. A localidade era anteriormente tomada de barracos e construções em áreas de risco, mas no momento não existe mais esse tipo de moradia, o que se deve tanto a uma melhoria na qualidade de vida quanto às políticas municipais desenvolvidas para a localidade.

Ademais, aquela população passou a depender menos de assistencialismo da igreja ou de outras instituições, algo que caracterizava o bairro anteriormente, uma vez que seus habitantes tinham grandes dificuldades de conseguir trabalho. As falas dos sócios da cooperativa sempre destacam como algo positivo o fato de terem acesso ao consumo, poderem fazer prestações para comprar um imóvel popular, eletrodomésticos, algo difícil de imaginar anteriormente para uma população que vivia de caridade e de trabalhos sazonais na colheita de cana e laranja, principalmente. O trecho abaixo nos mostra como isso é percebido também pela Incubadora:

Lá, todo mundo quer trabalho e renda, porque o grande problema do Bairro A era esse, eles recebiam cesta básica e eles não querem cesta básica, eles querem trabalho, queriam ter uma renda direto, todo mês, pra poder fazer conta. (...) As pessoas sabem que o mês que vem vão receber e podem dar cem reais ali pra comprar a geladeira, pode dar um dinheirinho pra reformar, isso começou a valorizar aquelas pessoas que querem trabalhar, porque antes era muita caridade, muito assistencialismo, então cesta básica, essas coisas. Ainda existe um preconceito grande, por ser favela, por ter tráfico, isso ainda não acabou, por ter muita criança na rua, por ter muita mãe adolescente que não cuida (Técnico da INCOOP).

Uma caminhada pelas ruas do bairro mostra que ainda existem muitos problemas: há pobreza, o tráfico de drogas na região não desapareceu, muitos jovens ainda precisam abandonar cedo os estudos, existem muitos casos de gravidez na adolescência e falta de planejamento familiar. No entanto, para aqueles que ali estão há mais tempo, desde a época da ocupação, os avanços são muito significativos, tanto na paisagem, quanto na vida das pessoas.

3.3. A Coopfaxina

Como já mencionamos, a atividade de limpeza foi eleita por algumas moradoras do Bairro A, juntamente com a Incubadora, para dar início a um empreendimento. Escolhida a atividade, o grupo, então, começou a trabalhar nesse sentido: foi redigido o estatuto do empreendimento, a Incubadora procurou dar uma formação inicial em Economia Solidária e cooperativismo e foram obtidos meios para que as mulheres fizessem alguns cursos para lidar com faxina especializada. Apesar de o grupo já contar com um número maior de interessadas, a primeira oportunidade efetiva de trabalho para o empreendimento foi no mesmo ano de 1999, quando surgiram oito postos de trabalho no restaurante universitário da UFSCar. O grupo decidiu que as oito mulheres que assumiriam tais postos seriam aquelas que apresentassem “renda zero” ou tivessem as menores rendas familiares. Pouco tempo depois, foram abertos mais oito postos de trabalho na UFSCar e os mesmos critérios foram utilizados – já eram 16 mulheres trabalhando.

A partir disso, surgiram outros trabalhos eventuais e temporários de limpeza e uma ou outra cooperada ia ganhando a oportunidade de trabalhar também, até que, em 2003, surgiu uma licitação, realizada pela Prefeitura Municipal de São Carlos, para postos de trabalho de limpeza nos prédios municipais da área de Saúde, notadamente as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os prédios administrativos da Secretaria de Saúde. A Coopfaxina tentou participar de tal licitação, mas devido a um problema burocrático, relacionado aos prazos, isso não foi possível. Porém, a empresa que ganhou a concorrência entrou em falência algum tempo depois e não pôde levar adiante o contrato. Foi aberta, então, nova licitação, e, desta vez a Coopfaxina conseguiu participar, venceu e conquistou 25 postos de trabalho.

Em 2004, a Prefeitura abriu nova licitação, desta vez para postos de trabalho nas escolas municipais e nos prédios relacionados à Secretaria de Educação, e aí houve um aumento significativo e rápido nas proporções da cooperativa: a Coopfaxina ganhou 85 novos postos de trabalho. Por fim, em 2007, houve nova licitação, na qual a Coopfaxina conseguiu

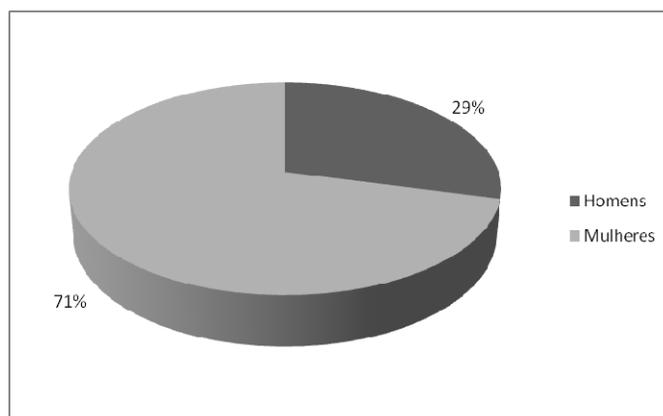
se manter nos postos que já tinha conseguido e conquistou ainda outros. Ao todo, foram 155 postos nos prédios da Educação e 31 postos nos prédios da Saúde.

No início de 2009, a Cooperativa renovou os contratos de trabalho com a Prefeitura, e há garantia de continuidade dos postos de trabalho até o começo de 2011. Além desses postos de trabalho junto à Prefeitura, a Coopfaxina conta hoje com alguns postos de trabalho em prédios particulares, como em colégios e consultórios médicos. Não só as pessoas que foram destinadas aos postos é que trabalham, há uma quantidade considerável de suplentes, algo entre 30 e 40 pessoas que são sempre chamadas a substituir os outros cooperados que faltam ou se ausentam por motivos diversos, sendo essa “circulação”, muito grande.

A Coopfaxina tem uma Diretoria, um Conselho de Ética e um Conselho Fiscal. As assembléias gerais ocorrem mensalmente. Existe um fundo coletivo que pode ter usos variados. É recolhido o INSS de todos os cooperados, os quais também devem pagar uma quota-parte para entrar na cooperativa. Abaixo, passaremos a apresentar outros dados, mais quantitativos, seguidos de gráficos, que, a nosso ver, ajudam a compor um “perfil” da Coopfaxina.

A Coopfaxina conta hoje com algo em torno de 250 trabalhadores associados. Dizemos “algo em torno de” em função de incluirmos nesse número não só os cooperados e cooperadas que têm postos fixos de trabalho, mas também os suplentes. Porém, esse número muda muito rápido, uma vez que a circulação de pessoas na cooperativa é relativamente grande. De qualquer forma, a Coopfaxina é a maior cooperativa, em número de membros, da cidade de São Carlos. Do total de trabalhadores cooperados, aproximadamente 71% são mulheres e 29% são homens. O figura 3.1 mostra essa distribuição:

Figura 3.1 – Distribuição dos(as) cooperados(as) da Coopfaxina por sexo.



Fonte: elaboração própria a partir das fichas de inscrição e caderno de matrícula dos cooperados.

As(os) sócias(os) da Coopfaxina pertencem às mais variadas faixas etárias, havendo cooperados e cooperadas de 20 até 65 anos de idade. Abaixo, podemos observar a distribuição das(os) cooperadas(os) da Coopfaxina por faixa etária (tabela 3.1). Devemos realçar que várias pessoas que já estariam fora do mercado de trabalho, em função da idade, tiveram, através da cooperativa, a oportunidade de ter trabalho e renda. Pelo menos 35% dos cooperados estão acima dos 40 anos de idade, o que representa algo em torno de 85 trabalhadoras(es). Na cooperativa, existem vários jovens sem experiência profissional e que lá tiveram sua primeira oportunidade de trabalho.

Tabela 3.1 – Distribuição dos(as) cooperados(as) da Coopfaxina por faixa etária.

	Faixas etárias (anos)									
	20-24	25-39	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
Número de cooperados(as)	33	57	40	35	26	28	15	12	3	1

Fonte: elaboração própria a partir das fichas de inscrição e caderno de matrícula dos cooperados.

Outro dado importante é o grau de escolaridade, na medida em que costuma ser também um fator de seleção e exclusão no mercado de trabalho. A tabela 3.2, que está abaixo, mostra esse dado para a Coopfaxina. Grande parte dos trabalhadores associados tem pouca ou nenhuma instrução:

Tabela 3.2 – Distribuição dos(as) cooperados(as) da Coopfaxina por grau de escolaridade.

	Graus de escolaridade					
	Analfabetos(as)	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Curso técnico ¹⁰
Número de cooperados(as)	52	113	20	5	58	2

Fonte: elaboração própria a partir das fichas de inscrição e caderno de matrícula dos cooperados.

Existem outros dados que podem ser destacados: em torno de 12% dos cooperados e cooperadas dessa cooperativa têm antecedentes criminais (dado extra-oficial, de controle da Diretoria); aproximadamente 83% dos atuais associados tinham “renda zero” antes de sua entrada no empreendimento; há, entre os cooperados, dois portadores de necessidades especiais, no momento; há 11 mulheres que começaram a fazer parte da

¹⁰ Ensino médio completo e também algum curso técnico.

cooperativa num momento em que eram gestantes e que haviam perdido os antigos empregos em razão da gravidez.

Atualmente, a renda dos cooperados da Coopfaxina fica em torno de seiscentos reais por mês. O que a Prefeitura repassa mensalmente é fixo, mas o valor recebido pelos sócios que trabalham nos prédios públicos da Saúde é ligeiramente superior àquele recebido pelos que atuam nos prédios da Educação. Esse valor, segundo a Incubadora, está acima do piso estabelecido para os profissionais do setor e já inclui, no montante, o décimo terceiro e férias, mas como tudo é dividido em 12 parcelas mensais, muitos trabalhadores não sabem que dispõem de tais benefícios, sendo um dos principais problemas apontados pelos próprios cooperados, como veremos mais adiante.

É inquestionável que o surgimento e o crescimento da Coopfaxina possibilitaram que pessoas com poucas chances de conseguir um emprego ou um trabalho numa empresa comum ou no mercado de trabalho em geral, em função de baixa escolaridade, falta de experiência profissional, idade mais avançada, etc., conseguissem ter acesso à renda.

Podemos destacar dois problemas que afetaram a cooperativa recentemente e chegaram a abalar seu funcionamento e estrutura. O primeiro deles refere-se a processos judiciais de cunho trabalhista que foram movidos contra a Coopfaxina. O outro diz respeito ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que o empreendimento foi obrigado a assinar, mas que limita, e muito, suas atividades. Exploraremos melhor cada uma dessas questões.

Em 2008, duas ex-trabalhadoras da Coopfaxina entraram na Justiça com processos trabalhistas contra a cooperativa. As cooperadas, que permaneceram por muito tempo no empreendimento, alegaram que ao saírem da Coopfaxina, não tiveram acesso a nenhum tipo de benefício, como, por exemplo, fundo de garantia. Para que a Justiça desse ganho de causa para as ex-cooperadas, era necessário descaracterizar o empreendimento como cooperativa e caracterizar o vínculo empregatício.

O advogado das ex-sócias tentou mostrar que haveria subordinação no trabalho, isto é, que as cooperadas tinham que cumprir ordens dadas, no caso, pelos funcionários da Prefeitura Municipal (uma vez que seus postos de trabalho eram em prédios da Prefeitura). É interessante ressaltar que as duas mulheres eram representadas pelo mesmo advogado, o qual já havia tido como clientes outros ex-sócios da cooperativa. Segundo relatos, o referido advogado já havia sondado vários outros cooperados com a proposta de processar o empreendimento.

Não era a primeira vez que a cooperativa sofria esse tipo de ação na Justiça, desde o início de suas atividades isso já acontecia. A diferença é que a Coopfaxina nunca

havia perdido um causa desse tipo, e desta vez houve uma derrota em primeira instância. Foi nesse momento que a cooperativa e a Incubadora começaram a perceber que o contexto estava mudando e que a situação, em âmbito nacional, estava se tornando cada vez menos favorável para as cooperativas de trabalho. A Coopfaxina entrou, então, com um recurso na comarca de Campinas, mas a nova audiência levaria pelo menos um ano para ocorrer. Enquanto isso foi necessário fazer um depósito em juízo, dinheiro que teve de ser retirado do fundo coletivo.

Essa situação gerou uma crise na cooperativa, em vários sentidos. Primeiramente, temeu-se que outros cooperados e ex-cooperados entrassem com processos na Justiça também. Se houvesse mais algumas causas perdidas, o fundo coletivo não suportaria e a cooperativa não teria como se manter. Em segundo lugar, e talvez mais importante, é que ficou claro para todos que não havia, por parte de todos os cooperados, uma compreensão clara do que seria o cooperativismo, a autogestão, a Economia Solidária e outros valores importantes para a manutenção de um empreendimento desse tipo. Tanto é que houve muita discussão em torno da questão de como os outros cooperados deveriam receber a notícia da perda da causa, pois não se sabia se a reação seria de apoio à cooperativa, numa intenção de proteger o trabalho da coletividade, ou se, a partir disso, poderia haver mais ações trabalhistas. Assim, já percebemos que não havia segurança quanto à solidariedade entre os próprios cooperados e que faltava coesão ao grupo.

O segundo problema que a cooperativa vem enfrentando refere-se ao TAC – Termo de Ajuste de Conduta. Já relatamos que os primeiros postos de trabalho conquistados pela Coopfaxina, em seu início, foram na UFSCar. No entanto, tais postos não foram mantidos por muito tempo, pois um TAC impediu que cooperativas de trabalho participassem de editais para contratos de prestação de serviços em órgãos federais. A alegação era de que as cooperativas de trabalho seriam todas, por sua natureza, fraudulentas, uma vez que não têm uma produção específica (um produto final), haveria subordinação e, ao mesmo tempo, nenhum direito trabalhista garantido aos trabalhadores¹¹.

Em São Carlos, essas questões começaram a aparecer em agosto de 2008, mas a nível nacional já em 2003. Um acordo entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia Geral da União (AGU) determinou que o caso das cooperativas de trabalho fosse analisado com mais rigor pela lei e pelas fiscalizações. Segundo Singer (2004b), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem a função de combater a destruição dos direitos dos trabalhadores. Uma parte desse combate tem se dirigido contra as cooperativas de trabalho,

¹¹ Muitas dessas informações relativas aos TAC's foram obtidas junto à assessoria jurídica da Coopfaxina. Ainda não temos dados mais precisos quanto à situação geral das cooperativas do Brasil.

dentro de numa tentativa de distinguir as “falsas” das “verdadeiras”, ou o que chamam de “cooperativas de trabalho” e “cooperativas de mão-de-obra”. Nesse sentido, foi desenvolvido um manual para que os fiscais possam discernir quando uma cooperativa vende o produto do trabalho de seus membros, com meios próprios de produção, daquelas que vendem o serviço feito com meios de produção e no local do comprador. Porém, esse manual tem se mostrado falho, uma vez que a diversidade de experiências torna a questão bem mais complexa. Além disso, os fiscais se guiam, em grande parte das vezes, por solicitações de rivais, no geral empresas terceirizadoras de mão-de-obra, que desejam tomar o mercado das cooperativas.

A fiscalização atingiu primeiro a prestação de serviços a órgãos federais, depois aos estados e, por fim, aos municípios e à iniciativa privada, de forma que o mercado das cooperativas de trabalho foi se restringindo até praticamente se esgotar, uma vez que não está sendo mais possível participar de editais públicos nem prestar serviços para empresas privadas. A Coopfaxina, que já havia sido atingida pelo TAC federal quando tinha postos de trabalho na UFSCar, viu seus postos de trabalho na Prefeitura Municipal de São Carlos, ou seja, praticamente a totalidade de seus postos de trabalho naquele momento, serem ameaçados por um novo TAC, desta vez em nível municipal.

Tudo isso se passou depois que a cooperativa já havia renovado seu contrato com a Prefeitura até o início de 2011. Caso a cooperativa não assinasse o TAC, que foi proposto por um promotor público da cidade de Araraquara, o contrato com a Prefeitura seria rompido imediatamente e todos os postos de trabalho nos prédios municipais seriam perdidos. Por outro lado, caso a Coopfaxina assinasse o TAC tal como foi proposto inicialmente, a cooperativa nunca mais poderia concorrer em editais municipais, mesmo que a nova lei sobre cooperativas, que no momento aguarda votação no Senado para substituir a lei de 1970, fosse aprovada.

Essa nova lei, cujo autor é o deputado Pompeu de Matos (PDT-RS), propõe a criação de outra modalidade de relação de trabalho para as cooperativas, mas, por incluir pontos polêmicos, não há uma previsão para que entre em vigor. A polêmica refere-se, basicamente, ao fato de que a lei propõe a criação de fundos obrigatórios para as cooperativas. Um grupo de pessoas ligadas ao movimento da Economia Solidária é contra essa obrigatoriedade porque, segundo eles, comprometeria a autonomia dos empreendimentos. Além disso, a criação de novas cooperativas seria dificultada, uma vez que manter esses fundos é muito difícil para empreendimentos iniciantes, que não dispõem de capital. Por outro lado, existem aqueles que torcem pela aprovação da lei da maneira em que ela se encontra, e

um dos motivos é frear o fechamento de cooperativas de trabalho nesse contexto de atuação do Ministério do Trabalho.

Diante do impasse e após muitas discussões, com interferência inclusive da Incubadora, foi feito um acordo em que ficou estabelecido que a Coopfaxina poderá cumprir seu contrato com a Prefeitura, que vai até 2011 e, caso a nova lei entre em vigor, poderá participar dos editais públicos. Porém, os outros contratos que a Coopfaxina tinha com empresas privadas tiveram de ser rompidos e a cooperativa fica impedida nesse período, ou até vigorar a nova lei, de fazer novos contratos ou participar de outros editais, restringindo muito a capacidade de crescimento do empreendimento.

No momento, Coopfaxina e INCOOP discutem alternativas. Entre as possibilidades, existe a alternativa de alteração da personalidade jurídica do empreendimento que, neste caso, deixaria de ser cooperativa e se tornaria uma empresa convencional. Se esta for a opção, existem diversos formatos possíveis. Outra possibilidade, a qual não exclui necessariamente a primeira, seria a formação de outros empreendimentos a partir da Coopfaxina. De uma maneira ou de outra, a idéia da Incubadora é que a autogestão e os valores da Economia Solidária sejam preservados e, principalmente, que as pessoas continuem tendo acesso a trabalho e renda.

3.4. A Coopcostura

Chego ao local marcado para a reunião da cooperativa de costura. Não conheço ninguém. Procuo pela coordenadora executiva da Incubadora que é responsável pelo empreendimento em questão. Sou informada de que ela ainda não chegara. Sento-me então em um banco para esperar. O lugar é bonito: pertence a uma congregação de religiosos da Igreja Católica, tem um ginásio esportivo, muitas árvores e duas construções divididas em muitas salas. É em duas delas que funciona a Coopcostura. Nada disso ainda tinha muito significado, até que, em certo momento, olho sob meus pés, e então as coisas começam a fazer sentido: sob meu banco há um papelão, na verdade uma caixa destruída, e nela uma etiqueta com o nome e emblema de uma grande e famosa empresa da cidade que fabrica toalhas. Para quem conhece um pouco sobre o funcionamento das cooperativas de costura no Brasil, não é necessário dizer mais muita coisa (notas de diário de campo).

A Coopcostura, tal como a Coopfaxina, não é uma cooperativa que surgiu recentemente. Ela completa, em 2010, dez anos de vida. O empreendimento também tem origem nas discussões realizadas pela Incubadora com os moradores do Bairro A. Algumas das mulheres que possuíam experiência anterior no ramo da costura manifestaram interesse em formar um empreendimento nesse segmento.

Num primeiro momento, porém, não foi possível que a INCOOP/UFSCar apoiasse esse projeto de cooperativa devido à falta de recursos. No entanto, coordenadores da

Incubadora entraram em contato com uma congregação de religiosos da Igreja Católica, os quais cederam, através de um convênio, um local e máquinas que as mulheres poderiam utilizar para o início de suas atividades. A Incubadora também conseguiu encaminhá-las para um curso de capacitação em costura oferecido pelo SESI (Serviço Social da Indústria). A INCOOP só pôde, de fato, assumir a incubação a partir de 2000.

O grupo que compunha a Coopcostura demorou algum tempo para decidir em que área atuaria dentro do segmento da costura. Optou, então, por atuar como facção, ou seja, prestar serviço de costura para outra empresa, como ocorre com tantas cooperativas de costura no país. Essa opção, com o passar do tempo, passava a desagradar cada vez mais a Incubadora, que considerava que esse tipo de trabalho, ao invés de propiciar um ganho de autonomia e emancipação para as trabalhadoras, subordinava-as à outra empresa, o que não estaria de acordo com os princípios da Economia Solidária que a INCOOP buscava disseminar. No entanto, o apoio ao grupo continuava.

Essa situação assim permanecia até que, em 2006, houve uma ruptura, e a Incubadora decidiu interromper a incubação da Coopcostura uma vez que o grupo, que se sentia confortável e estabilizado como facção, se recusava a pensar em uma saída mais autônoma, isto é, trabalhar com confecção própria. Durante o período de afastamento, a cooperativa seguiu com suas atividades, e o contato com a INCOOP nunca se perdeu por completo. Quando a Incubadora iniciou sua nova fase, com o projeto de desenvolvimento territorial, houve uma reaproximação, uma vez que boa parte das cooperadas da Coopcostura é da localidade privilegiada pelo projeto. Desde 2008, a INCOOP reassumiu a incubação, na perspectiva de contribuir para a organização do empreendimento e levar a idéia, novamente, da atividade de confecção própria.

A cooperativa continua funcionando no mesmo espaço em que iniciou suas atividades, mas atualmente as cooperadas pagam aluguel para uso do local. Grande parte do maquinário ainda é cedida e a outra parte é de posse do próprio empreendimento. Atualmente, a cooperativa conta com 21 sócias e não há nenhum homem no empreendimento. 18 mulheres estavam em plena atividade no momento da pesquisa, duas estavam afastadas por problemas de saúde e uma estava de licença-gestante. Há mulheres bem jovens na cooperativa, com 20 anos, e outras bem mais velhas, com 60 anos ou mais, mas a maioria se situa na faixa entre 45 e 55 anos. A cooperativa tem uma Diretoria, composta por presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira e as respectivas suplentes. Há também um Conselho Fiscal, formado por três pessoas. Existem eleições para rotatividade dos cargos a cada dois anos.

Como dissemos, a cooperativa atua no ramo de costura e confecção, e a maior parte do trabalho realizado pelo empreendimento é o acabamento de toalhas produzidas por uma grande e tradicional fábrica de toalhas e roupas de banho existente na cidade. Para tal atividade, a cooperativa se dividiu em dois setores básicos: o primeiro é o setor de costura propriamente dita, em que as mulheres que sabem operar as máquinas fazem as “barras” ou “bainhas” nas toalhas. O segundo setor é o de acabamento, corte e limpeza, em que as demais cooperadas (que não sabem utilizar as máquinas de costura) fazem a separação das toalhas (que vêm em grandes rolos) e a limpeza do material pronto (retiram fiapos e pedaços de linha solta que eventualmente tiverem ficado após a costura). Existem encomendas de outras espécies, como de uniformes, agasalhos, camisetas, mas são bem mais marginais. A cooperativa não consegue atender a esse tipo de demanda e nem diversificar suas atividades em função do compromisso com a fábrica de toalhas.

As cooperadas têm uma meta semanal ou mensal a cumprir, de forma que quem acaba ditando o ritmo da produção é a pessoa da fábrica de toalhas que está em contato constante com a cooperativa e a quem algumas delas chegam a chamar de “patrão”. O horário oficial de funcionamento do empreendimento é de segunda à sexta-feira, das 7 às 17 horas, com intervalo de uma hora para almoço, o que significa uma jornada de nove horas diárias. Não são raras, porém, as vezes em que, em função da produção, o horário se estende por mais uma hora nos dias de semana e que há a necessidade de trabalhar aos sábados, por mais oito ou dez horas. A retirada mensal varia, mas costuma ficar entre 600 e 900 reais.

Apesar da Coopcostura não ser uma cooperativa iniciante, há muitas questões e medidas sobre a gestão e organização que só estão sendo discutidas e implementadas agora. Não há ainda a sistemática de assembleias regulares, mas reuniões com todo o coletivo sempre ocorreram de maneira não regular, principalmente para a resolução de problemas. O regimento interno acaba de ser finalizado e aprovado.

É importante ressaltar que, no momento vivido por esta cooperativa, simplesmente abandonar o trabalho como facção e passar a atuar como confecção autônoma não é simplesmente uma questão de decisão e vontade. A cooperativa, há muito tempo, trabalha dessa maneira e alcançou estabilidade do ponto de vista dos ganhos financeiros. As cooperadas consideram que sua retirada mensal é muito satisfatória, levando-se em conta seu grau de escolaridade, suas experiências anteriores de trabalho e mesmo o trabalho dos cônjuges. Atuar como confecção exige capital de giro, pesquisa detalhada de mercado, capacidade de criação de modelos, envolve riscos que as cooperadas não parecem dispostas a correr em nome de uma maior autonomia e emancipação em seu trabalho.

3.5. A Coopcozinha

A Coopcozinha surgiu no mesmo contexto que as demais cooperativas, com algumas mulheres demonstrando experiência e interesse no segmento culinário. O que aconteceu, tal como com a Coopcostura, foi que a INCOOP/UFSCar não conseguiu, num primeiro momento, atender às demandas de todos os grupos que se reuniam àquela época. Uma cooperativa de alimentação requeria um local apropriado e equipamentos que nem a INCOOP nem o grupo podiam prover. A única ajuda que a Incubadora conseguiu proporcionar ao grupo interessado foi um curso de capacitação em culinária oferecido pelo SESI, o que permitiu que o coletivo fosse se estruturando.

Logo no início do funcionamento do empreendimento, porém, conflitos internos fizeram com que o grupo “rachasse”. A Diretoria foi trocada e poucas pessoas do grupo inicial permaneceram nessa “nova fase”. Em 2001, a Coopcozinha foi formalizada. Naquele ano, um prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu pela primeira vez o governo da cidade de São Carlos. Tal gestão da Prefeitura passou a se interessar pelas questões da Economia Solidária na cidade e tomou para si a responsabilidade da incubação da Coopcozinha. A Prefeitura já tinha a intenção de implantar na cidade um restaurante popular, mas ainda não havia verba para isso. Assim, a principal atividade desenvolvida pela cooperativa era o preparo de alimentos para *coffee breaks*.

O grupo, porém, nunca se afastou completamente da Incubadora e sempre solicitava alguns tipos de auxílio, principalmente na parte de administrativa e financeira. Quando ocorreu a ruptura entre Incubadora e a Coopcostura, em 2006, um dos técnicos da INCOOP foi autorizado a prestar uma assessoria pontual à Coopcozinha nesse setor que a cooperativa demandava. A própria Incubadora já vinha com um interesse em indicar a Coopcozinha para alguns tipos de eventos e para desenvolver algumas atividades juntamente com outros empreendimentos, na perspectiva de formação de redes solidárias, para tanto sabia que o grupo necessitava de auxílio.

Hoje, a cooperativa conta com algo entre 25 e 30 pessoas, segundo informações da Incubadora, sendo que, destas, 90% são mulheres. O empreendimento se dedica quase que exclusivamente à prestação de serviços para o restaurante popular, que iniciou suas atividades em São Carlos em 2008. A Coopcozinha conquistou esses postos de trabalho através de processo licitatório, mas, tal como aconteceu com a Coopfaxina, por atuar mais como cooperativa de serviços ou mão-de-obra do que de produção, foi pressionada a assinar, em 2008, um Termo de Ajuste de Conduta, o qual a impedia de participar novamente

de editais públicos e também de prestar serviços no setor privado. O acordo firmado permitiu apenas que a cooperativa continuasse cumprindo seu contrato por mais um ano, prazo que se encerrou no fim de 2009.

A partir disso, não se sabe o que pode acontecer com a cooperativa. Uma opção seria que a Coopcozinha se voltasse para as atividades de produção de alimentos, em detrimento da prestação de serviços, como o retorno ao preparo de *coffee breaks*, o que exigiria do empreendimento um grande esforço de reorganização, enfim, um recomeço. Outra possibilidade que se coloca fortemente é o fechamento da cooperativa e a incorporação das “ex-cooperadas” à empresa que venceu a nova licitação da Prefeitura. A INCOOP nunca chegou a assumir de fato a incubação da Coopcozinha. Isso iria acontecer dentro do projeto de desenvolvimento territorial da Incubadora, e as negociações caminhavam nesse sentido quando surgiu o TAC. Só o futuro dirá o que vai acontecer com o empreendimento e seus trabalhadores.

4. As(os) trabalhadoras(es) cooperadas(os) e sua percepção da Economia Solidária

Neste capítulo, discutiremos como os trabalhadores e trabalhadoras compreendem e vivenciam a autogestão e a Economia Solidária no seu cotidiano de vida e trabalho. Primeiramente, traçaremos um perfil dos entrevistados. Em seguida, discutiremos, em diversos tópicos, as principais questões referentes à compreensão desses trabalhadores sobre o trabalho nas cooperativas.

4.1. Perfil dos entrevistados

Entre os entrevistados da Coopfaxina, 14 eram mulheres e seis, homens. Eles tinham de 19 a 64 anos. Quanto à raça/etnia, sete se declararam brancos, sete negros, quatro morenos, uma pessoa se considera parda e uma mulata. Em relação à escolaridade, onze dos entrevistados têm ensino fundamental incompleto, três pessoas completaram o ensino fundamental, três têm ensino médio incompleto e três, completo. A renda familiar da maioria dos entrevistados está entre 500 e 1500 reais mensais, e a média de filhos está entre quatro e cinco. Em relação às funções ocupadas pelos entrevistados da Coopfaxina, 12 pessoas trabalham diretamente na limpeza ou na manutenção¹², uma pessoa trabalha na parte de limpeza e também faz parte de Conselho, duas pessoas fazem parte de Conselhos e atuam na área administrativa, três pessoas ocupam cargos de Diretoria e dois entrevistados são suplentes.

Todas as entrevistas realizadas na Coopcostura foram com mulheres entre 29 a 47 anos. Três se declararam brancas, uma morena e uma, mulata. Três delas completaram o ensino médio e as outras duas concluíram o ensino fundamental. Todas são casadas e têm uma média de dois filhos cada. A renda familiar fica, em geral, na faixa de 1500 a 2000 reais. Todas as cooperadas da Coopcostura são envolvidas nas atividades produtivas, mesmo aquelas que ocupam cargos administrativos: duas das entrevistadas atuam simultaneamente no setor de acabamento e têm cargos de Diretoria, uma também atua no setor de acabamento e faz parte de Conselho, uma atua somente na parte de acabamento e uma atua no setor de costura.

¹² Manutenção é o nome dado a uma função exercida somente por homens na cooperativa e que consiste, basicamente, em carregar e descarregar caminhões nas escolas com móveis, utensílios, materiais de construção e reforma, troca de areia dos parquinhos infantis e outras atividades do gênero.

4.2. Trajetórias de trabalho

Na trajetória dos entrevistados, a origem rural é algo marcante. Em primeiro lugar, o trabalho dos pais dessas pessoas está, na maioria das vezes, associado ao meio rural ou à “roça”, como ouvimos repetidas vezes. Além disso, vários dos cooperados tiveram como primeiro trabalho as atividades na lavoura ou tiveram a experiência de trabalhar em colheita em algum momento da vida. Destaca-se também que, entre as mulheres, as atividades consideradas tipicamente femininas, como a de limpeza doméstica e cuidado de crianças, costumam marcar sua trajetória de trabalho. Entre os homens, podemos destacar as atividades na construção civil e o trabalho em fábricas.

Das(os) 25 entrevistadas(os), a maior parte considera que já esteve por um tempo grande desempregada¹³. Para se manter nos períodos de falta de emprego, as mulheres afirmaram contar com salários dos cônjuges e/ou filhos. Tanto homens como mulheres afirmaram que fizeram trabalhos temporários e informais, os chamados “bicos”. Existem pessoas que nunca tiveram carteira assinada. Daqueles que já foram registrados, o tempo de registro não costumava passar de cinco anos. Vale destacar ainda que a primeira e única experiência de trabalho de alguns dos cooperados foi nas cooperativas.

4.3. Motivação para os trabalhadores entrarem e permanecerem nas cooperativas

Pudemos perceber que a grande maioria dos cooperados da Coopfaxina começou a fazer parte da cooperativa através da informação e indicação de um colega ou parente que já estava no empreendimento. Além disso, os cooperados, em geral, destacam que, na época de sua entrada, se encontravam desempregados e com dificuldades de obter trabalho em função de seu grau de escolaridade, idade e do bairro onde moravam. Abaixo, temos a fala representativa de uma cooperada sobre sua entrada na Coopfaxina:

Era pro meu cunhado ir, mas naquele dia meu sogro passou mal e passou pro meu marido ir, aí meu marido começou a trabalhar. Aí eu fui e dei meu nome, eu estava parada nessa época, aí eu fui lá, dei meu nome, ela falou que ia ficar na lista de espera e se surgisse vaga de suplente, me chamariam. Eu ‘fui indo’ de suplente até que meu primeiro serviço fixo na cooperativa foi na federal, no restaurante, aí foi onde eles perderam lá pra aquela outra firma, aí de lá eu fui pro pronto-socorro,

¹³ Vale destacar que diante da pergunta sobre os períodos em que estiveram desempregados, os trabalhadores, em geral, consideravam que estar desempregado é estar sem emprego formal.

depois eu trabalhei numa creche, e da creche eu vim pra cá (Sônia¹⁴, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

De maneira semelhante, uma das cooperadas da Coopcostura destaca a importância das relações familiares para sua inserção no empreendimento:

Então, como minha mãe trabalhava aqui, aí tava precisando de mais uma e me chamaram. A minha mãe é a mais velha de serviço e a mais velha daqui, que ajudou a fundar aqui (Roberta, 33 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e faz parte da Diretoria).

Podemos perceber, a partir das falas, que as relações de parentesco e amizade se constituem em um meio importante para a entrada nas cooperativas. No caso da primeira cooperada, por exemplo, o sogro trabalhava no empreendimento, depois o marido teve uma oportunidade e, em seguida, ela mesma começou a trabalhar como suplente. Em relação à segunda cooperada, sua inserção na cooperativa se deu através da mãe. É possível constatar, para além das entrevistas, que muitos cooperados têm ou tiveram parentes trabalhando na Coopfaxina: marido e esposa, mãe e filhos, cunhadas, irmãos, entre outros. Além disso, diversos cooperados tomaram conhecimento da cooperativa por morarem nos seus arredores e também por, conseqüentemente, terem vizinhos associados à Coopfaxina, como podemos observar na fala seguinte:

Eu entrei porque eu tava desempregada, tinha minha amiga que tomava conta da cooperativa e eu fui lá, desempregada, com três filhos pra criar, desesperada, e aí ela falou com a irmã dela pra arrumar emprego pra mim, aquela uma que agora é presidente, pediu pra arrumar emprego pra mim porque eu estava desesperada com três filhos pra criar, aí ela pegou e arrumou emprego pra mim (Julia, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho Fiscal).

Outro ponto a destacar na fala da cooperada Julia é que ela afirma que a presidente da cooperativa à época de sua entrada “arrumou um emprego” para ela. No caso de um empreendimento cooperativo, como sabemos, não existem empregados e sim sócios, o que nos leva a questionar a compreensão que os cooperados têm a respeito do cooperativismo.

Não é raro que os relatos dos cooperados expressem uma profunda gratidão em relação à oportunidade de entrar na cooperativa, o que nem sempre significa que esses mesmos cooperados permaneceriam no empreendimento diante de outras oportunidades de trabalho, conforme exemplificado pela cooperada Luiza:

A cooperativa é uma coisa boa, ajuda a gente em tudo o que a gente precisa, mas se aparecesse um serviço com registro agora, entraria (Luiza, 30 anos, cooperada da Coopfaxina).

¹⁴ Substituímos os nomes verdadeiros de cooperados citados no trabalho por nomes fictícios.

Abaixo, a fala de uma cooperada, que está na Coopfaxina desde sua fundação, mostra como a cooperativa surgiu como possibilidade de renda para pessoas discriminadas pelo lugar onde moravam:

Eu fiquei sabendo por morar no bairro mesmo, porque eu sentia rejeição como todas as pessoas estavam sentindo, a gente ia procurar serviço de doméstica e não achava, só consegui esse de doméstica que é onde eu sou registrada porque era patroa da minha mãe. Foi aí que eu descobri o grupo. O pessoal tava indo nos bairros, aí eu comecei a me enturmar, foi aí que eu entrei (Flávia, 32 anos, cooperada da Coopfaxina, fiscal e membro do Conselho de Ética).

No caso do entrevistado José, o trabalho na cooperativa aparece como alternativa diante de sua idade (51 anos), considerada avançada pelo mercado de trabalho em geral, e de seu baixo grau de escolaridade:

Eu soube, né? Eu vivia atrás de emprego, como eu não tenho estudo, não tenho nada...Tudo o que eu sei fazer eu aprendi sozinho: escrever, fazer música, tudo sozinho, à vontade, como eu não tive lá muita oportunidade na vida de estudar, então a gente corria atrás. Quando eu soube que dava emprego [referindo-se ao trabalho na cooperativa], assim, pra quem já tá com a idade, digamos assim, avançada pro mercado de trabalho, e não exigia estudo, nada, eu procurei. Eu moro a dois quartos do escritório [da cooperativa] (José, 51 anos, cooperado da Coopfaxina).

Vale a pena destacar, no entanto, que José já teve passagem, em sua vida, por diversos tipos de trabalho, os quais, na maior parte do tempo, eram assalariados, o que faz com que ele enxergue o trabalho na cooperativa como extremamente precário e dificulta sua compreensão sobre o cooperativismo e a Economia Solidária. Abaixo temos um trecho de sua entrevista que demonstra isso:

Aqui eu trabalho porque eu preciso, mas eu acho uma exploração. Essas cooperativas, pra mim, são focos de exploração do trabalho humano, porque a gente ganha 600 reais, não tem nenhum direito trabalhista e ninguém luta por isso, e não temos direito a passe de ônibus, a nada, quer dizer, praticamente a gente paga pra trabalhar (José, 51 anos, cooperado da Coopfaxina).

Em contrapartida, há quem destaque que um dos motivos principais para a entrada na cooperativa seja a crença na viabilidade de um trabalho autogestionário, sem patrão:

Eu fiquei sabendo pelo rádio, antes disso eu não conhecia a cooperativa. Eu vim a conhecer a Coopfaxina no posto da Redenção, eu vi que lá tinha alguém da cooperativa e fui me informar como é que era a cooperativa, eu não sabia, pra mim era uma firma normal. Aí ela começou a falar da cooperativa e eu me interessei, na verdade eu fiquei mais interessada na Coopfaxina porque não tinha dono, não tinha patrão, eram vários donos, aí eu achei legal essa idéia, e é por isso que eu tô na Coopfaxina até hoje, porque a Coopfaxina não tem dono (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

A fala da cooperada é representativa dos cooperados que estão há mais tempo no empreendimento e que participaram das primeiras discussões, das primeiras lutas e vivenciaram as dificuldades da criação da Coopfaxina. O debate existente, dentro do tema da Economia Solidária, sobre a perda dos valores cooperativos e autogestionários por parte daqueles que se inserem nas cooperativas depois, superadas as discussões iniciais, nos indicam que este é um fator que influencia a compreensão e a participação dos cooperados. Lima (2009:4), ao falar sobre as cooperativas formadas a partir de empresas recuperadas, discute essa “perda de valores” dos novos cooperados em relação àqueles que estão nos empreendimentos desde o início:

A resistência à perda do emprego e a disposição da luta pela sua preservação, característicos dos trabalhadores presentes nos momentos iniciais das cooperativas e mesmo a defesa do caráter coletivo e autogestionário, não encontra o mesmo apelo entre novos associados e mesmo entre trabalhadores contratados com a possibilidade de se tornarem associados.

Entre os entrevistados, temos tanto cooperados que trabalham na cooperativa desde seu início como outros que ainda exercem a função de suplência e lá estão há poucos meses. Dos 20 entrevistados, 18 acreditam que a maior parte de seus colegas de cooperativa deixaria o empreendimento caso recebessem uma proposta de trabalho com carteira assinada. O motivo apontado para isso, comumente, é a falta de benefícios, isto é, a ausência de direitos sociais que estão historicamente atrelados ao assalariamento, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, fundo de garantia, entre outros. Quando questionados diretamente se trocariam o trabalho na cooperativa por um com carteira assinada, a maioria dos trabalhadores respondeu afirmativamente, também em função dos direitos e da estabilidade.

Como mencionamos, coordenadores da Incubadora nos explicaram que, no caso da Coopfaxina, parte desses benefícios está incorporada aos ganhos mensais dos cooperados, mas não aparecem como valores separados, são divididos nas retiradas mensais, e talvez por isso os cooperados não enxerguem esses ganhos, o que explicaria uma parte da questão. Além disso, temos que considerar que a cultura do assalariamento ainda está muito presente nas mentes e nos ideais desses trabalhadores, conforme ilustrado pelo depoimento de uma cooperada que acredita que a maior parte dos trabalhadores abandonaria a cooperativa em função de um trabalho formal, assalariado:

Com certeza [sairia da cooperativa diante da possibilidade de um trabalho com carteira assinada], porque você tem todos os direitos. Eu, depois de cinco anos que eu tô na cooperativa, não sou registrada, não tenho férias. Então, se eu tivesse uma carteira registrada, era muito melhor (Sonia, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

Algumas falas, especialmente de pessoas mais idosas, nos mostram que existe também a idéia de que a cooperativa é algo válido apenas para aqueles que são mais velhos ou não têm estudo suficiente para conseguir outro trabalho. Logo abaixo, temos a fala de uma cooperada nesse sentido:

Esses jovens de hoje, se aparecer um serviço registrado, amanhã ou depois quando eles forem aposentar, é mais fácil pra eles, pra eles é bom. Pra mim, que sou mais velho, é mais difícil (Sebastião, 50 anos, cooperado da Coopfaxina).

Outra cooperada, aqui chamada de Flávia, que pertence a um Conselho e está na cooperativa quase desde o início, revela que ela encontra na falta de compreensão do cooperativismo uma das causas principais para a saída de trabalhadores da cooperativa em busca de trabalhos assalariados:

É aquilo que eu te falei: eles ainda não têm claro o que é uma cooperativa, então eles falam dos direitos, do fundo de garantia, que eles já recebem, mas eles vêm da outra maneira, como uma empresa pagaria pra eles, eu entendo que seria por isso, por esse motivo (Flávia, 32 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

A própria Diretoria da cooperativa admite que a maior parte dos cooperados que conseguem um trabalho com carteira assinada acabam deixando o empreendimento:

Eu acho que a maioria trocaria [o trabalho na cooperativa por outro com carteira assinada], eu tô falando isso por causa da experiência que eu já tenho aqui. Quando eles arrumam um registrado, eles vão embora, por isso que eu tô falando que eles trocariam. É experiência que a gente tem aqui na Diretoria: quando eles arrumam carteira assinada, eles vêm aqui e falam pra gente que eles vão embora (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

O que acontece, porém, segundo a própria Diretoria, é que, depois de algum tempo no empreendimento, alguns trabalhadores não conseguem se adaptar facilmente a um trabalho hierarquizado, controlado, uma vez que, na cooperativa, eles conseguem ter maior flexibilidade em diversos sentidos: horários, faltas, intervalos, forma de execução das tarefas, entre outros. A fala de outra cooperada revela isso também, mostrando que os trabalhadores acabam achando que têm maior liberdade de “fazerem o que querem” na cooperativa, com a segurança de que não serão demitidos:

Na cooperativa eles não têm patrão. A cooperativa, por exemplo, hoje eles querem trabalhar, eles vão, se eles não querem, eles não vão (Sandra, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Em certos casos, o que acontece é que parte dos egressos pede para voltar para a cooperativa, e acaba conseguindo algum tempo depois. Segundo Marcela:

Eles até trocam se eles conseguem um outro emprego, mas depois eles sempre acabam voltando aqui pra cooperativa. Porque a gente já teve vários casos assim. Eu acho que eles percebem que a firma, a carteira registrada é totalmente diferente. Na cooperativa, como a gente diz, eles fazem o que querem (Marcela, 30 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho Fiscal).

Assim, fica claro que alguns vêm a cooperativa como “quebra-galhos”, apenas como uma possibilidade de obter renda em períodos que não estão empregados formalmente e enquanto procuram por outro trabalho:

Se eu entrar numa firma, caso não dê certo, ela não dá a oportunidade de novo de entrar. Então eu não saí definitivamente da cooperativa, aí eu vou, converso com a [nome da presidente da cooperativa] e ela vai me dar outra oportunidade, ela não vai tirar meu nome da lista (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

Outro trabalhador afirma que não recomenda que seu filho tente trabalhar na cooperativa por considerá-la precária e um “quebra-galhos”:

Eu tenho um filho desempregado, mas não aconselho, de forma nenhuma [que ele trabalhe na cooperativa], porque é sem futuro nenhum. Eu gostaria que eles estudassem, se formassem pra ter uma vida diferente da minha, mais digna (...) Isso aqui, pra mim, é, como que eu posso dizer, é um quebra-galho (José, 51 anos, cooperado da Coopfaxina).

Abaixo, temos trechos das falas de duas cooperadas: a primeira, Viviane, está há seis anos na cooperativa, procurou o empreendimento em função do interesse na autogestão, faz parte da Diretoria e pensa em formar nova chapa para concorrer nas próximas eleições do empreendimento; a segunda, Valquíria, é uma das fundadoras da Coopfaxina, atualmente é conselheira, mas já fez parte da Diretoria em outra gestão. É interessante observar como o tempo de experiência no empreendimento, um alto nível de participação e o conhecimento das questões administrativas fazem com que suas falas destoem daquilo que diz a maioria:

Se eu falar pra você que eu já arrumei [um trabalho com carteira assinada] e eu não fui, você não acredita, né? Eu já arrumei e eu não fui, eu não fui. Eu tô sempre falando, eu já falei em outras entrevistas que fizeram comigo, eu gosto disso, eu acredito na Economia Solidária. Nossa! Eu tô empolgada com essa horta¹⁵ que você não faz idéia! Então, eu gosto (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

É por que assim: a cooperativa, você sabe, né? É uma associação de pessoas, mas a maioria das pessoas fala que quer ser registrada, mas, pra nós, é a mesma coisa que registrar, só que a gente não recolhe, o pagamento vem pra gente. Nós pagamos o INPS certinho na cooperativa, mas o povo você sabe como é que é. Eu mesma já tive a oportunidade de trabalhar registrada e não fui, porque eu fiz as contas e sai a

¹⁵ A horta a que a cooperada se refere é outro projeto da INCOOP/UFSCar, dentro da Economia Solidária e do Projeto de Desenvolvimento Territorial da Incubadora, que pretende a implantação de horta ou hortas comunitárias que possam gerar trabalho e renda para moradores do Bairro A e adjacências.

mesma coisa. A gente paga o INPS, que é o mais importante, aí é a mesma coisa. (...) Porque enquanto continua a cooperativa, enquanto eu tô nela, porque ela que me valeu nesse tempo todo, então enquanto eu estiver aqui, eu vou indo, só se um dia não der certo, mas a gente acredita que dá certo, se Deus quiser (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

Encontramos, porém, uma diferença significativa da Coopcostura, em relação à Coopfaxina, no que se refere às possibilidades das cooperadas deixarem o empreendimento. As trabalhadoras da Coopcostura, em geral, acreditam que suas companheiras de cooperativa não deixariam o empreendimento se recebessem uma proposta de trabalho assalariado e de acordo com as leis trabalhistas. A maior parte das entrevistadas também afirma que elas próprias não abririam mão da cooperativa diante da possibilidade de um emprego com carteira assinada:

Não iria [para um trabalho com carteira assinada]. Porque aqui a gente ganha bem, é uma obrigação sua o serviço, só que se você tem que parar, por exemplo, que nem eu tenho filhos, se eu tenho que levar no médico, já não tem aquela preocupação que tem numa firma, tem mais liberdade, até porque o salário é muito bom (Roberta, 33 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e faz parte da Diretoria).

A cooperada Roberta, cuja fala transcrevemos acima, representa a concepção das cooperadas da Coopcostura de maneira geral. Roberta tem uma trajetória ocupacional marcada pelo trabalho no campo (granja, lavoura), pelo trabalho de limpeza em residências e cuidado de crianças, os quais, em geral, são considerados mais precários e mal remunerados. Várias das mulheres têm uma trajetória semelhante.

É importante destacar que em quase nenhum momento as cooperadas dizem ou temos indícios de que elas permanecem na cooperativa em função de ideais ligados ao fortalecimento da Economia Solidária e da proposta autogestionária. Devemos lembrar que além de, em termos financeiros, os ganhos das cooperadas da Coopcostura serem superiores aos dos cooperados da Coopfaxina, o trabalho de costura, ainda que seja muitas vezes precário e realizado por pessoas com pouca qualificação, parece ser mais valorizado socialmente que o trabalho de limpeza, ou seja, elas não têm a necessidade de trocar seu trabalho por um que garantiria maior “status” ou maior reconhecimento. Ademais, o ambiente de trabalho na confecção, apesar do barulho, parece mais salubre, as cooperadas estão menos vulneráveis a riscos, como o de contaminação, por exemplo. Isso não quer dizer que o ambiente, em termos de relações seja melhor, mesmo porque, apesar das cooperadas ressaltarem sua liberdade em faltar, se ausentar, a pressão do coletivo por produtividade é muito grande e constante:

No momento, eu pretendo ficar ainda por aqui, porque como tá dando pra tirar bem, enquanto tiver dando pra tirar bem, eu pretendo sim. Agora, se por acaso abaixar, eu acho que todo mundo vai querer também procurar outros meios (Solange, 29 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza).

Em todos os casos, porém, existem exceções: uma cooperada da Coopcostura, aqui chamada de Lúcia, revela que, após anos de experiência como assalariada, acredita que não voltaria mais a trabalhar “registrada”. Ela entende que a carteira assinada é uma ilusão que ainda atrai as pessoas, mas não representa sempre maiores ganhos nem maior liberdade e autonomia. Hoje, com cinco filhos, ela acredita que a Economia Solidária lhe propicia uma maior harmonia entre vida e trabalho, em relação às experiências como empregada:

Porque eu acho assim: a carteira registrada é uma tremenda ilusão, porque por mais que a gente tenha problema na cooperativa, a gente consegue tá resolvendo, quando você é registrada, não, tem uma pessoa pra te mandar, na minha opinião eu não iria, não trabalharia mais registrada (Lúcia, 36 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro da Diretoria).

Devemos ressaltar, em relação à Coopfaxina, que o medo de que a cooperativa viesse a fechar suas portas, principalmente em função do TAC e dos processos trabalhistas movidos contra o empreendimento, é um dos fatores que fazem com que os cooperados questionem a possibilidade de permanência no empreendimento. O relato da cooperada Luiza evidencia isso e revela o clima de tensão e preocupação que pudemos observar em diversos momentos:

Eu, pra falar a verdade, iria [sair da cooperativa e procurar outro trabalho], por causa desse negócio [TAC] que tá tendo agora, se a cooperativa tiver que parar, a gente fica meio assim, eu iria realmente (Luiza, 30 anos, cooperada da Coopfaxina).

Além de questionar os cooperados sobre as expectativas do próprio futuro no trabalho, procuramos entender o que idealizam para o futuro profissional de seus filhos. Tentamos descobrir se existe a perspectiva de passar para os filhos os valores da autogestão e da Economia Solidária e de incentivá-los a participar de cooperativas ou empreendimentos autogestionários. Questionar sobre o futuro dos filhos contribui para revelar qual é a avaliação do próprio trabalhador em relação à Economia Solidária e qual a sua visão geral sobre o futuro do movimento.

Nesse sentido, os cooperados sempre destacam a importância dos estudos dos filhos, uma vez que a maioria deles próprios não teve a oportunidade de frequentar a escola por muitos anos. Fica evidente sua crença de que esse é o principal motivo pelo qual não encontram outras oportunidades de trabalho e, assim, querem que esse problema não se repita

com os filhos. Em geral, os cooperados dizem querer “um trabalho melhor” para os filhos, isto é, um trabalho melhor que o seu:

Realmente eu preferiria que eles estudassem um pouquinho mais pra ter uma estrutura, melhor do que eu. Eu não tive oportunidade de estudar, então eu queria uma coisa melhor pros meus filhos, nem que fosse pra trabalhar numa fábrica ou numa firma, ou de telefonista, ou numa loja. Se eles precisarem trabalhar numa cooperativa eu não ia me incomodar não, porque o meu marido também, quando ficou desempregado, ele foi trabalhar numa cooperativa, na Coopfaxina. Ele ficou uns seis meses na cooperativa (Luiza, 30 anos, cooperada da Coopfaxina).

Um serviço melhor, né? Não, não é vergonha pra ninguém [trabalhar na cooperativa], mas a gente sonha bem alto. A oportunidade que a gente não tem, a gente deseja pro filho, médico, dentista, qualquer coisa, mas se não aparecesse e ele trabalhasse na cooperativa, eu não teria vergonha nenhuma (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

A primeira fala transcrita acima é da cooperada Luiza, que tem quatro filhos. É interessante observar que ela ressalta a importância dos estudos, mas entre os exemplos de trabalho que deseja para os filhos, ela não cita o trabalho autogestionário, cooperado, e sim trabalhos que, em geral, são assalariados. A segunda cooperada, Alice, que tem um filho, segue a mesma linha, só que dá exemplos de profissões liberais. Para ambas, o trabalho na cooperativa não é indigno, mas deveria ser uma opção para os filhos apenas se não fosse possível que eles conseguissem outros tipos de trabalho. Luiza também dá a entender que o trabalho na cooperativa é uma boa oportunidade em caso de necessidade, de desemprego (como aconteceu com seu marido), mas não para ser encarado como algo definitivo.

Mesmo aqueles que falam de maneira positiva do trabalho na cooperativa, que parecem acreditar no projeto da Economia Solidária, afirmam desejar algo “melhor” para os filhos. Uma das fundadoras da cooperativa até admite que o trabalho na cooperativa poderia ser uma opção para os filhos, mas desde que fosse ocupando um cargo que exigisse maior qualificação:

Na verdade, uma [filha] fala que quer ser professora, o outro quer ser médico, só que tem que estudar bastante. Eu não estudei, mas eu não quero que eles passem o que eu já passei. Vamos supor que eles estudem e a gente precise de uma pessoa no escritório, e puder ajudar em alguma coisa de computação, de contabilidade (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

O que chama mais a atenção nos depoimentos é que os trabalhadores cooperados costumam ver o trabalho em cooperativas como um trabalho, por definição, pouco qualificado. Quando dizem que querem “um trabalho melhor” para os filhos, parece sempre haver a idéia de que só existem cooperativas populares e de trabalhadores pouco qualificados, como de limpeza, cozinha, costura, segurança, artesanato que são os exemplos de

empreendimentos autogestionários que conhecem na cidade. Assim, esses cooperados ainda não percebem que os princípios do cooperativismo e da autogestão podem ser aplicados na organização de diversos tipos de trabalho, desde os menos qualificados até os que exigem mais qualificação e que são mais valorizados socialmente.

De todas as pessoas que foram entrevistadas formalmente na Coopfaxina, apenas uma cooperada destacou a importância de fazer com que os filhos conheçam os valores da Economia Solidária. Ela acha que ainda que os filhos não sejam cooperados no futuro, é importante ter esse conhecimento para poderem agir de uma maneira diferente em sua vida e em seu trabalho:

Eu vou falar pra elas o que é Economia Solidária, agora se você vem falar de elas trabalharem [na Economia Solidária], é meio difícil de falar, é difícil em falar “eu quero que elas trabalhem”, mas que elas entendam o que é Economia Solidária, eu gostaria (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Vale destacar, principalmente no caso da Coopfaxina, a existência de certos “graus de precariedade” no trabalho e na trajetória ocupacional dos trabalhadores que implicam diretamente na percepção de seu trabalho e nas perspectivas de trabalhos futuros. Ou seja, percebemos que a principal perspectiva dos cooperados que, naquele momento, eram suplentes, era conseguir um posto de trabalho fixo na cooperativa. Desta maneira, trabalhadores que têm uma trajetória marcada pelo trabalho informal, temporário, pelos bicos parecem mais satisfeitos com o trabalho na cooperativa, por este lhe parecer mais “estável”, do que os trabalhadores que têm uma experiência maior no trabalho assalariado, “registrado”. Essa diversidade faz com que os trabalhadores tenham perspectivas de futuro diferentes em relação ao trabalho.

Como mostram os discursos, não existe um único motivo para cooperados de empreendimentos diferentes entrarem para as cooperativas e lá se manterem. Não existe sequer um motivo único para cooperados de uma mesma cooperativa. Além disso, as trajetórias individuais de vida e trabalho fazem com que, para cada trabalhador, o sistema de trabalho nas cooperativas tenha pesos e medidas diferentes. Também, pessoas que participaram ativamente do processo de construção das cooperativas têm uma visão diferente, em relação ao empreendimento, daqueles que entraram depois e que não se capacitaram. De uma maneira geral, a maior parte dos trabalhadores se mantém nas cooperativas para obter renda, uma vez que não dispõem de qualificação ou idade para aspirar a um trabalho no mercado de trabalho formal ou a um trabalho que lhe propicie maiores ganhos.

4.4. Participação na cooperativa e formação para a autogestão

Em relação à participação dos trabalhadores no cotidiano da cooperativa, procuramos observar se os cooperados costumam se envolver em atividades que não sejam aquelas relacionadas ao seu trabalho propriamente, isto é, as atividades que ele desenvolve de acordo com sua função produtiva. Para isso, observamos qual era o interesse da administração da cooperativa em trazer os cooperados para as discussões e qual era o interesse dos próprios cooperados em participar das reuniões, assembléias, discussões, comissões, entre outras atividades.

Singer (2001: 46) mostra a importância da participação de todos os sócios, da democracia interna nos empreendimentos solidários:

(...) Economia Solidária são formas de organização econômica que adotam os valores da democracia levados até as últimas consequências dentro da área econômica: de que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam têm que se submeter à sua vontade senão são destituídas e são eleitas outras. Então, Economia Solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas. Mas a igualdade e a democracia são absolutamente centrais.

Gaiger (1999) complementa essa idéia dizendo que a democracia e a participação são garantidas através das decisões tomadas coletivamente pelos associados, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, assegurando-se transparência no exercício da direção e sua fiscalização, regularidade e frequência de reuniões, assembléias e consultas, com elevado grau de comparecimento e mobilização, além de mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos.

Também buscamos saber o que vem sendo oferecido para os cooperados, tanto por parte da própria cooperativa como da Incubadora, em termos de formação e capacitação para o trabalho, para a autogestão e para a Economia Solidária. Da mesma forma, investigamos como, e se, os cooperados participam das atividades fornecidas e como as avaliam. Julgamos que a participação e formação são fatores que implicam na compreensão que os trabalhadores têm da autogestão e na maneira como realizam seu trabalho. Cortegoso *et al* (2005: 18) destaca a importância da formação contínua dos trabalhadores para a Economia Solidária:

Formação contínua e permanente dos membros do grupo incubado, a partir de acesso a oportunidades de capacitação para o cooperativismo, em todas as situações de interação com o grupo, de modo a garantir autonomia para o grupo e inserção no contexto maior da Economia Solidária; condutas de membros de empreendimentos gradualmente mais compatíveis com a cultura da Economia Solidária, em que

predomina a cooperação, a solidariedade, a participação democrática no processo de decisão, a distribuição equitativa dos recursos, a igualdade de direitos e deveres entre todos os membros do empreendimento e propiciar a apresentação e o fortalecimento de condutas nas situações em que elas são necessárias e significativas.

Em relação à Coopfaxina, verificamos que existem assembleias gerais regulares (mensais) que costumam se realizar na primeira ou segunda semana de cada mês. Essas assembleias são divulgadas aos cooperados através de cartazes afixados no escritório da cooperativa e dos avisos nos dias de pagamento, quando os cooperados passam pelo escritório. Observando as atas de janeiro a julho de 2009, percebemos que a participação dos sócios ficou em torno de 40 a 50% nesses meses¹⁶.

Teoricamente, todos os sócios da cooperativa devem participar das assembleias. Caso as faltas sejam persistentes e não justificadas, eles podem ser advertidos e até retirados da cooperativa, decisão que tem que ser tomada em assembleia. O que acontece, porém, é que o Conselho de Ética, que tem como uma de suas atribuições esse controle, não consegue fazer sempre a checagem e as notificações, em função de suas outras atividades. Devemos nos lembrar de que se trata de um empreendimento com um número relativamente grande de sócios e que, além disso, existe uma alta rotatividade de cooperados. De acordo com um levantamento que fizemos a partir dos antigos cadernos de matrícula, averiguamos que já existiam, até o início do segundo semestre de 2009, mais de 150 ex-cooperados, pessoas que chegaram a ter postos de trabalho na cooperativa e que assinaram a saída do empreendimento.

Nas entrevistas, a grande maioria dos trabalhadores da Coopfaxina afirmou participar frequentemente das assembleias da cooperativa. Em geral, os cooperados dizem que o fazem porque acham bom para saber o que está acontecendo:

Costumo [ir às assembleias]. Porque é importante, você tem que estar sempre informado das coisas (Marcelo, 24 anos, cooperado da Coopfaxina).

Os cooperados que não participam com muita frequência das assembleias costumam dar uma desculpa, atribuir à falta de tempo:

Não, não fui ainda nenhuma vez. Porque sempre quando tem, acontece qualquer coisa, assim, não dá pra eu ir, ou, às vezes, a gente tem criança pequena e ela não tá muito bem, e aí vai passando as vezes” (Jaqueline, 29 anos, cooperada da Coopfaxina).

¹⁶ Este dado deve ser relativizado, pois todos os sócios têm obrigação de participar das assembleias, mas já é esperado que os sócios que não estão em atividade ou que tenham função de suplentes (realizando trabalhos menos regulares) sejam menos assíduos às assembleias.

É raro que algum cooperado descreva as assembléias como espaços onde as decisões são tomadas e nos quais os rumos da cooperativa são desenhados. O reconhecimento dessas características costuma aparecer mais nas falas dos cooperados que têm um grau mais alto de participação e conhecimento do funcionamento da cooperativa. A fala da cooperada Flávia, nos demonstra isso:

Eu tô sempre aqui com o pessoal da Diretoria, então tem que passar pros cooperados, e pra mim também, pra gente poder participar, discutir as decisões em assembléia (Flávia, 32 anos, cooperada da Coopfaxina, membro do Conselho de Ética).

Trabalhadores que fazem parte da Diretoria e do Conselho de Ética ressaltam, como a cooperada citada, que devem estar na assembléia também porque faz parte de suas funções, já que elas exercem atividades específicas nessas reuniões. Outros cooperados afirmam que a razão para participar das assembléias é simplesmente porque “têm que participar”, vêem como obrigação. Apenas um dos cooperados nos afirmou abertamente que não participa por não concordar com a forma com que uma cooperativa funciona e, portanto, não crê que as coisas possam ser resolvidas e modificadas através dessas reuniões:

Eu, dificilmente [dificilmente participa das assembléias]. Eu acho que na resolve nada, a batalha favorável a quem trabalha eu não vejo nenhuma (José, 51 anos, cooperado da Coopfaxina).

Na Coopcostura, ainda não existem assembléias regulares. Essa é uma discussão que está em processo agora que a INCOOP/UFSCar retomou a incubação da cooperativa e que vem atuando no sentido de organizar o regimento interno. Mesmo não existindo a regularidade, as cooperadas fazem reuniões quando precisam resolver algum problema ou tomar uma decisão urgente e importante. Nesses casos, todas as cooperadas participam porque as reuniões acontecem durante o expediente. Em geral, elas interrompem as atividades um pouco antes do horário estabelecido para a saída e fazem a discussão. Isso é possível porque o empreendimento é composto de apenas 21 pessoas, que compartilham um mesmo espaço e horário de trabalho. A cooperada Lúcia descreve essa dinâmica:

Olha, as reuniões daqui funcionam assim: quando precisa, quando tem problema, a gente vê que tem que parar e a gente conversa, mas assembléia, assim, a gente ainda não tem. Quando tem a gente participa sempre, dá opinião, todas participam (Lúcia, 36 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro da Diretoria).

No entanto, observamos que as cooperadas, em geral, evitam fazer reuniões e discussões, a menos que seja em caso de extrema necessidade, sob argumento de que esse tipo

de atividade atrapalha a produção¹⁷. A própria Incubadora enfrenta obstáculos para exercer as atividades de incubação, uma vez que existe dificuldade em agendar as reuniões. Além disso, várias cooperadas se queixam de que várias decisões e informações não passam pelo coletivo e são tomadas por um pequeno grupo. A fala de uma das cooperadas nos evidencia essas questões:

Aqui é assim, as pessoas, não são todas, elas não entendem que tem que fazer reunião, eu nem sabia o que era uma cooperativa porque eu não tinha ouvido falar o que era, mas agora eu já entendo um pouco, que precisa fazer, só que muitas vêm primeiro o serviço, que vai atrapalhar, que sempre vai marcando e remarcando, porque várias vezes já marcou com a Incubadora e desmarca, mas não são todas que concordam, muitas concordam de que precisa, mas as outras vêm mais o serviço. (...) Porque geralmente quando elas vão pegar¹⁸ alguém, geralmente elas falam, comunicam, às vezes a gente vê que não é necessário, mas é a opinião quase de uma, então eu acho que devia aumentar o serviço, eu vejo que vai cair um pouco o salário, porque como é dividido, mas depois tem como aumentar, porque daí com uma pessoa a mais, o serviço aumenta, só que de início, até a pessoa aprender, a pessoa não tá bem prática, aí não sai a produção, mas aí depois vai pegando o jeito e aumenta. (Solange, 29 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza).

As cooperadas, em geral, são tão focadas na produção e na produtividade, que é o que garante que seus ganhos se mantenham num mesmo nível ao fim do mês, que parecem não perceber que é essa fixação no objetivo final que faz com que as reuniões sejam evitadas e que, em decorrência disso, nem todas as informações e decisões passem por todo o grupo.

A cooperada Solange, que nos fez o relato acima, é uma das fundadoras da cooperativa e que, portanto, participou das primeiras discussões e passou por cursos de formação e capacitação. No entanto, as cooperadas que entraram depois, se mostram mais preocupadas com o resultado final, isto é, financeiro. É possível perceber igualmente que existe na cooperativa um pequeno grupo (que não faz parte necessariamente da Diretoria) que está acostumado a tomar as decisões de uma maneira prática, por serem pessoas com espírito de liderança ou mais impositivas, e as outras parecem não questioná-las para evitar desavenças. Isso aponta para as dificuldades de implementação da democracia direta nos empreendimentos autogestionários.

A cooperada também aborda a questão da inserção de novos membros na cooperativa. Apreendemos que a grande preocupação das cooperadas da Coopcostura, em relação à entrada de novos sócios, mais uma vez, refere-se à produção. Elas exigem que a

¹⁷ Como já mencionamos, as cooperadas recebem da fábrica para a qual prestam serviço de acordo com o que conseguem produzir e, por isso, têm jornadas de trabalho longas e um acelerado ritmo de produção.

¹⁸ Aqui a cooperada diz “pegar” no sentido de aceitar um novo sócio para o empreendimento.

pessoa que entre para o empreendimento saiba o ofício de costura e que tenha alguma experiência para realizar o trabalho com rapidez para que, assim, a produção seja aumentada:

A gente se preocupa sim, eu principalmente, tenho que ver o trabalho da pessoa, se tá de acordo e se tá dando a produção (Roberta, 33 anos, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro da Diretoria).

Como observamos, o objetivo principal não é a formação para a autogestão, nem a inserção do novo trabalhador no ambiente cooperativo e, muito menos, as implicações do crescimento do número de sócios da cooperativa.

Apesar da Coopfaxina ter crescido muito e de maneira acelerada nos últimos anos, o que já causou vários problemas para a cooperativa, os cooperados, sobretudo aqueles que não estão envolvidos com as questões administrativas do empreendimento, não costumam demonstrar consciência das implicações do aumento do número de trabalhadores associados. Em geral, julgam que a entrada de novas pessoas na cooperativa é algo positivo, uma vez que se trata de uma oportunidade de trabalho e renda para aqueles que, como eles mesmos, precisam de oportunidades. As falas a seguir são representativas em relação a essa questão:

Eu acho que é bom [a entrada de novos sócios] porque tem pessoas que entram estão precisando, então eu acho que é bom (Luzia, 39 anos, cooperada da Coopfaxina).

É bom, é bom porque tá progredindo, a cooperativa tá crescendo, dá emprego pros outros que devem tá na situação minha quando eu entrei (Julia, 46 anos, cooperada da Coopfaxina).

Apenas os cooperados mais experientes e mais inteirados a respeito dos problemas¹⁹ enfrentados pela cooperativa recentemente destacam o aumento do número de cooperados como motivo de preocupação. O depoimento a seguir é ilustrativo a esse respeito:

A gente fica naquela preocupação: será que vai dar certo? Porque quanto mais gente vai piorando mais os problemas, mas por outro lado, quanto mais gente melhor, mais emprego. É isso aí, tá controlado hoje em dia, graças a Deus. A gente não sabia nada, e hoje em dia a gente sabe de tudo, quase de tudo. Sem estudar você vem aqui, as pessoas estudam, por exemplo, pra entrar numa empresa, e a gente aprende na prática, isso que é bom (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

No que se refere à formação e capacitação para a autogestão, quase todos os cooperados da Coopfaxina já fizeram o curso de formação em cooperativismo. Esse curso, de acordo com as regras da cooperativa, deveria ser oferecido ao trabalhador antes de sua entrada para o empreendimento. Entretanto, o que acontece na prática é que, em função da

¹⁹ Aqui estamos nos referindo principalmente aos processos trabalhistas movidos contra a Coopfaxina por ex-cooperados.

necessidade e da alta rotatividade, muitas vezes isso não ocorre, e o cooperado fica por algum tempo na cooperativa sem ter feito o curso, até que se some certo número de pessoas, e, então, a capacitação seja oferecida pela Incubadora ou pela Diretoria. Em geral, os cooperados dizem que foi bom ter feito o curso, que foi interessante, mas a avaliação não passa disso.

Em relação a outros cursos de formação e de capacitação para o trabalho, a maior parte dos sócios nunca realizou nenhum. Os cooperados mais antigos fizeram alguns cursos de capacitação, como o de limpezas especializadas e uso de aparelhos de limpeza. Já foram oferecidos alguns outros pela Incubadora, como os de computação e letramento, que tiveram a participação de alguns cooperados. Recentemente, foram oferecidos outros cursos de capacitação, mas que não tiveram procura por parte dos cooperados. Em geral, eles dizem que não têm tempo ou alegam dificuldade para ir até os locais das atividades. A Diretoria e os Conselhos também chamam, vez ou outra, os cooperados a participarem de reuniões ou comissões, no entanto pudemos observar que são sempre as mesmas pessoas que costumam se interessar.

Já as cooperadas da Coopcostura nunca fizeram um curso de formação em cooperativismo e ainda não havia nenhuma exigência para isso na cooperativa. As cooperadas que participaram do curso são aquelas que estão no empreendimento desde o início, da fase de formação. São essas também que fizeram cursos de capacitação. As demais aprendem sobre cooperativismo e Economia Solidária a partir da conversa com as outras ou das reuniões que existem com coordenadores da Incubadora, ainda bastante esporádicas. Algumas revelam que já participaram de algum evento ou reunião fora da cooperativa com o tema da Economia Solidária, mas trata-se da minoria.

Assim, podemos dizer que a maior parte dos cooperados tem uma formação mínima para o cooperativismo. Há grandes dificuldades para uma formação continuada. No caso da Coopcostura, o problema principal parece ser a preocupação quase que exclusiva com a produção, que dificulta a abertura das cooperadas para novas atividades. Em relação à Coopfaxina, a maior dificuldade seria o grande número de sócios e a dispersão de seus espaços de trabalho. Esses fatores acabam por comprometer também a participação dos sócios nas decisões sobre os empreendimentos, que fica restrita a alguns aspectos.

4.5. As vantagens e desvantagens do trabalho nas cooperativas

Os teóricos do movimento apontam diversas vantagens ou pontos positivos em relação trabalho na Economia Solidária: ele é apresentado como mais autônomo,

emancipatório, menos discriminatório e menos exploratório, propicia mudanças sociais mais amplas, envolve uma preocupação com o entorno social e o meio ambiente, entre várias outras características (Singer, 2000, 2004; Gaiger, 2008). Assim, vamos discutir neste item quais os pontos que os próprios trabalhadores consideram positivos e negativos em relação ao seu trabalho nas cooperativas, o que contribui de maneira significativa para compreendermos qual é a percepção do cooperado sobre seu próprio trabalho.

Em relação à Coopfaxina, existem duas características principais citadas como positivas sobre a cooperativa: a primeira é que o empreendimento não tem as mesmas exigências, em relação à qualificação, escolaridade e idade que o mercado de trabalho de maneira geral. Em segundo lugar, os trabalhadores apontam como vantagem, em relação a outros trabalhos, o fato de, na cooperativa, não haver patrão, isto é, não haver a figura do chefe que ordena, pressiona e inspeciona o trabalho. O relato abaixo nos demonstra não haver, na cooperativa, exigências de qualificação e de limite de idade:

São várias coisas positivas que eu acho da cooperativa: não exige estudo, idade, só que tem pessoas que não valorizam realmente o serviço, porque tem serviço que exige idade, curso, se você não tiver um curso não entra, se não tiver experiência não entra, então é legal a cooperativa, é positiva por causa disso, não exige muitas coisas. (...) Então eu acho muito positiva a cooperativa por causa disso, ela não exige coisas que uma fábrica exige (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

A cooperada Laura ratifica a fala anterior e aponta como vantagem a não necessidade de comprovar antecedentes criminais:

Eu acho que é bom porque você não precisa ter diploma, eles não vão lá buscar antecedentes criminais, acho assim que é uma boa o trabalho na cooperativa (Laura, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

A esse respeito, o cooperado Sebastião afirma não haver nenhum tipo de discriminação na aceitação dos novos cooperados:

Na cooperativa não tem discriminação de idade, dá preferência pra todo mundo, não existe cor, não existe nação, não existe nada (Sebastião, 50 anos, cooperado da Coopfaxina).

A cooperada Julia ressalta a importância de haver certa autonomia na realização de seu trabalho:

Eu, eu vou falar a verdade: eu penso que, até hoje, a cooperativa é o melhor trabalho que eu já tive, porque eu sempre cortei cana, trabalhava numa linha de montagem, eu trabalhava o dia inteiro naquela linha, trabalhei muito, inclusive, quando eu trabalhava, eu engravidei, perdi meu filho, de tanto trabalhar. Então, a cooperativa foi um dos melhores serviços que eu tive, porque ninguém manda em você, você faz suas obrigações, seus deveres, ninguém é seu chefe, ninguém te manda (...), a gente só sabe o que a gente tem que fazer, a gente tem que fazer direito porque a gente tá

aqui pra isso. Aqui, eu trabalho do jeito que eu quero, eu faço as coisas do jeito que eu quero, eu chego ninguém fala nada, ninguém fala “tem que fazer isso” ou “isso tá mal feito”, tá tudo bom, então isso é muito bom, aqui pra mim é muito bom (Julia, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho Fiscal).

Julia destaca ainda que o trabalho na cooperativa é o melhor que já teve, comparando com um trabalho em fábrica, em linha de montagem, por exemplo. Alguns cooperados enfatizaram, nesse sentido, que o trabalho na cooperativa não é muito pesado, mas percebemos que isso varia conforme a experiência anterior de trabalho desses sócios. Alguns trabalhadores que tiveram a experiência de trabalho na lavoura consideram o trabalho de limpeza muito mais “leve”:

Eu gosto de trabalhar aqui, não é um serviço tão pesado. Na lavoura já é mais pesado, porque você fica ao sol o dia inteiro, a tarde inteira, e aqui não, você fica sempre na sombra, tem vantagem bastante, da cooperativa (Sonia, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

O fato de não haver chefe ou patrão também foi apontado pelas cooperadas da Coopcostura como um dos principais pontos positivos do trabalho na cooperativa. A fala da cooperada Juliana evidencia isso:

Olha, na cooperativa, é bom, porque, assim, você tá trabalhando pra você, você não tem um patrão que tá ali te obrigando a fazer as coisas, só que se a gente trabalha, a gente tem que ter consciência de que é nosso, então a gente tem que lutar pra aquilo crescer, numa empresa, a maioria fala assim “ai, eu sou mandado, então eu faço o que tem que fazer naquela hora, se não deu tempo de acabar, amanhã eu faço”. Porque aqui a gente tem uma meta, se no final do dia nós temos que fazer aquilo, nós temos que fazer (Juliana, 30 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de costura).

Devemos enfatizar, porém, que, como a própria cooperada ressalta em sua fala, apesar de na cooperativa não haver um chefe, as cooperadas têm metas rígidas de produção a serem cumpridas, as quais são estabelecidas não só por sua própria capacidade produtiva, mas, especialmente, pela empresa para a qual prestam serviço. Em algumas situações informais, inclusive, elas chegam a se referir à pessoa da fábrica de toalhas que leva o material para ser costurado como “chefe” ou alguém que tenha o poder de mando.

Outro ponto citado como vantagem em se trabalhar na cooperativa é a flexibilidade em relação a faltas e horários. As cooperadas costumam valorizar a possibilidade de poderem se ausentar eventualmente ou sair em horários de expediente para resolver algum problema dos filhos ou levá-los ao médico, sem que haja risco de demissão ou exclusão:

A gente tem também a liberdade pra poder resolver alguns problemas de casa (Roberta, 33 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e faz parte da Diretoria).

Apesar do risco de demissão não existir, existe, em geral, uma pressão significativa exercida pelas próprias colegas quando alguma outra tem que se ausentar, e a causa disso é, mais uma vez, a preocupação em manter os níveis de produção.

Como desvantagem, as cooperadas da Coopcostura mencionam a ausência de certos benefícios sociais que tradicionalmente acompanham o salário no trabalho formal. No entanto, este não parece ser um grande problema para as cooperadas, principalmente porque avaliam que sua remuneração é bastante satisfatória, o que compensaria a ausência de alguns benefícios. Além disso, as cooperadas pagam o INSS normalmente e têm uma espécie de fundo de Natal, ou “caixinha”, como chamam, que substituiria o décimo terceiro salário. Dessa maneira, a ausência de outros direitos não parece ser um problema significativo.

Esse não é o caso da Coopfaxina. A falta de carreira assinada seria o principal problema apontado pelos cooperados em relação ao seu trabalho. Apesar dos cooperados terem certos benefícios pagos juntamente com sua retirada mensal, a maior parte deles não é consciente disso. Além do mais, se ressentem do fato de que, ao sair da cooperativa, não têm nada a receber, no caso, fundo de garantia ou algo equivalente:

Se eu saio hoje, faz cinco anos, se eu trabalhasse numa empresa, teria fundo de garantia pra eu receber, poderia tirar férias, por exemplo, se eu falto, tem que pôr alguém e eu perco o dia, então tem uns pontos meio negativos, mas é uma cooperativa (Julia, 46 anos, cooperada da Coopfaxina).

Contudo, muitos trabalhadores parecem compreender que esses direitos não existem porque se trata de uma cooperativa, que tem o funcionamento diferente de uma empresa. Mesmo assim, a carteira assinada é algo de que sentem falta, em função mesmo da cultura do assalariamento, lógica dentro da qual aprenderam a viver, ainda que alguns nunca tenham tido um trabalho assalariado. A Economia Solidária tem convivido com o sistema capitalista, o que cria, entre os trabalhadores, a expectativa do acesso a determinados benefícios sociais, como demonstra Lima (2007: 149):

A existência de um mercado de trabalho “associado”, ao lado do mercado assalariado formal e informal, faz com que os trabalhadores circulem entre eles com desenvoltura. Neste mercado predomina a cultura do assalariamento, a perspectiva do acesso aos direitos. O trabalho associado, nesse contexto, aparece mais como uma variante do assalariamento, do que uma forma alternativa.

Questionamos, então, o porquê de alguns ex-cooperados terem processado a cooperativa justificando vínculo empregatício. Num primeiro momento, imaginamos que isso se devia à falta de compreensão do funcionamento do cooperativismo, mas, em contato direto com os trabalhadores, passamos a perceber que não é bem este o caso. Talvez a formação em

Economia Solidária tenha sido insuficiente no sentido de fazer com que esses trabalhadores aprendessem a valorizar outros aspectos positivos do trabalho autogestionário. Porém, mais do que isso, devemos ressaltar que existe uma cultura de mercado que não muda de um momento para o outro e que é dominante, possibilitando que os trabalhadores transitem entre mercado e autogestão na medida em que essas opções, em cada momento de suas vidas, lhes pareçam mais ou menos vantajosas.

Além disso, existem outras questões envolvidas no caso específico das cooperativas de trabalho, como, por exemplo, a existência de advogados oportunistas que se aproveitam das brechas existentes na lei e na falta de compreensão social acerca do trabalho associado para convencer esses trabalhadores, que são pessoas carentes, a se voltarem contra o próprio empreendimento na busca por vantagens financeiras.

Essa falta de conhecimento por parte da sociedade e o preconceito existente em relação às cooperativas são dificuldades citadas pela Diretoria da Coopfaxina em relação ao cotidiano de trabalho:

O que o pessoal mais fala aqui [como desvantagem] é o tempo de trabalho, porque nas empresas que você trabalha você tem um tempo de trabalho que você pode se aposentar por um valor “x”. Na cooperativa, não, a gente só paga o INSS, a gente vai aposentar com um salário mínimo, o ponto negativo é esse. E um pouco também o preconceito de aceitar as cooperativas. Quando você sai da cooperativa pra procurar outros serviços lá fora, como eles já têm preconceito, como já aconteceu com alguém, quando a moça foi procurar serviço, a outra moça falou: “onde você trabalhou?”, eu disse: “eu trabalhei na cooperativa”, aí ela falou: “que cooperativa?”, e respondeu: “cooperativa de limpeza”, quando você fala de cooperativas, as pessoas não entendem. Eles acham que é ruim trabalhar na cooperativa porque eles não conhecem a cooperativa, são outras empresas (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

Eu acho que não tem ponto negativo, o problema é ficar sem a renda, o que tá dando medo agora é isso, é o TAC, se a cooperativa não puder permanecer, nós temos que arrumar alguma forma pra gente ter renda, trabalhar pra algum lugar pra ter renda (Sandra, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Fica evidente que, para a Diretoria, a falta de compreensão da sociedade e o contexto de atuação do sistema judiciário fazem surgir problemas como os provocados pelo TAC.

4.6. A visão dos trabalhadores sobre o cooperativismo e a Economia Solidária

Perceber qual é a compreensão que os trabalhadores cooperados têm da autogestão e da Economia Solidária envolve vários aspectos. Nesta parte, discutiremos como

os trabalhadores lidam com os conceitos de cooperativismo e Economia Solidária. Além disso, analisaremos como os cooperados avaliam a percepção dos próprios companheiros, que é uma forma de, indiretamente, observarmos as percepções e práticas dos trabalhadores.

Percebemos que os sócios de ambas as cooperativas têm uma grande dificuldade em definir o que entendem por cooperativa, cooperativismo e, principalmente, por Economia Solidária. Isso não quer dizer que tais trabalhadores não saibam do que se trata o cooperativismo e de como ele funciona na prática, mas é um dos aspectos que podemos levar em consideração na análise. É possível dizer que, de maneira geral, os trabalhadores entendem uma cooperativa como um conjunto de pessoas que trabalham juntas com o objetivo de garantir sua renda:

Cooperativismo eu acho que é as pessoas trabalharem e colaborarem umas com as outras, eu acho que é isso. Cooperativa pra mim é um lugar onde as pessoas se juntam e procuram cooperar com as outras pra dar tudo certo (Luzia, 39 anos, cooperada da Coopfaxina).

Para a cooperada Valquíria, a cooperativa é “uma associação de pessoas” que:

Se unem ali com o mesmo objetivo, que é formar a cooperativa de trabalho e renda, com companheirismo, amizade (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina, membro do Conselho de Ética).

Além disso, os discursos costumam ressaltar alguns dos aspectos formais do cooperativismo, como a ausência de patrão, a falta de direitos (entenda-se direitos como direitos tradicionalmente associados ao assalariamento), propriedade comum, renda dividida como características de um empreendimento autogestionário. Vale destacar, porém, que, em geral, as respostas não citam o conjunto desses aspectos, os cooperados usualmente enfatizam um ou outro, possivelmente os que são mais marcantes para cada um deles. Temos, abaixo, a definição de cooperativa dada por uma das trabalhadoras:

No nosso caso, tem que trabalhar vinte ou mais mulheres, que todo mundo faz parte, é dono, no modo de dizer, e a gente tem direitos iguais, todo mundo tem o mesmo direito, em horas trabalhadas é tudo igual, tanto costureira quanto da mesa. Também tem as regras, todos os setores têm. Cooperativismo é todas aqui concentradas em fazer uma coisa pra dar certo (Marlene, 47 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro do Conselho Fiscal).

Percebemos também que, mais uma vez, as respostas mais completas e elaboradas são dos sócios que estão há mais tempo nos empreendimentos, que já tiveram experiências na administração das cooperativas e que têm uma maior participação nas atividades, como assembléias, reuniões, conselhos, entre outros. É o caso da cooperada Viviane:

Cooperativismo já diz tudo, é ter cooperação entre a gente, porque o cooperativismo só acontece quando você entende o que é realmente a cooperativa. A cooperativa é uma associação de pessoas, que lutam pelo mesmo interesse, e a gente tenta formar aquilo ali numa autogestão, onde todos são donos, e lutam pelo mesmo interesse, não tem que puxar pro lado do outro, nós somos todos donos, não adianta puxar pra você, porque você é dona, não adianta tirar de você porque eu tô tirando de mim mesma, porque eu sou dona (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

Explicar o que é Economia Solidária foi ainda mais difícil para os cooperados. Muitos deles sequer arriscaram uma resposta, disseram apenas que já tinham ouvido falar sobre Economia Solidária, mas que não sabiam muito bem do que se tratava:

Aí eu já nem opino porque sinceramente eu nem sei muito bem o que é isso (José, 51 anos, cooperado da Coopfaxina).

Já ouvi falar, já vieram aqui falar sobre a Economia Solidária, mas só que eu não consigo gravar o que é que falam, não sei falar pra você (Roberta, 33 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza).

A idéia de Economia Solidária é bem menos corrente no cotidiano dos trabalhadores do que a noção de cooperativismo. Isso é perceptível na medida em que os cooperados buscavam se lembrar daquilo que lhes foi dito sobre Economia Solidária no curso que fizeram ao entrar para o empreendimento. Como a maior parte das cooperadas da Coopcostura nunca participou de um curso de formação, a dificuldade delas era ainda maior em falar sobre o assunto.

Os cooperados que se arriscavam a falar algo sobre a Economia Solidária traziam em seu discurso a idéia de rede, isto é, a Economia Solidária como algo que propiciaria a troca de experiências e mercadorias entre cooperativas:

Ah, é bom, porque numa cooperativa como a nossa de limpeza não dá muito, mas a gente pode compartilhar com as outras, com as outras cooperativas, a gente pode trocar, experiências, muitas coisas... (Julia, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro de Conselho Fiscal).

Em geral, os cooperados da Coopfaxina acreditam que a maior parte de seus colegas não entende o que é a Economia Solidária. Destacamos que muitos dizem isso porque, segundo eles, se as pessoas compreendessem, não existiriam processos trabalhistas contra o empreendimento e movidos por ex-sócios:

Tem alguns que eu acho que não sabem não. Porque aquelas mulheres mesmo que põem na Justiça pra tirar da cooperativa... porque você já entra sabendo, aí tem umas que entram, saem, depois aprontam, aí colocam a gente na Justiça, contra a cooperativa (Marcelo, 24 anos, cooperado da Coopfaxina).

Trabalhadores que ocupam cargos de Diretoria e de Conselhos atribuem esse desconhecimento à falta de participação. As cooperadas destacam que existe um esforço de chamar os trabalhadores para participarem das atividades, mas muitos não se interessam. Ressaltam ainda que, grande parte deles só se preocupa com a cooperativa e em divulgá-la, em preservá-la, no momento em que existe uma ameaça real que possa comprometer seu ganho, sua renda, como aconteceu em função do TAC:

A maioria não sabe o que é Economia Solidária. A gente tenta chamar eles pra participar, pra esclarecer e eles não participam, não querem saber como é. Tem gente que só quer ir lá trabalhar, pegar o pagamento e pronto, não quer saber, não quer se informar. É pior pra pessoa porque fica por fora, não aprende, (...) falta interesse (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina e membro de Conselho de Ética).

Fica claro, no caso da Coopcostura, que em razão de haver trabalho garantido todo mês e, portanto, uma renda segura, sem a necessidade de procurar novos clientes e de demandar um trabalho de divulgação, as cooperadas não costumam demonstrar preocupação em fortalecer a cooperativa e discutir questões relativas à Economia Solidária, em inserir a cooperativa no movimento, em estabelecer parcerias com outros empreendimentos. Assim, podemos dizer que a inserção da própria cooperativa no movimento da Economia Solidária é bastante questionável. O formato jurídico “cooperativa” é conveniente para as cooperadas, dentro de seu objetivo principal que é gerar renda, mas é difícil falar sobre a Economia Solidária nessas condições. Uma das cooperadas mais antigas desabafa:

Olha, eu acho que alguns, eu acho que muitos aqui, eu comentei isso hoje, muitos vêm mais pelo salário mesmo, pelo ganho, pra ter uma renda, não dá nem importância²⁰ (Juliana, 30 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de costura).

Há um esforço da Incubadora para trazer a discussão para a Coopcostura, mas existem dificuldades, como mencionamos, colocadas pelas próprias cooperadas, ou pelo menos por parte daquelas que têm maior poder de decisão. No caso da Coopfaxina, apesar do desconhecimento de muitos cooperados, percebemos uma inserção maior da cooperativa nas discussões do movimento da Economia Solidária. Existe o contato e eventuais trocas com outras cooperativas da cidade, uma participação mais ativa, pelo menos por parte da Diretoria, nas discussões que ocorrem no Centro Público de Economia Solidária (municipal), além de representação em eventos relativos à temática. Ocorrem iniciativas da Diretoria e da Incubadora em realizar feiras de troca na cooperativa e com a comunidade, na tentativa de

²⁰ A cooperada está dizendo que as colegas de cooperativa não dão importância para as questões relativas à Economia Solidária.

divulgar a Economia Solidária e mostrar a possibilidade da troca não monetária e da sustentabilidade dentro da própria comunidade.

4.7. O trabalho e a gestão coletiva na percepção das(os) trabalhadoras(es)

A existência de colaboração entre trabalhadores é premissa fundamental do cooperativismo e da Economia Solidária, que vislumbra um trabalho integrado, coletivo, solidário. No caso da Coopfaxina, os trabalhadores, não costumam compartilhar um mesmo espaço de trabalho. Há locais de trabalho em que existe apenas um cooperado trabalhando. Em outros locais, podemos encontrar grupos de três, quatro ou cinco trabalhadores, raramente mais do que isso. Mesmo nos locais onde existe um grupo de cooperados, nem sempre estes executam juntos as suas tarefas²¹. Os trabalhadores que têm postos de trabalho fixo comumente exercem suas atividades sempre nos mesmos lugares, não havendo rodízio, prática que seria benéfica do ponto de vista cooperativo²², mas que, em geral, desagrade os contratantes do serviço²³.

Assim sendo, percebemos que a existência de colaboração entre os trabalhadores e a percepção que os próprios cooperados tinham dessa colaboração dependia muito de cada local onde cada sócio estava alocado e de suas experiências anteriores de trabalho com outros colegas. Dessa maneira, não existe um padrão: alguns trabalhadores acreditam que existe colaboração, outros acreditam que não, outros ainda que depende de cada situação. Ainda assim, observamos alguns elementos interessantes.

O primeiro deles é que trabalhadores que já passaram pela experiência de dividir o mesmo ambiente de trabalho com outros cooperados e também a experiência de trabalharem sozinhos, prefeririam essa última opção, se pudessem escolher. A fala abaixo evidencia isso:

Eu prefiro trabalhar sozinha. Se tivesse que dividir o trabalho, é complicado falar. Pra mim não tem diferença. É muita conversinha, então eu prefiro assim: como eu e o outro a gente nunca teve problema de nada, mas se tiver outras pessoas, eu prefiro sozinha (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

²¹ Quando existe um homem e uma mulher da cooperativa num mesmo local de trabalho, por exemplo, o homem costuma ser responsável pela manutenção da parte externa do prédio, enquanto que a mulher é incumbida da limpeza das áreas internas, divisão que será discutida mais adiante.

²² O cooperativismo incentiva a prática do rodízio por acreditar que, dessa maneira, haveria mais igualdade e justiça na divisão e execução dos trabalhos, além de propiciar que o trabalhador desenvolva várias habilidades e todas as suas potencialidades.

²³ Os contratantes preferem que os mesmos trabalhadores estejam nos mesmos locais todos os dias porque, dessa maneira, o cooperado se familiariza com o ambiente, aprende a maneira como o trabalho tem que ser realizado, realiza-o sempre da mesma maneira e sempre com mais facilidade e rapidez.

Esse tipo de posição nos leva a considerar as dificuldades dos trabalhadores cooperarem numa perspectiva, digamos, solidária. A mesma cooperada destaca a existência de rivalidades e disputas em alguns dos locais de trabalho em que existem grupos de cooperados:

É bem difícil [ter colaboração entre trabalhadores]. Não tem muita união, né? São poucas pessoas. (...) É difícil ter, normalmente um quer entregar o outro, quer estragar o serviço do outro (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

A cooperada Rosa corrobora esse ponto. Para ela, a falta de colaboração se deve, pelo menos em parte, à falta de compreensão do que é uma cooperativa:

Na minha opinião, [os trabalhadores] teriam que colaborar mais, mas não colaboram. Porque eles não entendem ainda o que é bem uma cooperativa, porque na cooperativa um tem que cooperar com o outro, sabendo que a cooperativa é da própria pessoa, pra não prejudicar, e eles não fazem isso (Rosa, 64 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Além disso, uma cooperada que visita os diversos locais de trabalho dos sócios (função de fiscal) observa que, em certos locais, os trabalhadores preferem colaborar com os funcionários da Prefeitura (com os quais também estão em contato) do que com os próprios colegas de cooperativa:

Depende do lugar. Às vezes tem cooperado que prefere ajudar o pessoal da Prefeitura do que ajudar os próprios colegas cooperados (Marcela, 30 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho Fiscal).

Em relação à Coopcostura, percebemos que as cooperadas compreendem “colaboração” como “colaboração em favor da produção”. Nesse sentido, elas acreditam que existe cooperação. No entanto, uma delas ressalta que deveria haver mais do que isso:

Não [não há colaboração]. Porque uma quer ser sempre mais do que a outra, então isso aí não é colaborar, colaborar eu acho assim: você tá precisando de alguma coisa, você vai lá, conversa, vê o que você necessita, mas aqui não acontece (Juliana, 30 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de costura).

Uma cooperativa pressupõe que todos os sócios desfrutem dos mesmos direitos e tenham as mesmas obrigações, sem favorecimento e privilégio de um sócio ou de um grupo em detrimento dos demais. Nesse sentido, verificamos o que os sócios pensam sobre isso dentro de cada empreendimento. Na Coopfaxina, os trabalhadores reconhecem massivamente que existe igualdade de deveres e direitos entre os sócios. As diferenças se dariam apenas em relação ao tipo de atividade realizada, como, por exemplo, as atividades dos homens e as atividades das mulheres, questão que discutiremos melhor mais adiante.

A cooperada Viviane diz que os trabalhadores têm os mesmos direitos e deveres, no entanto ressalta que para que todos pudessem exercer de maneira mais plena e efetiva esses direitos, seria necessária mais participação, um maior envolvimento dos sócios na vida da cooperativa:

O mesmo direito, todos nós temos, todo mundo é dono, mas, como eu falei, tem pessoas que ainda não entenderam, você tem que tá lá chamando “vamos fazer isso, você também é dono, você tem que participar daquilo, você tem que participar disso”, é meio difícil colocar eles pra fazer as coisas, tipo as reuniões, é difícil a gente chamar pra todo mundo participar, é difícil (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Na Coopcostura, as cooperadas parecem revelar com maior frequência que não existe uma igualdade de direitos pelo fato de que algumas seriam favorecidas. Segundo elas, ocorrem diferenças na concessão de benefícios entre as cooperadas, como, por exemplo, em relação às ausências e atrasos:

Teria que ter [os mesmos direitos e deveres], mas infelizmente não é o que acontece, porque algumas fazem o que querem, outras não podem fazer, então, eu acho assim: o direito é igual, mas nem todas têm esse direito (Juliana, 30 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de costura).

Solange afirma que algumas colegas poderiam faltar ou se ausentar por certos períodos, enquanto que outras que tentassem fazer o mesmo eram intimidadas pelo coletivo ou por um grupo específico:

Às vezes umas têm e as outras não, nessa questão de direitos, às vezes fala “fulano pode”, aí quando chega a oportunidade de outra pessoa já não pode. Por exemplo: elas deram dez dias de férias, cada uma tem dez dias, mas de repente umas têm o que fazer, outras não têm, aí acaba perdendo esses dez dias. De repente você precisa, aí você diz que vai sair, aí falam “você não pode porque o serviço tá apertado”, já outras têm como sair, consegue, e por aí vai (Solange, 29 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza).

Acreditamos que essas diferenças ocorrem, em parte, devido à ausência de regras formalizadas em um regimento interno, o qual estava sendo elaborado apenas na época em que realizávamos a pesquisa. Ainda assim, notamos que, durante a elaboração do regimento, certas cooperadas tentavam impedir que determinadas regras fossem formalizadas, talvez por acreditarem que o costume e a confiança nas relações na cooperativa tivessem que ter mais peso que o escrito. Outra possibilidade é que se trata de um grupo que, com os anos, adquiriu maior poder dentro do empreendimento e que, por isso, não gostaria de perder certos benefícios.

Essas mesmas questões apareceram na cooperativa quando investigamos a maneira como as cooperadas enxergavam a atuação da Diretoria/Administração. Aparece a reclamação de que algumas informações não são compartilhadas:

Não, eu não acho [que existe transparência na administração], porque, assim, tem muitas que a gente não fica sabendo. Às vezes a gente fica sabendo por fofoca, escuta alguém falar, nem tudo a gente fica sabendo, nem tudo passa por todo mundo (Juliana, 30 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de costura).

No caso da Coopfaxina, os cooperados julgam, de maneira geral, que há transparência e justiça na atuação da Diretoria e Conselhos, o que não quer dizer que não existam eventuais críticas ou comentários negativos informalmente e em situações específicas. O discurso do cooperado Sebastião é exemplo do que costumam declarar formalmente os cooperados a respeito dessa questão:

Eu penso assim: se eles tão naquele posto lá [de diretoria], é porque todo mundo confiou, por direito, eles teriam que fazer direito as coisas lá, eu acho que eles agem certo (Sebastião, 50 anos, cooperado da Coopfaxina).

Em relação a possíveis situações de preconceito e discriminação no ambiente de trabalho, os cooperados da Coopfaxina, em geral, não apresentaram queixas. Alguns trabalhadores mencionaram apenas que o uniforme²⁴ que utilizam fazia algumas pessoas pensarem que eles teriam dívidas com a Justiça e que estariam realizando trabalho como forma de cumprimento de pena. O que os trabalhadores parecem não perceber, entretanto, é que, para além da roupa, pode existir preconceito pelo fato dos cooperados serem pessoas pobres, simples, em grande parte negros e por realizarem um tipo de trabalho pouco valorizado socialmente. Um dos trabalhadores reconhece a existência de preconceito da sociedade em relação a pessoas que, como eles, realizam trabalho cooperado pouco qualificado:

Até a gente que trabalha aqui sofre preconceito lá fora, porque acham que a gente é um nada, porque justamente trabalha como cooperado, já fazem uma diferença, tem uma discriminação brava e a gente percebe isso (José, 51 nos, cooperado da Coopfaxina).

Uma das cooperadas que faz parte da Diretoria da Coopfaxina ressalta que ainda existiria um grande preconceito em relação às cooperativas na sociedade, principalmente quando estas se colocam em situação de disputa e concorrência com outras

²⁴ O uniforme dos cooperados é composto por uma calça marrom (ou cáqui) e uma camiseta branca com o logotipo da cooperativa no peito.

empresas. Além disso, a Justiça tem dificultado a existência e a aceitação das cooperativas de trabalho:

Já [senti discriminação], por exemplo: o pessoal na abertura de envelopes [na licitação]. Quando tinha as outras empresas junto, discriminaram a Coopfaxina, porque é cooperativa desprezaram (Sandra, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Também no caso da Coopcostura, as cooperadas não relataram situações claras de discriminação no trabalho. O que percebemos, no entanto, é que algumas cooperadas sofrem, nos seus primeiros dias no empreendimento, pressões por produção por parte de algumas cooperadas mais antigas. Essa pressão, por vezes, resulta em algum constrangimento para a cooperada recém-chegada. A fala de uma das sócias parece exemplificar esse tipo de situação, apesar da cooperada tentar minimizar a questão:

Só no início, que eu era lenta pra tudo, e eu sentia que as pessoas falavam, inclusive uma várias vezes chegava pra mim e falava “ah não, ela é muito devagar, ela não dá certo aqui, tem que dar um jeito de ela ir embora”, mas era questão de ser lenta, de não ir rápido, só isso (Solange, 29 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza).

Sobre a preocupação com as questões de saúde no trabalho, percebemos que a Coopfaxina procura garantir que os cooperados tenham os equipamentos de segurança necessários para o tipo de trabalho realizado. Os trabalhadores relatam que pequenos acidentes como quedas e escorregões são relativamente frequentes no cotidiano de trabalho, no entanto não tomamos conhecimento de que algum deles tivesse tido conseqüências mais graves. Ademais, como mencionamos, existe certa flexibilidade, até em função do esquema de suplência, em relação às faltas por motivo de saúde. No entanto, os dias de falta não são pagos, exceto em casos muito particulares e deliberados em assembléia. As principais queixas em relação à questão de saúde e trabalho pertencem às próprias cooperadas da Diretoria/Administração. Estas destacam que depois que ocuparam tais postos, notaram sintomas como elevação do nível de stress, aumento de dores de cabeça, elevação da pressão arterial. As falas abaixo demonstram tais coisas:

A minha pressão que não subia e agora sobe. Na época que eu entrei aqui, eu ficava muito nervosa com discussão, eu não tava acostumada com discussão, porque nem na minha casa, graças a Deus, nunca teve discussão. Então, quando entrava cooperado bravo, nervoso, eu ficava nervosa e dali por diante começou a subir a minha pressão (Rosa, 64 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Antes eu era muito calma, hoje eu sou... eu me controlo, mas eu sinto muita dor de cabeça, no final do dia, minha cabeça ta estourando, mas dói mesmo (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

No caso da Coopcostura, as queixas em relação a dores são mais frequentes entre as cooperadas. Em geral, as falas se concentram mais nos problemas físicos que psicológicos ou de saúde mental. Entre os principais problemas, podemos citar dores nas costas, problemas circulatórios e tendinites. Acreditamos que esses problemas sejam conseqüências do ritmo intenso de trabalho praticado na cooperativa e das extensas jornadas de trabalho.

4.8. A transferência dos valores solidários para as outras esferas da vida

Discutiremos aqui quais as mudanças que os princípios cooperativistas e os valores da Economia Solidária vivenciados nos empreendimentos provocaram nos trabalhadores de uma forma mais ampla, isto é, nas suas relações com as outras pessoas e com a comunidade em que vivem, partindo da idéia de que a Economia Solidária não deveria se referir apenas às relações de trabalho, mas a todas as esferas da vida daqueles que nela estão inseridos: família, amizades, vizinhança, comunidade, etc.

A preocupação com a comunidade em que está inserida a cooperativa é um dos princípios do cooperativismo originados em Rochdale. Gaiger (1999: 3) destaca que os empreendimentos solidários devem ter as seguintes características: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação e responsabilidade social, a qual compreenderia uma “ética solidária socialmente comprometida como melhorias na comunidade e com relações de comércio, troca e intercâmbio; e praticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador”. Cruz (2001:8), no mesmo sentido, destaca que os empreendimentos de Economia Solidária devem ter uma: “‘inserção cidadã’ das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de Economia Solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado, etc.” Esse caráter prescritivo presente na Economia Solidária é típico-ideal, já que é dificilmente encontrado na realidade. Uma proposição, talvez, para um futuro que pressupõe mudanças culturais significativas.

A maior parte dos cooperados não percebe mudanças significativas em suas concepções e atitudes depois que entraram na cooperativa no que se refere à colaboração e solidariedade em relação àqueles que lhes são próximos. Vários dos entrevistados afirmaram que a cooperativa os tornou mais cooperativos, sem, no entanto, mostrarem a maneira como isso se deu ou fornecerem exemplos concretos de mudança que pudessem estar relacionados

com os valores divulgados pela Economia Solidária. Quando os cooperados tentam justificar as mudanças, argumentam que agora têm mais amizades ou conversam com mais pessoas:

Sim, sim. Eu era uma pessoa de poucas amizades, uma, duas pessoas já era muito. Antes alguém falava: fulano ta precisando conversar, eu não queria nem saber o que tava acontecendo com ela, não me importava. Eu aprendi a escutar mais o que acontece com as pessoas, sabe? (Marcela, 30 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho Fiscal).

Outros cooperados afirmaram que não perceberam qualquer mudança, uma vez que já se consideravam pessoas colaborativas, solidárias. A fala a seguir é representativa dessa situação:

Não [não mudou], o meu pensamento sempre foi esse, a contribuição tem que existir em qualquer meio, se não nada caminha, independente de cooperativismo ou não, tem que existir (José, 51 nos, cooperado da Coopfaxina).

O discurso das cooperadas da Diretoria da Coopfaxina parece um pouco diferente:

Eu lutava por mim, por exemplo: tinha um concurso lá da Prefeitura de quem fazia o prato melhor, se o meu pudesse ser o melhor... eu lutava pra mim, eu ganhei. Eu lutava por mim, agora eu luto por todas as pessoas (Sandra, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Mudei muito, até comigo mesma. Eu já tinha mania de dividir as coisas com os outros, mas aprendi mais ainda, eu aprendi, se tiver alguém que tá precisando daqui, que não tem serviço, eu tenho que passar o meu pra ela, de sábado. Porque eu ainda tenho aqueles trezentos e pouco que vão sobrar da minha renda, ela não tem nada, isso aí eu entendo, eu tenho o meu marido que trabalha e que ajuda, essa pessoa aí não tem nada (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

A primeira fala, da cooperada Sandra, nos mostra sua preocupação em lutar pelo coletivo, o que demonstra a compreensão de que a cooperativa não é lugar para individualidades, o grupo é importante. A fala da segunda cooperada nos evidencia que existe uma maior compreensão, de sua parte, de que, na Economia Solidária, todos devem se ajudar e de que a prioridade é sempre dos mais necessitados. Apesar de ambas as entrevistadas apresentarem exemplos de contribuição e solidariedade internos à própria cooperativa e não nas relações mais amplas, demonstram uma preocupação maior com o coletivo e com os que mais precisam, se compararmos com os relatos dos demais cooperados.

No que se refere à preocupação que os cooperados têm com sua comunidade, com o entorno social, tanto os cooperados da Coopfaxina como as cooperadas da Coopcostura afirmam que se preocupam com o bem-estar da comunidade, mas não participam, em geral, de iniciativas que visem à melhoria de vida dessas pessoas, como associações, sindicatos e outros grupos de ajuda e discussão. Quando existem exemplos das formas de ajuda, estes são

puramente individuais, ou seja, o cooperado pode dar algum alimento ou outro tipo de ajuda se souber que um vizinho ou colega precisa, no entanto essa contribuição esbarra nas limitações financeiras desses entrevistados. O depoimento de uma das cooperadas da Coopfaxina nos evidencia isso e é bastante representativo das falas de grande parte dos sócios:

Se eu puder ajudar sim, com certeza. Também a gente não pode tirar da boca pra dar pra pessoa. Se eu puder ajudar, com certeza, não tem mal nenhum em ajudar, com alimentos, mas se saber que a pessoa realmente ta precisando (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

Novamente só notamos uma percepção mais ampla acerca de solidariedade e comunidade por parte da Diretoria, no caso da Coopfaxina. A fala da cooperada Viviane demonstra a compreensão de que contribuir com a comunidade significa agir coletivamente e segundo os propósitos da Economia Solidária, possibilitando que outras pessoas também possam ter acesso a trabalho e renda através da autogestão:

Sim. Tanto que é difícil pra gente ajudar a formar empreendimento, mas por que a gente tá ajudando? Porque quem ta lá fora às vezes não tem noção do que é, a gente quer trazer eles, tentar mostrar, explicar, pra cada vez mais fortalecer a Economia Solidária. Eu falo sempre quando eu convido alguém pra vir, pra formar um novo empreendimento: “gente, a cooperativa tá aí, quer prova maior de que dá certo, a Economia Solidária? Vamos tentar, trabalho não bate na nossa porta duas vezes, e esse tá batendo, essa ajuda que a gente tem do pessoal da Incubadora pra formar novos empreendimentos, só ta faltando as pessoas terem vontade e acreditarem (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

Enfim, ficou perceptível que os cooperados têm dificuldades em relacionar os princípios e propósitos que norteiam (ou deveriam nortear) o seu trabalho com sua vida de uma maneira geral, propiciando mudanças nas suas relações pessoais e com a comunidade. Em geral, as pessoas parecem compreender colaboração e solidariedade de uma maneira muito individual. Assim, essa solidariedade não se inscreve em práticas mais coletivas e não resulta em um ativismo político. A visão de colaboração é uma visão de senso comum, exceto para aqueles que têm uma maior participação na vida dos empreendimentos e que acreditam nas possibilidades oferecidas pela Economia Solidária.

5. Gênero e Economia Solidária

No presente capítulo, discutiremos como se dão as relações de gênero nos espaços da Economia Solidária estudados em nossa pesquisa. Primeiramente, analisaremos as relações de gênero no ambiente de trabalho, verificando, sobretudo, como se dá a divisão do trabalho. Em seguida, trataremos das relações de gênero no espaço privado a partir daquilo que é vivenciado nos empreendimentos autogestionários.

5.1. Gênero e relações de trabalho

Mesmo que a inserção das mulheres nos empreendimentos coletivos (...) tenha ocorrido devido à exclusão do mercado formal de trabalho, o trabalho feminino desenvolvido nestas experiências coletivas representa um papel muito significativo, pois este trabalho pode ser relacionado e referido como uma forma de resistência das mulheres às manifestações da questão social, entre elas, a desigualdade econômica, social, cultural, política e de gênero. (...) Estas experiências coletivas também podem ser tidas como espaços potencializadores do trabalho feminino, visando a emancipação, autonomia e a cidadania destas mulheres (Bulla e Goerck, 2008: 154).

A ida a campo suscitou uma questão: qual é a relação existente entre os ramos de atividade das cooperativas e o fato de serem formados por mulheres? Mas, as perguntas não param por aí: se a proposta da Economia Solidária inclui uma menor discriminação no trabalho e uma maior autonomia para a mulher, isso está acontecendo nesses empreendimentos? E, em seguida: quem é essa mulher que está inserida na Economia Solidária?

Procuramos discutir especificamente sobre como se dão as relações de gênero no cotidiano de trabalho nas cooperativas estudadas: como o trabalho é dividido entre homens e mulheres, se existe igualdade em relação a direitos e deveres e quais são as concepções dos cooperados acerca do trabalho de homens e mulheres, tanto na cooperativa como de um modo geral, na tentativa de apreender como (e se) os valores relativos à igualdade de gênero têm sido discutidos e disseminados a partir dos empreendimentos solidários.

Não seria necessário perguntar para nenhum dos cooperados da Coopfaxina para perceber como estão divididos os trabalhos entre os homens e mulheres da cooperativa, bastaria visitar os locais de trabalho. Os homens costumam ocupar a parte externa dos prédios que são postos de trabalho, isto é, costumam se ocupar da limpeza das áreas exteriores (pátios, entrada, parquinho infantil), carregar materiais e areia, carpir. O trabalho das mulheres, por

sua vez, costuma acontecer na parte interna das edificações: limpeza de salas internas e banheiros, auxílio na cozinha (preparo de merenda e lavagem de louças, no caso das escolas).

Os cooperados costumam reconhecer que essa diferença existe entre os trabalhos de homens e mulheres. Abaixo temos a fala de uma cooperada relativa a essa questão:

Tem coisas que a mulher não faz. Coisas diferentes, de homem mesmo, a mulher não faz. A mulher lava o chão ou o banheiro, essas coisas que ela mesma sabe fazer. Tem diferença entre coisa de mulher e de homem. E homem tem coisas que ele não sabe fazer e é a mulher que faz. Na cooperativa, homem é mais limpar um vidro alto, uma coisa que é mais complicada ele sabe fazer melhor (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

O relato da cooperada Alice, além de evidenciar como o trabalho é dividido, mostra que ela partilha de uma concepção naturalizada na sociedade de que, em primeiro lugar, existem trabalhos específicos para homens e outros específicos para as mulheres. Em segundo lugar, a idéia de que quem sabe realizar o trabalho de limpeza é a mulher. Por último, a concepção de que os trabalhos mais “pesados”, arriscados ou difíceis devem ser realizados pelos homens.

No mercado de trabalho, as mulheres sempre acabam ficando com a parte do trabalho que é menos reconhecida e valorizada socialmente e que, apesar de intensiva, desgastante e arriscada em grande parte das vezes, é considerada “leve”, delicada e de fácil execução. A cooperativa acaba reproduzindo, em parte, tal divisão sexual do trabalho. Devemos considerar que na Coopfaxina os cargos de Diretoria e Conselhos são ocupados apenas por mulheres, mas todo o restante do trabalho na cooperativa acaba seguindo o padrão homem/trabalho pesado e mulher/trabalho leve. Se houvesse adaptações no trabalho, de maneira que as atividades pudessem ser sempre executadas por qualquer pessoa, bem como uma rotatividade de postos entre os cooperados, talvez essa divisão pudesse ser modificada.

Existem, entretanto, entraves para isso, que se não impossibilitam algumas mudanças, pelo menos as dificultam. Primeiramente, a Diretoria explica que o contratante do serviço da cooperativa costuma fazer exigências quanto às pessoas que devem ocupar os postos de trabalho, isto é, se é homem ou mulher. Nesse caso, a questão da autonomia da cooperativa que presta serviços é relativa, já que não pode tomar esse tipo de decisão. Ainda assim, uma das cooperadas da Diretoria destaca que já foram feitas algumas poucas trocas à revelia do contratante, isto é, uma mulher passou a ocupar um posto anteriormente concedido a um homem ou o contrário, e estas foram bem sucedidas:

Não, é, tem lugar que prefere homem, tem lugar que prefere mulher, é pelo contratante mesmo, mas às vezes eles falam “manda homem” e agente manda

mulher e eles falam “deu certo mulher” e fica mulher (Sandra, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

Os cooperados destacam que as diferenças nos trabalhos de homens e mulheres, são ainda mais marcantes no período de férias escolares (no caso dos postos de trabalho ocupados nas escolas). Nessa época, existem remanejamentos e os homens são dispensados da atividade de limpeza e remanejados para serviços de pintura, reforma, capina:

Porque assim: a mulher na cooperativa trabalha só dentro das escolas, os meninos trabalham pra fora, quando tá de férias eles vão pintar, carpir, então eu acho que é completamente diferente (Laura, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

Ademais, a separação do trabalho entre “dentro” e “fora” dos prédios pode garantir maior liberdade para os homens e um maior contato com o exterior, como observamos através da fala da cooperada Sueli:

Porque o dos homens é mais legal de trabalhar, porque tem umas mulheres que ficam olhando o serviço da gente, eles trabalham mais livres (Sueli, 39 anos, cooperada da Coopfaxina).

Procuramos perceber se os trabalhadores acreditam que existam trabalhos específicos para homens e para mulheres no mercado de trabalho de uma maneira geral. No caso da Coopcostura, encontramos mais uma vez a idéia de que trabalhos “pesados” só devem ser executados por homens:

Eu acredito que sim. Por exemplo: uma indústria de usinagem, uma metalúrgica, que é um serviço mais pesado, você vê que mecânicos de automóveis geralmente são homens, é raro, a mulher tá entrando no meio agora, tá tentando se infiltrar (Marlene, 47 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro do Conselho Fiscal).

Devemos lembrar que a idéia de trabalho “pesado” e também, por consequência, do trabalho “leve” é socialmente construída, é discriminatória e reproduz hierarquias de gênero. Muitas vezes encontramos mulheres realizando trabalhos extremamente nocivos à saúde sob a justificativa de que seriam mais aptas e delicadas.

Algumas das cooperadas da Coopfaxina disseram não acreditar que existam trabalhos que devam ser executados exclusivamente por homens e outros por mulheres, no entanto, quando questionadas sobre a possibilidade da inserção de um homem na cooperativa, as cooperadas em geral se mostram resistentes:

Se aparecesse, eu acho que a maioria não iria aceitar não, um homem. Não iria aceitar não, acho que pelo fato de ter um homem e ter mulher casada, pode ser que elas pensariam nisso. Eu acho que as mulheres fariam que ele não iria dar conta do serviço, até eu falaria (Lúcia, 36 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro da Diretoria).

Olha, que eu me lembre, já apareceu homem procurando serviço aqui sim, mas, assim, o primeiro impacto quando chega e vê que só tem mulher e não tem nenhum homem, já aconteceu de chegar algum homem aqui sim e se falar em alguma coisa sobre como seria se tivesse um homem, aí a turma já começa “já imaginou como ia ser ter um homem trabalhando aqui?, ele ia entrar e ia querer mandar em todo mundo”, seria o único homem! Se aparecesse, eu acho que o pessoal não ia receber muito bem não. Eu não se seria pela questão de ele dar conta ou não, porque tem tantos homens que, às vezes, seriam mais inteligentes, têm até mais capacidade, ele poderia chegar aqui e fazer uma coisa que eu que sou mulher não conseguiria fazer, mas eu acho que seria mais o fato de querer mandar mesmo (Juliana, 30 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de costura).

As falas acima demonstram a dificuldade na aceitação e inserção de um homem numa atividade considerada “feminina”, como é a costura. A cooperada Lúcia coloca como primeira dificuldade o fato de a cooperativa ter muitas mulheres casadas, e então um homem poderia ser um problema para seus maridos, além de tirar a liberdade de conversar sobre certos assuntos que só poderiam ser tratados entre mulheres. Isso revela que além de vivermos em uma cultura machista, incorporada e reproduzida por homens e mulheres, existe a idéia de que existem “assuntos de homem” e “assuntos de mulher”, e que as mulheres só devem tratar de certos temas no espaço privado, ou então seriam “mal vistas”. Não observamos qualquer tentativa, na cooperativa, de questionamento de tais valores.

O discurso da cooperada Juliana revela que ela acredita que o homem seria capaz de executar o serviço, no entanto acaba desqualificando as mulheres ao dizer que os homens muitas vezes são mais inteligentes e têm mais capacidade. Por outro lado, também mostra a percepção de que os homens, em nossa sociedade, acabam sempre ocupando as posições de maior poder, ao dizer que um homem que entrasse na cooperativa iria querer comandar o trabalho de todas elas.

Na Coopfaxina, grande parte dos cooperados disse que não existem mais trabalhos na sociedade que têm que ser realizados exclusivamente por mulheres e outros exclusivamente por homens. No entanto, devemos destacar que há muitas falas que reproduzem os estereótipos de gênero presentes na sociedade. As falas que desqualificam a mulher, que a colocam como incapaz física ou intelectualmente de executar certos trabalhos partem tanto dos homens como das mulheres cooperadas:

Tem [trabalhos específicos para homens e trabalhos específicos para mulheres]. Que nem trabalhar de doméstica, o homem já não trabalha, ele já vai pegar no pesado, e a gente não (Sônia, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

Tem que ser também [trabalhos diferentes para homens e mulheres]. A mulher é mais delicada, existem certos tipos de trabalho que ela não consegue fazer (José, 51 anos, cooperado da Coopfaxina).

Eu acho que pra vários trabalhos tem isso. Porque eu acho que, por exemplo, no trabalho pesado de construção, eu acho que mulher não encara, é o homem que encara (Jaqueline, 29 anos, cooperada da Coopfaxina).

Tem [trabalhos específicos para homens e trabalhos específicos para mulheres]. Uma limpeza, assim, geral, tem que ser uma mulher, é mais detalhista, então tem que ser mulher nessa parte (Flávia, 32 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

Se os cooperados reconhecem a existência de diferenças no trabalho de homens e mulheres na cooperativa, o mesmo não acontece em relação a direitos e deveres. Para todos os cooperados entrevistados, homens e mulheres desfrutam dos mesmos direitos e têm as mesmas obrigações no empreendimento, não deixando de ressaltar, mais uma vez, que reconhecem que as atividades executadas são diferentes.

Outro aspecto interessante para analisar as relações de gênero e trabalho nas cooperativas é observar a preferência dos cooperados em trabalhar com homens ou mulheres. No caso da Coopcostura, parte das cooperadas nunca teve a oportunidade de trabalhar com homens, ou porque suas experiências anteriores fossem de trabalho solitário (doméstica, babá) ou de trabalho em grupos com outras mulheres (exemplo: tecelagem). Assim, essas mulheres não conseguem avaliar se o trabalho com outros homens poderia ser melhor do que o trabalho com mulheres, em função da limitação de suas experiências. Para as que passaram pela experiência de trabalho com homens, não existe tanta diferença. O que ressaltaram, no entanto, é que o trabalho com as mulheres propicia maior liberdade.

Em relação à Coopfaxina, muitos cooperados, à primeira vista, não manifestaram a preferência por trabalhar com homens ou mulheres. Contudo, percebemos que ninguém, nem homens nem mulheres, prefere trabalhar com mulheres. Há falas que indicam existência de uma idéia de que trabalhar com mulheres é mais difícil por estas serem geralmente mais fofoqueiras e mais propícias a desavenças:

Melhor com homens, mulher não dá certo não, dá muito rolo. Porque eu já trabalhei, quando trabalhava na área da saúde, era uma “brigaiada”, mulher faz muito “fuxico” (Marcelo, 24 anos, cooperado da Coopfaxina).

Percebemos que essa idéia de que a mulher é “briguenta” e “fofoqueira” não é só dos homens, mas também das próprias mulheres, por se tratar de uma construção social que, mais uma vez, desvaloriza a mulher na sociedade de uma maneira geral, conforme ilustrado por Julia:

Eu prefiro trabalhar com homens. Ah não! Mulher é muita encrenca! Eu trabalho só eu aqui da cooperativa de mulher, tem mais sete homens da cooperativa, e é muito bom porque eu vejo nos outros postos aí em que as meninas trabalham juntas, e é só briga, reclamação, ficam jogando serviço um pro outro, aqui eu sei que só eu que

vou fazer mesmo, sou eu que tenho fazer (Julia, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho Fiscal).

No caso da Coopfaxina, era esperado que os conflitos e problemas de relacionamento envolvessem mais mulheres do que homens, uma vez que elas são absoluta maioria no empreendimento. Ademais, os homens da cooperativa costumam desenvolver atividades mais individuais e na parte externa dos locais de trabalho. São as mulheres que estão colocadas nas atividades comuns, de grupo (quando estas existem), o que facilita o contato entre elas e também, por consequência, discussões e conflitos.

Ainda sobre a Coopfaxina, a maior parte dos cooperados acredita que já não exista mais tanto preconceito em relação aos homens que realizam o trabalho de faxina. Todavia, ainda é marcante a idéia, tanto da sociedade de um modo geral, dos contratantes do serviço, como dos próprios cooperados, de que o trabalho de faxina deve ser realizado e é melhor executado pelas mulheres:

Alguns têm preconceito, uns já não. Alguns acham estranho um homem fazer esse serviço, falam que esse serviço que ele faz era pra uma mulher fazer, e não pra um homem (Sonia, 33 anos, cooperada da Coopfaxina).

Uma das cooperadas acredita que essa situação já foi pior no início das atividades da Coopfaxina:

Não, eu acho que o pessoal hoje tá aceitando bem. No começo sim, quando viam que era homem, falavam “nossa, mas homem fazendo faxina?!”, mas hoje não, achavam que os homens não iam fazer faxina, mas hoje já não reclamam (Viviane, 36 anos, cooperada da Coopfaxina, membro da Diretoria).

O depoimento de uma das cooperadas também mostra que certos homens da cooperativa relutam em executar atividades que entendem como femininas, como varrer, por exemplo:

Muitos falam “varrer sala eu não varro”. Tipo suplente: se mandam um suplente aqui, ele tem que fazer o serviço igual ao que esse rapaz faz, igual eu faço, eu sou efetiva aqui. Tem pessoa que fala “eu não vou naquele serviço pra varrer”, tem preconceito sim, tem preconceito (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

Pudemos observar, por fim, que os três tipos de trabalho presentes na pesquisa que estamos empreendendo, isto é, faxina, costura e cozinha, além de considerados de pouca qualificação e reconhecimento social, são tradicionalmente associados ao trabalho doméstico e feminino. O que parece, então, para o senso comum, é que quando certo número de mulheres se junta, as únicas coisas que elas podem fazer são trabalhos que elas aprenderam em sua formação doméstica para serem meninas, para serem mulheres.

Vale destacar que há uma tentativa, por parte da Incubadora, dentro de seu projeto “Desenvolvimento Territorial”, em formar um novo empreendimento de produção de sabão caseiro. Há alguns meses, também se cogitou (e ainda é uma possibilidade) a formação de um empreendimento de cuidado de pessoas, isto é, um grupo de mulheres que faria atendimento e/ou companhia a idosos e acamados. Se levados adiante, os grupos dariam oportunidade de trabalho e renda a outras mulheres carentes do bairro, porém tanto uma quanto a outra atividade estariam no grupo de ocupações desvalorizadas socialmente e associadas ao feminino, ao trabalho doméstico, ao cuidado, geralmente trabalhos precários e de baixa remuneração.

A tradicional divisão sexual do trabalho permanece entre os empreendimentos. As mulheres são majoritárias nos empreendimentos para geração de renda porque o seu acesso ao mercado de trabalho, por serem pouco qualificadas, é ainda mais difícil do que o do homem menos escolarizado. No caso do bairro, muitas mulheres são chefes de família e únicas responsáveis pelo sustento dos filhos. Ainda são poucos os empreendimentos solidários em que as mulheres atuam em setores dominados pelo trabalho masculino, o que permitiria a contestação dos padrões de gênero no mercado de trabalho que tanto prejudicam as mulheres e as desqualificam.

5.2. Espaço público e espaço doméstico

Nesta parte, discutimos sobre quem é a mulher que está inserida nos empreendimentos de Economia Solidária. Em seguida, a existência ou não de mudanças ocorridas no espaço doméstico, na divisão sexual do trabalho e nas relações de gênero, a partir da inserção das pessoas em empreendimentos solidários.

Sabemos que as mulheres que aderem à proposta do cooperativismo popular têm em comum pelo menos duas características: são mulheres pobres e, em geral, pouco escolarizadas. No entanto, há muita diversidade em todos os outros aspectos: têm diferentes idades e estruturas familiares, variadas trajetórias de vida e trabalho. Não existe “a” mulher que está na Economia Solidária, e sim uma diversidade de mulheres. No entanto, pudemos perceber que os estereótipos de gênero permanecem, assim como preconceitos, não diferindo muito de outras atividades desvinculadas de movimentos sociais.

As respostas dos cooperados sobre quem seria o chefe de família em sua residência não apresentaram um padrão. Nem sempre o critério para eleger o chefe de família é econômico, ou seja, quem ganha mais. Pode ser também aquela pessoa que é responsável

pela organização das atividades da casa e da família, ou a pessoa mais velha. Neste caso, o chefe, segundo as entrevistadas, pode ser o marido, a esposa, ambos ou até algum outro parente que more na casa, como o pai ou mãe ou um irmão. Porém, o que é importante ressaltar em relação a essa questão é que muitas das mulheres cooperadas, especialmente no caso da Coopfaxina, são as únicas responsáveis pela renda da casa e sustento dos filhos. Nesse sentido, o técnico da Incubadora entrevistado destacou que, no início, a possibilidade de formar um empreendimento no Bairro A atraiu principalmente mulheres em função de muitas terem sido abandonadas pelos ex-companheiros com filhos pequenos para sustentar:

Foram mulheres porque as mulheres ficam com os filhos pra criar e os homens vão embora, então elas têm que trabalhar. Quando se falou em trabalho e renda, elas já falaram “não, peraí, vamos!”. Depois, pela cooperativa ser uma coisa mais light, mais flexível, que permite que ela cuida do filho. Se o filho tá doente, ela consegue faltar e não ser despedida, consegue faltar e não dar muitas explicações, ou quando ela dá as explicações, quem tá atrás ali do balcão vai reconhecer, vai saber. Agora você imagina você falar pra mim: “ah, eu faltei porque eu fui cuidar do meu filho, ele ficou doente”, aí eu vou falar: “que doente nada, isso é manha do menino!”, não é uma mulher que tá atrás. Então sendo uma mulher, ela já fala: “não, realmente, ele tá doente, tem que ver, tal”. Então, elas ocuparam o espaço, elas falaram “isso é nosso”, pelo menos é o que eu senti na “Coopfaxina”, elas falaram “nós vamos fazer”. Elas acreditaram na oportunidade e construíram uma oportunidade flexível, construíram uma oportunidade com a cara delas, a ponto de alguns homens ainda acharem que aquilo é um bico, que eles estão ali de passagem, não é porque eles ganham menos ou porque não é um trabalho bom, é porque o ambiente é meio feminino mesmo, e ele tem que conversar de uma certa forma, às vezes o trabalho também, falando da Coopfaxina nesse sentido, então elas se apoderaram daquilo, a cooperativa é das mulheres, os homens ali participam de uma maneira mais superficial, mas é delas. (...) Dentro do bairro, aí, assim, o que eu sinto é que, à medida que elas têm uma independência financeira, elas fazem escolhas, então elas se separam, elas namoram ao invés de casar, elas ficam na casa delas e eles na casa deles. E aí elas comentavam “ah, eu tô me separando”, “ah, meu marido não termina a casa, eu vou terminar”, tomava a iniciativa, “ah, eu tô namorando, mas cada um na sua casa”, “ah, eu tô junto, me separei do meu marido, por enquanto ele mora comigo, mas a gente...”, então a gente via esse tipo de situação. (...) é o reflexo do machismo em conflito com a Economia Solidária (Técnico da Incubadora).

A fala ainda ressalta que a cooperativa, por ser formada majoritariamente por mulheres e fundada por um grupo de mulheres, foi se construindo flexível para as mulheres, isto é, no empreendimento elas conseguem ter maior liberdade em relação a faltas e horários, o que lhes permite cuidar melhor dos filhos, levá-los ao médico se necessário, entre outros. É isso que Guérin (2003: 66) também aponta como ponto positivo, na Economia Solidária, para as mulheres: “Sem a implementação de medidas coletivas que permitam às mulheres exercer uma atividade profissional que não penalize sua vida familiar, não se pode falar em livre escolha”.

Pode ser que na prática, e num primeiro momento, essa flexibilidade para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos pareça uma vantagem para essas mulheres, no

entanto, o que passa despercebido é que, dessa maneira, é a mulher que continua com a dupla jornada. Ademais, os estereótipos de gênero são reforçados, uma vez que não se questiona a idéia de que a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e da casa é da mulher. Mais do que proporcionar que a mulher exerça “bem” o seu papel de mãe, uma discussão mais aprofundada sobre as relações de gênero poderia mostrar para as cooperadas que tais obrigações não precisam ser delas ou apenas delas.

Além disso, a fala ressalta a importância da Coopfaxina para que várias mulheres pudessem se separar, abandonar lares em que sofriam desrespeito e violência. Essas mudanças são fundamentais, no entanto elas parecem um reflexo indireto ou distante da Economia Solidária. O motivo aparenta ser menos a propagação de valores da Economia Solidária do que o fato dessas mulheres terem começado a ter acesso à renda e, conseqüentemente, maior autonomia financeira.

A cooperativa se mostrou importante porque propiciou que mulheres pobres e pouco escolarizadas tivessem a oportunidade de trabalho, já que elas encontravam dificuldades no mercado de trabalho convencional. Através da renda, essas mulheres passaram a ter mais liberdade de escolha em relação a relacionamentos e estruturas familiares. Percebemos que o fato de poderem sair do ambiente doméstico e conviver com outras pessoas, outras mulheres, partilhando experiências, foi essencial para que assumissem mudanças em suas vidas e em suas relações.

No que se refere às atividades de lazer, percebemos que, em geral, as mulheres cooperadas costumam passar suas horas livres se dedicando aos afazeres domésticos. Quando saem de casa, o lazer costuma estar associado a algum entretenimento para os filhos ou à visita a algum parente. Já em relação aos maridos e aos homens cooperados, além do lazer familiar, é usual que eles tenham algum tipo de divertimento próprio e sem a companhia da esposa e/ou filhos, como ir a bares, beber ou fazer churrasco com os amigos, jogar futebol, entre outros. As falas abaixo revelam esse tipo de comportamento:

Eu fico cuidando da casa. De vez em quando eu saio com as crianças domingo, pra tomar um sorvete, um lanche. Mas sábado eu trabalho na faxina, domingo eu fico em casa, eu limpo a casa de manhã. (...) Ele [o marido] vai pro bar, ele gosta de ir pro bar ficar com os amigos jogando sinuca, tomando cerveja. De vez em quando nós dois saímos, vamos passear, mas é difícil (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

Eu gosto muito de assistir filme e sair também eu gosto de sair, se tiver oportunidade, lugar, se convidarem, eu gosto de sair, mas eu gosto muito de ficar em casa assistindo filme. (...) Também. Como ele [o marido] gosta de beber, ele gosta de ficar um pouco com os amigos dele, na casa do tio dele, mas ele também gosta de ficar em casa, assistir filme e sair também, mas geralmente o que ele mais

gosta é de beber, é o momento com os amigos dele (Solange, 29 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza).

Como podemos observar, as falas indicam as diferenças no lazer de homens e mulheres. A primeira cooperada, Valquíria, revela que passa seu tempo livre cuidando da casa e do lazer dos filhos, enquanto que o marido tem um divertimento próprio, com os amigos. A fala da segunda cooperada, Solange, que é da Coopcostura, revela o mesmo padrão de comportamento. A fala da cooperada mostra que ela fica em casa ou sai com o marido, porém o marido também tem atividades de lazer sozinho, enquanto que ela, não. Apenas as mulheres solteiras saem sozinhas ou com as amigas nos momentos de lazer. Maruani (Maruani e Hirata, 2003: 26) nos fala sobre isso:

Qualquer que seja o contexto social, o direito ao emprego, para as mulheres, vem antes do direito ao tempo livre. Tudo indica que, de fato, o que é geralmente designado no masculino neutro como tempo livre é, para a maioria das mulheres, tempo de trabalho doméstico e familiar.

Em relação à divisão dos trabalhos domésticos, quem realiza a maior parte das tarefas continua sendo a mulher, notadamente a mãe e a filha (quando existem filhas com idade suficiente para isso). A maior parte das mulheres afirma que o marido “ajuda” em casa. A palavra “ajuda” é bastante significativa porque demonstra que a mulher já toma o serviço da casa como sua obrigação, e o homem, se faz alguma coisa, “ajuda”, realiza uma atividade que não é sua, faz como um ato generoso de sua parte:

Não tem divisão. Tem divisão assim: no horário do meu trabalho aqui, de segunda à sexta, meu marido faz comida pra mim, mas eu que ponho a casa em ordem, limpo a casa, lavo roupa, passo roupa, tudo sou eu que faço. Ele quebra um galho, ele lava uma louça e faz comida pra mim (...) mas os homens não fazem o serviço igual mulher, de jeito nenhum, eles passam por cima, o meu é, passa por cima, a mulher é mais cuidadosa e mais caprichosa. (Sandra, 46 anos, cooperada da Coopfaxina e membro da Diretoria).

A cooperada Sandra mostra que ela não acredita que os homens podem limpar tão bem quanto a mulher. Isso reforça, mais uma vez, o discurso de que as mulheres são naturalmente mais cuidadosas e aptas para atividades relacionadas ao cuidado, à limpeza, o que além de reforçar um estereótipo e naturalizar certas características, separa quais atividades devem ser exercidas por homens e quais devem ser executadas pelas mulheres, o que acaba sempre por alocá-las em trabalhos pior remunerados e menos qualificados.

Na fala da cooperada Valquíria, observamos claramente a idéia de que o homem “ajuda” em casa, e ela ainda diz que é preciso que ela peça para que o companheiro faça o serviço:

Na verdade, ele sabe fazer tudo, mas sou eu que faço as coisas em casa. Às vezes eu preciso trabalhar no sábado e eu falo pra ele: lava essa louça pra mim, aí ele lava. Se precisar ele ajuda, mas mais é eu que faço. Se precisar um dia, ele faz, ele sabe fazer tudo. Comida, se pedir, ele faz, mas o mais é eu mesma (Valquíria, 34 anos, cooperada da Coopfaxina e membro do Conselho de Ética).

Percebemos que há uma conservação dos estereótipos ao longo das gerações. A história se repete com os filhos: as meninas são levadas a realizar os trabalhos da casa e os meninos nem sempre, conforme descrito pela cooperada Marlene:

De semana, assim, normalmente é minha filha, como ela estuda meio período, à tarde ela tá em casa, ela faz. No final de semana é eu e ela. (...) Apesar que meu marido ainda me ajuda, no que ele pode ele ainda me ajuda. Tem hora que folga, né, principalmente meu filho. Meu filho é meio folgadinho, dos quatro lá em casa, ele é o folgadinho (Marlene, 47 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro do Conselho Fiscal).

Participando de uma oficina sobre gênero realizada na Coopfaxina, pudemos perceber, inclusive, que aquelas que têm companheiros que realizam algum trabalho doméstico se consideram muito privilegiadas, “muito bem casadas”. Ainda que os homens desempenhem algum trabalho na casa, a maior parte das atividades cabe à mulher. Não é todo tipo de atividade que os homens realizam: normalmente eles não se encarregam de lavar e passar roupas e da limpeza geral da casa. Eles fazem comida, lavam louça ou limpam alguma parte específica da moradia.

Grande parte das mulheres afirma que as atividades da casa deveriam ser divididas entre homens e mulheres porque os dois trabalham fora, dando a entender que, não sendo assim, só a mulher deve realizar as atividades domésticas:

Tem, tem que ser [dividido o trabalho doméstico], se eu trabalho fora (Lúcia, 36 anos, cooperada da Coopcostura, atua no setor de acabamento/limpeza e é membro da Diretoria).

Além disso, a fala de um dos cooperados revela que ele teria que compartilhar o serviço da casa se a companheira trabalhasse:

Hoje, se ela trabalhasse, eu teria a obrigação de ajudar (Sebastião, 50 anos, cooperado da Coopfaxina).

Devemos salientar que aparece novamente a idéia de “trabalho leve” e “trabalho pesado” que desvaloriza o trabalho da mulher. No relato a seguir, a cooperada justifica o fato de o companheiro não contribuir com os trabalhos domésticos porque o seu trabalho é “mais pesado” que o dela:

Eu acho que sim [que o trabalho doméstico tem que ser dividido entre homens e mulheres], porque eu trabalho fora também. Eu acho assim: se eu tivesse em casa,

tudo bem, mas os dois trabalham fora, então tem que ser dividido. Tá certo que o trabalho dele é mais pesado que o meu. Pedreiro chega cansado, as pernas doem de tanto agachar, mas eu acho que vai da pessoa (Alice, 25 anos, cooperada da Coopfaxina).

Assim, as cooperativas promovem mudanças importantes na vida das mulheres envolvidas, pelo acesso à renda estável, consumo e inserção no espaço público, abrindo a possibilidade de escolhas em vários níveis. Entretanto, tais mudanças são um efeito direto do acesso à renda e não do fato de estar numa cooperativa. A propagação de valores da Economia Solidária nos empreendimentos sobre a questão da igualdade de gênero ainda não significou mudanças objetivas em sua vida cotidiana.

6. Considerações finais

A partir dos casos estudados, pudemos observar como os trabalhadores cooperados compreendem a autogestão e a Economia Solidária. Constatamos que existe um descompasso entre um ideal apresentado pelos teóricos da Economia Solidária no Brasil, cujo discurso é caracterizado pelo caráter de movimento social, e as práticas vivenciadas no cotidiano dos trabalhadores. Esse descompasso não se dá em todos os aspectos analisados, o que indica o caráter processual da Economia Solidária, um caminho a ser percorrido cujos resultados estão em aberto.

Não podemos dizer qual é a compreensão que os trabalhadores cooperados têm sobre a Economia Solidária e a autogestão como se essa compreensão fosse única porque ela não é. São inúmeros os fatores que implicam nesse entendimento: trajetória de trabalho, experiência no trabalho assalariado, tempo de permanência na cooperativa, grau de participação nas atividades do empreendimento e em atividades de formação e capacitação, entre outros.

Não devemos subestimar os ganhos que os trabalhadores tenham tido a partir das cooperativas, como, por exemplo, acesso à renda, ao consumo, e mesmo à cidadania. Observamos que grande parte dos trabalhadores que está nas cooperativas é pela renda que ela lhe propicia, já que, em geral, são pessoas pouco escolarizadas, de baixa qualificação e muitas vezes dentro de faixas etárias que dificultam sua inserção no mercado de trabalho. Isso pode significar um frágil envolvimento com a proposta e que abandonariam a cooperativa diante de uma oportunidade de trabalhar com carteira assinada. O envolvimento com a cooperativa e com o processo de incubação é maior das trabalhadoras que ocupam ou já ocuparam cargos de Diretoria ou que, pelo menos, participaram dos Conselhos. Esse grupo considera importante manter a cooperativa, lutar por ela, o que não quer dizer que a motivação final não seja a renda, mas há uma preocupação maior com a proposta.

No caso da Coopcostura, fica ainda mais claro que a principal motivação é a renda. Em geral, as cooperadas afirmam que não deixariam a cooperativa por um trabalho com carteira assinada. Tomando como referência a sua qualificação e suas experiências anteriores de trabalho, as cooperadas da Coopcostura julgam que sua retirada mensal é muito satisfatória, ao contrário da Coopfaxina. Além disso, elas valorizam a flexibilidade dos horários, no sentido de que esta lhe permite melhor cuidar da casa e dos filhos. Devemos considerar, no entanto, outro aspecto, isto é, que embora o trabalho de faxina, como o de

costura, sejam pouco reconhecidos socialmente, percebemos que as costureiras consideram que sofrem menos preconceitos, seu trabalho é mais valorizado do que o de quem faz a limpeza. O próprio ambiente de trabalho é diferente, é percebido como mais confortável, mais limpo.

O que não podemos nos esquecer, porém, é que a Coopcostura tem como principal atividade a prestação de serviços para uma fábrica da cidade, a qual acaba por lhe impor metas e, conseqüentemente, uma determinada rotina de trabalho. Isso nos leva a questionar o grau de autonomia dessa cooperativa e de seus cooperados. Essas questões, como vimos, já provocaram divergências com a própria Incubadora, uma vez que fica mais difícil discutir valores da Economia Solidária diante da opção de trabalho das cooperadas e dos ritmos de trabalho que elas enfrentam em nome da produtividade. Como os ganhos são maiores, as trabalhadoras se preocupam menos com os valores cooperativistas ou mesmo solidários.

Notamos também que muitos cooperados, ao falar sobre a autogestão, acabam por reproduzir os termos do assalariamento referindo-se ao seu próprio trabalho e sua remuneração. Além disso, alguns não entendem os princípios que fazem com que em uma cooperativa não existam certos benefícios sociais próprios do trabalho assalariado. A cultura do assalariamento é muito forte na mente desses trabalhadores, o que dificulta a apreensão de outros valores que, muitas vezes, são diferentes e até mesmo contrários a um empreendimento regular.

A cultura do assalariamento e a trajetória ocupacional dos entrevistados influenciam as suas percepções sobre a precariedade do trabalho desempenhado. A maior parte dos trabalhadores que tiveram uma longa experiência dentro do trabalho formal, assalariado, percebe a cooperativa como forma de trabalho mais precário, enquanto que aqueles que nunca tiveram ganhos regulares, garantindo seu sustento somente através de “bicos”, acreditam que ter uma remuneração garantida ao fim do mês, um trabalho mais ou menos regular, representa um aumento na qualidade de vida e o acesso ao consumo.

Em relação à participação dos trabalhadores nas atividades das cooperativas, notamos que os empreendimentos têm funcionamentos diferentes em função de suas especificidades. Embora os cooperados em atividade na Coopfaxina participem com uma freqüência considerável das assembleias mensais da cooperativa, eles costumam entendê-las como espaço de informação e não propriamente de participação e decisão coletiva. Sobre as atividades de formação e capacitação, a maior parte dos cooperados só participou do curso de formação em Economia Solidária, oferecido quando entraram no empreendimento. Quem

costuma ter interesse em participar de outras atividades é quase sempre o mesmo grupo de pessoas. Temos que considerar, nesse aspecto, que a cooperativa atingiu um número de sócios que começa a comprometer a questão da democracia direta e da formação continuada. Entretanto, na Coopcostura, com um número reduzido de associados, a participação ainda é pouco regulamentada e existe certa resistência em realizar reuniões, pelo temor de comprometer a produção, indicando que as cooperadas estão mais preocupadas com os ganhos e pouco interiorizam os valores autogestionários.

Falta muito para que os cooperados, de uma maneira geral, possam ter uma visão mais ampla do que representaria a autogestão e, principalmente, a Economia Solidária. Isso poderia ser justificado não apenas pela ausência de uma formação continuada para o cooperativismo, mas também pela dificuldade de desvinculação de uma cultura do assalariamento e de uma cultura de mercado. Afinal, mesmo como proposta alternativa, as cooperativas integram a sociedade mais ampla, marcada pelos valores da ordem capitalista.

No caso da Coopfaxina, os processos judiciais trabalhistas movidos por ex-cooperadas ilustram essa compreensão confusa. A atuação do Ministério Público do Trabalho, através dos TACs, além de comprometer o funcionamento e a viabilidade das cooperativas, contribui para a percepção da cooperativa como uma empresa “sem direitos”. A proibição das cooperativas de trabalho prestarem serviço prejudicou seriamente os empreendimentos estudados, que têm como principal atividade oferecer mão-de-obra para a Prefeitura da cidade. Não foi possível fazer mais acordos e agora as cooperativas não sabem qual rumo irão tomar: se se dedicarão a outras atividades ou se irão se desfazer. De qualquer forma, essas pessoas terão que encontrar novos caminhos, dentro ou fora da Economia Solidária.

A questão da colaboração entre os cooperados é variável conforme a cooperativa e a experiência individual de cada trabalhador. Porém, os trabalhadores não reconhecem essa colaboração como um dos pontos principais do cooperativismo e que deveria ser valorizado de maneira central. A preocupação com a comunidade também é incipiente. A necessidade de obter renda é prioritária.

Além da persistência da tradicional divisão sexual do trabalho em várias situações, muitos estereótipos de gênero permanecem: a mulher às vezes aparece como fofoqueira, propensa a conflitos, delicada, frágil, cuidadosa, e como aquela que se encaixa melhor em trabalhos relacionados com a limpeza e cuidado. Os homens aparecem como fortes, capazes, mais sociáveis no ambiente de trabalho, mais discretos, aptos para realizarem trabalhos mais “pesados” ou complexos e como aqueles que não são bons com trabalhos que exigem cuidado e atenção aos detalhes.

Existe uma diversidade de mulheres que estão na Economia Solidária. O acesso à renda regular, mais estável, permitiu a elas escolhas em relação à família, à esfera afetiva, relacionamentos. No entanto, no espaço doméstico, o qual acaba refletindo e ao mesmo tempo influenciando o espaço de trabalho, pouca coisa mudou, sobretudo nas diferenças de atividades de lazer entre homens e mulheres e divisão de tarefas domésticas. Além disso, a flexibilidade de horários apontada pelas cooperadas como positiva por permitir que as mulheres bem exerçam seu papel de mãe e de dona-de-casa também tem seu lado perverso, na medida em que reafirma que tais papéis têm sempre que ser assumidos pelas mulheres.

Finalizamos com a fala de um técnico da Incubadora há muito envolvido com os empreendimentos, que embora seja uma visão particular, ou talvez de um grupo, expressa de uma forma objetiva, as dificuldades que a Economia Solidária tem a enfrentar no país para se aproximar daquilo que foi idealizado:

Então você fala assim: a pessoa tá na Economia Solidária – quantos por cento ela tá na Economia Solidária? Em que situações ela tá? Então, não dá pra você falar tá ou não tá, não é simples desse jeito. (...) A Economia Solidária é um processo. Então, elas têm absorvido bem o que é Economia Solidária, mas elas não podem cem por cento serem absorvidas pela Economia. (...) Eu acredito na Economia Solidária, você precisa de trabalho ali, de mudanças, de brigas que elas vão enfrentar, seja briga no mercado, dentro de casa, seja na Prefeitura, em todos os aspectos. (...) Nós estamos num país em que as leis são pra branco, pra homem e pra rico. Elas são mulheres, ou homens, mas são pobres, são negros. Então as leis não são pra eles, as leis são pros outros, então eles vão ter que lutar muito, a questão é lutar, e essa luta só é possível na medida em que se avança. (...) Vai levar um tempo ainda. Então elas precisam é não se fechar como cooperativa, elas têm que entrar com essa idéia da Economia Solidária em todos os segmentos: na política, na igreja, em todo lugar, pra que não se crie uma bolha, mas se crie raízes e aquilo vai crescendo aos poucos. Essa é a luta.

7. Referências bibliográficas

ANTEAG. *Autogestão: Construindo uma nova cultura de relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 2000.

ARAÚJO, A.M.C., AMORIM, E.R.A.; FERREIRA, V.C. “Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva”. Artigo apresentado no VII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, Anais, 2004.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERTUCCI, Ademar. “Limites e possibilidades de organização dos excluídos. Os projetos comunitários da Cáritas Brasileira”. In: GAIGER, Luiz I. (org.). *Formas de combate e resistência à pobreza*. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 1996.

BONET, Maria Antonia Ribas.: “Mujer y trabajo en la economía social”. Editorial CES: Madrid, 2005.

BULLA, Leonia C.; GOERCK, Caroline. “Sistematización dos procesos de trabalho e peculiaridades das experiências de economia popular e solidárias desenvolvidas no Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul – BR”. In: *Otra Economía - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre/2008*.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAILLÉ, Alain. Economia solidária e dádiva. In: MEDEIROS, Alzira e MARTINS, Paulo H. *Economia Popular e Solidária. Desafios teóricos e práticos*. Recife: Bagaço, 2003.

CAMARGO, José Márcio. *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CASTEL, Robert. Metamorfoses do trabalho. In: FIORE, LOURENÇO e NORONHA. Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CORIAT, Benjamin. “Ohno e a escola japonesa de gestão da produção”. In: HIRATA, Helena. *Sobre o “modelo” japonês Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: EDUSP, 1993.

CORTEGOSO, A. L., SHIMBO, I., ZANIN, M., FONTES, D. A., FONTES, N., JESUS, V. M. B. de, UEHARA, M. S., MASCIO, C. C., COSTA, A. A. V. da & NARDINI, T. “Método de incubação como referencial para atendimento a empreendimentos solidários: a experiência da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar”. Trabalho apresentado na 2ª. Jornada Universitaria sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos, Montevideo, Uruguai, novembro de 2005.

COSER, Danila Secolim. *Sistematização e análise do processo de constituição, consolidação e aspectos da evolução de uma cooperativa popular de limpeza*. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal de São Carlos, 2005.

CRUZ, Antonio. “Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à Economia Solidária”. Artigo produzido originalmente como conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, da Universidade de São Paulo (USP), em 2001/II, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer. Disponível em <www.ecosol.org.br>. Data de acesso: 03/01/2010.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da economia solidária. In *Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT*. 1999.

_____. “A economia solidária e o projeto de outra mundialização”. *Dados*, vol. 47, n. 4, Rio de Janeiro, 2004.

_____. “A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes”. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 11 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2008

_____. “A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista” (mimeo). <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>>. Data de acesso: 27/01/2009.

GALLO, A. R. Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. Tese de Doutorado, São Carlos: UFSCar, 2003. 270p.

GUÉRIN, Isabelle. “Sociologia econômica e relações de gênero”, 2003 (Mimeo).

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. “Apresentação à edição brasileira”. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

KASMIR, Sharryn. “O modelo Mondragón como discurso pós-fordista”. In: LIMA, Jacob C. (org.) *Ligações Perigosas: trabalho flexível e o trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007.

LEITE, Márcia de Paula. “Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra”. In: CESIT. *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LIMA, Jacob Carlos. “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, Oct. 2004, vol.19, no.56, p.45-62.

_____. “O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas”. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. “Cooperativas, trabalho associado e autogestão: a constituição do campo de pesquisa”, 2009 (mimeo).

MARUANI, Margaret. “Introdução”. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

PEREIRA, M. C. C.: *Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina*. 165 f. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PERTICARRARI, Daniel. *Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração*. Tese (Doutorado), Universidade federal de São Carlos, 2007.

PINTO, Louis. “Experiência vivida e exigência científica de objetividade”, In: MERLLIÉ, Dominique et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes: 1998.

POSTHUMA, A.C. “Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina”. *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. ALAST*. São Paulo – Rio de Janeiro, 1998.

RAMALHO, José Ricardo. “Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 4, 2000.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RUBIN, Gayle. *Tráfico de Mulheres (Mimeo)*. Tradução Inédita em Português.

SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ, César. “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, In: B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: Projeto História. n. 16. São Paulo: PUC, 1998.

SILVA, Berenice G. da. “A transversalidade de gênero no contexto do desenvolvimento rural”. In: Anais do VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2006.

SINGER, Paul. “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, P & SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. “Economia Solidária: possibilidades e desafios”. In: *Revista Proposta* No 88/89 Março/Agosto de 2001.

_____. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, B. S. (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. “Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário”. *Revista Estudos Avançados*, vol.18 no.51. São Paulo May/Aug. 2004

_____. *Cooperativas de trabalho*. Brasília, DF, TEM, 2004. Mimeo.

SOUZA, Daniela Neves de. “Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária”. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 11 n. 1 p. 53-60 jan./jun. 2008

VALENCIO, N. F.; SHIMBO, I.; EID, F.; et all. “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: uma experiência universitária em prol da transformação social”. In: THIOLENT,

M.; SOARES, R. L. S.; ARAÚJO FILHO, T. (org.). *Metodologias e experiências em Projetos de Extensão*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.

WOOD, Stephen. "Pós-fordismo ou japonização do fordismo?" RBCS 6 (17) p. 28/43, 1991.

YIN, Robert T. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

8. Apêndices

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com os cooperados

Data da entrevista: ____/____/____

Entrevistador:

Nome da cooperativa:

Sigla:

Ramo de atividade:

Local da entrevista:

Tempo de aplicação: início às _____; término às _____

Pessoas presentes:

A. Perfil do entrevistado

1. Sexo:

2. Ano de nascimento:

3. Estado civil:

4. Raça/etnia (autodeclaração):

5. Cooperativa em que trabalha:

6. Grau de escolaridade (ou: até que série estudou?):

7. Qual o seu posto ou função dentro da cooperativa?

8. Tem filhos? Quantos? De que idades?

9. Quantas pessoas moram em sua casa? Quem são?

10. Além de você, alguém mais de sua casa trabalha ou tem renda? Quem? O que faz?

11. Qual a renda mensal total de sua casa, aproximadamente (somando todos os salários e rendas)?

12. Quanto você ganha por mês, aproximadamente?

13. A casa onde você mora é própria, alugada ou de outro tipo?

14. Até que série seu(sua) esposo(a) estudou?
15. Você tem uma religião? Qual? Você se considera praticante?
16. Seu(sua) esposo(a) tem uma religião? Qual? Ele(a) é praticante?

B. Trabalho

- *Sobre a trajetória ocupacional:*

1. Qual era o trabalho de seu pai? E de sua mãe?
2. Quando você começou a trabalhar e que trabalho era esse?
3. Quais os empregos que teve depois, até hoje? Por quanto tempo ficou, aproximadamente, em cada um?
4. Você já esteve desempregado(a)? Por quanto tempo? Como se manteve nesse período?
5. Você já teve carteira assinada? Por quanto tempo?

- *Sobre o trabalho na cooperativa:*

6. Como ou por que você começou a trabalhar na cooperativa?
7. Há quanto tempo você está nesta cooperativa?
8. Descreva como é, geralmente, seu dia de trabalho, sua rotina de trabalho.
9. Você trabalha quantos dias por semana? Quais? Quantas horas por dia?
10. Você possui, atualmente, algum outro trabalho remunerado? Qual?
11. Você participa regularmente das assembleias da cooperativa? Por quê?
12. O que você acha da entrada de novos sócios na cooperativa? Por quê?
13. Você acha que os trabalhadores desta cooperativa colaboram uns com os outros? Por quê?
14. Você acha que todos os trabalhadores desta cooperativa têm os mesmos direitos e deveres? Por quê?
15. Você acha que a Diretoria e os Conselhos desta cooperativa atuam de modo justo e transparente? Por quê?
16. Você já teve algum problema de saúde relacionado ao seu trabalho na cooperativa? Qual(is)?

17. Você já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito no trabalho? De que tipo ou como foi? (E fora do ambiente de trabalho? Como foi?)

- *Perspectivas de trabalho*

18. Você acha que a maioria das pessoas desta cooperativa gostaria trocar seu trabalho aqui por outro trabalho (uma empresa, por exemplo)? Em que situação ou por quê?

19. Considerando o trabalho em uma cooperativa e em uma empresa comum, você trocaria seu trabalho aqui para trabalhar em uma empresa comum? Por quê?

20. Como você imagina seu futuro na cooperativa?

21. Qual é o tipo de trabalho que você desejaria pra seus(suas) filhos(as)? Você gostaria que eles(as) trabalhassem em uma cooperativa?

22. Como você imagina seu futuro em relação ao trabalho de um modo geral?

C. Vida familiar e relações de gênero

1. Quem você considera “chefe de família” em sua casa?

2. Quem ganha mais por mês, você ou seu(sua) esposo(a)?

3. No caso de ser casado(a) ou ter uma união estável, é o primeiro casamento ou união?

4. Todos os filhos são de um mesmo relacionamento?

5. Quais são suas atividades de lazer ou o que faz nas horas vagas?

6. Quais são as atividades de lazer de seu(sua) esposo(a) ou companheiro(a)?

7. Em sua casa, como é a divisão dos trabalhos domésticos (entre pai, mãe, filhos, filhas e outros)? [limpar a casa, lavar e passar roupa, lavar louça, fazer pequenos reparos em equipamentos, etc.]

8. Quem, em sua casa, é responsável pelos cuidados com os filhos?

9. Você acha que os trabalhos domésticos têm que ser divididos entre homem e mulher? Por quê?

10. Você prefere trabalhar com homens ou mulheres? Por quê?

11. Você acha que os homens e as mulheres têm os mesmos direitos e deveres na cooperativa?

12. Existem diferenças no trabalho de homens e mulheres nesta cooperativa? Quais?

13. Você acha que existem trabalhos específicos para homens e outros específicos para

mulheres? Por quê?

14. O que você acha de um homem trabalhar no serviço de faxina, limpeza? O que você acha que as outras pessoas (vizinhos, amigos, parentes) pensam disso? [exclusiva para a Coopfaxina]

14. Vocês já pensaram em incluir algum homem na cooperativa? Como você acha que seria essa situação? Você acha que um homem saberia realizar esse tipo de trabalho? [exclusiva para a Coopcostura]

15. Você já soube de casos de violência doméstica que envolvessem mulheres (ou homens) aqui da cooperativa? Como foi?

16. Em algum momento de sua vida, você considera que já tenha sofrido algum tipo de violência ou desrespeito por parte de algum(a) companheiro(a)?

D. A apreensão dos valores e características da Economia Solidária, do cooperativismo e da autogestão

1. Você já fez o curso de formação em cooperativismo/Economia Solidária? Por quê? O que achou?

2. Você participa ou participou de outras atividades promovidas pela Incubadora (cursos, oficinas, palestras, etc.)? Quais?

3. O que é cooperativismo e autogestão para você?

4. O que é Economia Solidária para você?

5. Quais são, para você, as vantagens do trabalho numa cooperativa comparando com outros tipos de trabalho (numa empresa, por exemplo)?

6. E quais seriam as desvantagens de trabalhar em uma cooperativa?

7. Você acha que se tornou uma pessoa mais solidária e colaborativa depois que entrou para a cooperativa? Como?

8. Você se preocupa com o bem-estar da comunidade, das pessoas no bairro? Se sim, o que você faz para contribuir?

9. Você acha que as pessoas que estão nesta cooperativa sabem o que é cooperativismo e Economia Solidária? (Elas percebem que são também “proprietárias”, sócias, e não empregadas da cooperativa?)

10. Os(as) trabalhadores(as) desta cooperativa têm uma preocupação em fortalecer e divulgar a Economia Solidária? Por quê?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com técnico da Incubadora

Data da entrevista: ____/____/____

Entrevistador:

Local da entrevista:

Tempo de aplicação: início às _____; término às _____

Pessoas presentes:

1. Como se deu seu envolvimento, no início, com a Incubadora e com os empreendimentos?
2. Fale um pouco sobre a origem da Coopfaxina, Coopcostura e Coopcozinha. Como foi o envolvimento da incubadora com cada uma delas?
3. Qual é a situação da Coopcozinha hoje? Que expectativas existem em relação a esse empreendimento?
4. Você poderia destacar que mudanças pôde observar no “Bairro A” após a instalação da Coopfaxina no local?
5. Para você, como os trabalhadores cooperados desses empreendimentos incubados compreendem a autogestão e a Economia Solidária?
6. Na sua opinião, os empreendimentos trouxeram mudanças importantes nas relações de gênero para aqueles que estão envolvidos? De que maneira?
7. Quais são suas expectativas em relação aos empreendimentos e à Economia Solidária de uma maneira geral?